



**UFAM**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA  
NA AMAZÔNIA- PPGSCA**

**QUELMA DA SILVA OTERO**

**Orientador: Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres.  
Coorientador: Prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues.**

**PARTEIRAS INDÍGENAS BARÉ: SUAS MEMÓRIAS E  
SABERES TRADICIONAIS NO ATENDIMENTO JUNTO ÀS  
PURUÃS NA SEDE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM**

**MANAUS - AM 2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA  
NA AMAZÔNIA- PPGSCA**

**QUELMA DA SILVA OTERO**

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres.  
Coorientador: Prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues.

**PARTEIRAS INDÍGENAS BARÉ: SUAS MEMÓRIAS E  
SABERES TRADICIONAIS NO ATENDIMENTO JUNTO ÀS  
PURUÃS NA SEDE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra.

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

---

- O87p Otero, Quelma da Silva  
Parteiras indígenas Baré: suas memórias e saberes tradicionais no atendimento junto às puruãs na sede de São Gabriel da Cachoeira - AM / Quelma da Silva Otero. - 2025.  
112 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Sidinei Clemente Peres.  
Coorientador(a): Bruno de Oliveira Rodrigues.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia, Manaus, 2025.
1. Parteira Indígena. 2. Etnoconhecimento. 3. Memória. 4. .. I. Peres, Sidinei Clemente. II. Rodrigues, Bruno de Oliveira. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia. IV. Título
-

# **QUELMA DA SILVA OTERO**

## **PARTEIRAS INDÍGENAS BARÉ: SUAS MEMÓRIAS E SABERES TRADICIONAIS NO ATENDIMENTO JUNTO ÀS PURUÃS NA SEDE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra.

Aprovado em 26 de Maio de 2025.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sidinei Clemente Peres – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

---

Profª. Dra. Caroline Barbosa Contente Nogueira  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

---

Gimima Beatriz Melo da Silva  
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA- AM  
2025

Aos meus pais, **Joaquim e Elzamar, irmãos e irmãs**, por todo apoio e incentivo a mim oferecido nesta jornada acadêmica.

Ao meu companheiro **Edvin e meus filhos**, pelo carinho, paciência e compreensão que tiveram por mim, fortalecendo-me nos difíceis momentos vividos durante o curso.

À minha avó **Anita Andrade** (in memorian), por todo conhecimento e aconselhamentos a mim repassados e que foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao eterno escritor **Prof. Dr Márcio Souza** (in memorian), pelas suas palavras de incentivo e admiração quando avaliador na minha qualificação do curso. Não me esqueço do conselho final: “não mude nada do que escreveu”.

Ao líder, artista e escritor **Luiz Lana – Tolamãñ Kenhíri** (in memorian), cuja obra “Antes o mundo não existia” inspirou-me a interpretação e correlação da mitologia desana ao papel sagrado das parteiras indígenas do Alto Rio Negro.

## AGRADECIMENTOS

As forças espirituais de nossos ancestrais, pela dádiva da vida, pela sabedoria e pelo encaminhamento de pessoas que me apoiam, fortalecem e ajudam-me a enfrentar as dificuldades do dia a dia neste plano terrestre.

Aos meus ex orientadores Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos e Profa. Dra. Ana Caroline Barbosa Contente Nogueira, ao atual orientador Prof. Dr. Sidinei Clemente Peres e ao coorientador Prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues, pela paciência, orientações, profissionalismo competente que me proporcionaram um crescimento intelectual, além do apoio emocional a mim oferecido durante o caminho percorrido e que fizeram-me chegar até aqui.

A toda minha família, pela demonstração de orgulho a cada passo vencido que eu dava durante as realizações das etapas do processo do certame e eventos realizados em decorrência do curso.

A minha querida amiga/prima Dra. Marinete, pelo incentivo e ajuda nas primeiras etapas do projeto de pesquisa, até mesmo na sugestão do tema a ser trabalhado.

Aos meus colegas do curso, irmãos de coração, que estiveram sempre presentes em todas as etapas de conquistas, angústias e aflições durante todo o processo, seja nas aulas, nos trabalhos externos e internos do curso, sempre com espírito de união seguraram a minha mão e deram aquele empurrão de coragem e força para terminar esta caminhada.

Aos professores do curso de mestrado, que a cada etapa que vinham para a cidade ministrar os módulos, proporcionaram encontros de compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticas inspiradoras, que enriqueceram e aguçaram meu intelecto para a escrita do trabalho.

A Universidade Federal do Amazonas, por acreditar neste projeto e fazer realizar o meu sonho de formação acadêmica em mestrado.

As Instituições DSEI/RN e FOIRN, pelo apoio proporcionado com passe junto aos departamentos específicos que me ajudaram nos registros de informações necessárias para o trabalho.

A Prefeitura Municipal pela compreensão em minhas ausências ao serviço quando em cursando os módulos, eventos diversos do curso ou trabalhos de campo.

As parteiras indígenas de nossa cidade, que com toda serenidade e sabedoria, me receberam em sua sociedade e residências, compartilhando seus conhecimentos e memórias.

OBRIGADA.

“Por isso que os nossos velhos dizem: "Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai". Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo...”

(O Eterno Retorno do Encontro)  
Ailton Krenak

## RESUMO

Estar grávida, parir, dar à luz a um novo ser, pode até ser um ato natural, mas para os povos indígenas, não importando quantas vezes seja para as mulheres, é um momento único e mágico que ao longo de milênios tem se estendido de rituais. Desde a concepção do pequeno ser, as mulheres indígenas já sentem que haverá mais um componente familiar a caminho, sentimentos estes que dão início há uma preocupação em garantir que o novo ser possa vir com saúde e segurança. O presente estudo teve por objetivo compreender os significados e sentidos deste momento mágico presentes nas memórias e saberes tradicionais do “estar grávida e do preparo para a chegada do novo ser” pelas parteiras indígenas da etnia Baré na sede de São Gabriel da Cachoeira-AM. Para sua realização aderimos ao método etnográfico, baseada numa abordagem de análise qualitativa e acrescida por dados quantitativos. As técnicas utilizadas para a coleta dos dados foram: pesquisas bibliográficas, observação participante, entrevistas semiestruturadas e registros de relatos orais. A expressão parteira indígena põe como protagonistas a três mulheres indígenas da etnia Baré moradoras na sede do município de São Gabriel da Cachoeira-AM, que com ótimas recomendações e há anos exercem a atividade de atendimento especializado como parteiras junto às ipuruã<sup>1</sup>, nossa busca foi o de “dar voz”, relatando as histórias, a natureza, a saúde mental e espiritual e trajetória ao conhecimento cultural como especialistas indígenas. Muitas das vezes desqualificadas e desprestigiadas em sua profissão, as parteiras indígenas passam por momentos de descréditos, ainda mais em medições e hierarquização de conhecimentos. As práticas das rezas, a fé no que é invisível, as regras presentes nas crenças, o ato de ajeitar a barriga para mudar a posição do bebê, as plantas medicinais, as fases da lua e os rituais a ser seguida pelas grávidas, enfim, todas essas experiências vividas pelo mundo feminino necessitam ser constatadas e respeitadas pelo mundo científico. Elas são detentoras de uma ciência e técnicas entrelaçadas, em que “os ritos e as crenças mágicas apareceriam então, com outros tantas expressões de um ato de fé numa ciência ainda por nascer” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 26). Uma ciência milenar que precisa ser recuperada e divulgada. Os cuidados das parteiras indígenas, não permanecem somente durante o processo do parto, ocorre antes, durante e depois do nascimento. Uma parteira indígena, seja na cidade ou na comunidade, tem tanta importância quanto um médico obstetra possui em uma maternidade. O diferencial quanto ao acompanhamento realizado pelas parteiras indígenas é a criação de laços de confiança, pois as parteiras conhecem o corpo da parturiente, seus traços, trejeitos e a melhor maneira de ter a criança e de como cuidar a cada etapa de gestação. É fato que nossas avós estão indo e poucas são as mulheres parteiras entre nós. Por isso elas precisam sair do anonimato, serem apresentadas e imortalizadas por sua coragem, fé e sabedoria, conhecimentos milenares de uma cultura que não pode ser esquecida ou se perder com o tempo. Que o exemplo de nossas parteiras indígenas sirva como encorajamento para que outras possam assumir esse dom, mais não se manifestam pelo medo do descrédito e desvalorização, que elas possam dar continuidade à geração de indígenas parteiras no Alto rio Negro.

Palavras chave: Parteira Indígena, Etnoconhecimento, Memória

---

<sup>1</sup> Grávidas em língua nheengatu

## ABSTRACT

Being pregnant, giving birth, giving birth to a new being, may even be a natural act, but for indigenous peoples, no matter how many times it is for women, it is a unique and magical moment that over millennia has been extended from rituals. From the moment the little one is conceived, indigenous women already feel that there will be another family member on the way, feelings that give rise to a concern to ensure that the new being can arrive in health and safety. The present study aimed to understand the meanings and senses of this magical moment present in the traditional memories and knowledge of “being pregnant and preparing for the arrival of the new being” by indigenous midwives of the Baré ethnic group in the headquarters of São Gabriel da Cachoeira-AM. To carry it out, we adhered to the ethnographic method, based on a qualitative analysis approach and augmented by quantitative data. The techniques used to collect data were: bibliographic research, participant observation, semi-structured interviews and oral reports. The expression indigenous midwife puts as protagonists three indigenous women living in the headquarters of the municipality of São Gabriel da Cachoeira-AM, who have excellent recommendations and have been carrying out specialized care activities as midwives with the Puruãs<sup>2</sup> for years. Our search was to “give voice”, reporting the stories, nature, mental and spiritual health and trajectory to cultural knowledge as indigenous specialists. Often disqualified and discredited in their profession, indigenous midwives experience moments of discredit, especially in terms of measurements and hierarchization of knowledge. The practices of prayers, faith in what is invisible, the rules present in beliefs, the act of adjusting the belly to change the baby's position, medicinal plants, the phases of the moon and the rituals to be followed by pregnant women, in short, all these experiences lived by the female world need to be confirmed and respected by the scientific world. They are holders of an intertwined science and techniques, in which “magical rites and beliefs would then appear, with many other expressions of an act of faith in a science yet to be born” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 26). An ancient science that needs to be recovered and disseminated. The care provided by indigenous midwives does not only last during the birth process, it also occurs before, during and after birth. An indigenous midwife, whether in the city or in the community, is as important as an obstetrician in a maternity ward. The difference in the monitoring carried out by indigenous midwives is the creation of bonds of trust, as the midwives know the body of the woman in labor, her features, mannerisms and the best way to have the child and how to care for her at each stage of pregnancy. It is a fact that our grandmothers are leaving and there are few women midwives among us. That's why they need to come out of anonymity, be presented and immortalized for their courage, faith and wisdom, ancient knowledge of a culture that cannot be forgotten or lost in time. May the example of our indigenous midwives serve as encouragement for others to take on this gift, but not to speak out for fear of discredit and devaluation, so that they can continue the generation of indigenous midwives in the Upper Rio Negro.

Keywords: Indigenous Midwife, Ethnoknowledge, Memory

---

<sup>2</sup> Pregnant women in Nheengatu language.

## MUKUAIRASÁ

Puruásá, mēbiraisá, supirisá upe yepé taina, mayeté yakua waa, ìdíjina ita supe ũbaa takua putari muirisá tayumēbirai, ma ìdíjina kuyā ita supé tasaā rame, mayeté yepé viaji waa yawé tamebiraisá kuxima suiwara takuasá irumu. Kuyā ìndíjina mairame uyupiru usaā uriku taina, ukua, aikué uyukua tapitérupi amu taina, apé uyupiru maduaisá sesé, tiara masiwera uyukirai, purāgarā uyumuyā imayā marika upe. Yawe arama, kiri wara yūbuesá upe, yarikuté yamāduari yakua sesewara ipuruásá resewara Baré kuyā tairumu, ukua re waa ita sesewara, iké tawa upe. Yawe arama yaputari yane kitiwara kuasá muraki upe awasemu sesewara: papera ita upe, amiakūtasá rupi, purādusá rupi asuí asēdusá tābeu sesewara. Tamaásá ita kuyā ipuruā rame, iké yane tawa upe, arkué musapiri Baré kuyā ita, supiara rete waa ita. Tapurakiana siya akayu purāga, ipuruā waa ita irumu, yawe arama yamāduari turusu tarupi, asuí yābeu taresewara iké, táwa wara taresewara. Siya viaji amurame amu ita tamu teyūtu, tamuraki resé, asuí ũbaa takua purati yawe waa resé, ta mitina pusāga resé, tamukaturusá resé ipuruā waa ita marika, yasi yawe-yawe, tābeukarisá resé maā ipurua waa upuderi umuyá asuí maā ti waa upuderi umuyā yaā pukusá, asuí, kuyā ita kitiwara resé. Yawe arama amu sui wara ita, tarikuté ta respetari takuasá ruaxá. Ayūaté aítá, tamukaturusá aité kua kuasá muraki resé, yepeasu taruyarisá irumu, mame maā “tamuyā waa muraki taruyaisá irumu, taruasá irumu aé yepé mēgara ruyaisá amu ita ruaxá usikaré waa uiku uyukuá” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 26). Aé yepé kuxiima seuwara kuasá, kua rupi wara, yapuderi yayuri yariku aé, asuí yābeu sesawara. Ypuruā waa ita resewara muraki, uyupiru yeperesé, tisamaā ayū uyumēbirai pukusá até usupiri riré taina. Yepé kuyā ìdíjina ukuá waa sesewara, ukua waa sesewara tawa upe wara, asuí tēdáwa suiwara, aíta takuasá mayeté yepé mediku mēbiraisá ita rupiara yawé. Iamurupisá sesewara ìdíjina kuyā muraki, aítá, takuá awá resé tamiakutawaa taiku, takua maye usu uiku ipuruā waa pira resé, puruāgarā usupiri taina. Kuiri yane aria ita takayēmu usu uiku, tiā siya aítá, takua rewa ita sesewara yane pitérupi. Yarikuté yamuyukuá aítá, takuasá irumu, taruyaisá irumu, kuxima suiwara takuasá, tiará ukayemu, asuir tiarā yaneresarai aé. Maā tamukame wana waa yamaā, amu ita tiarā tasikié tamuyukua, asuí tapuraki yawe waa kuasá irumu upuderi aram uyumusásá amu ita supé, ìdíjina ita kuasá, ipuruā waa ita resewara, iké paraná wasu apírupi.

Palavras chave: Mēbiraisá rupiara kuyā ìndíjina, Yane kitiwara kuasa, Māwarisa upe.

## LISTA DE IMAGENS

|  |    |
|--|----|
| Imagem 1 – Quadro “Tribus do Rio Negro”  | 54 |
| Imagem 2 – Estatísticas dos índios do Alto Rio Negro (1)                       | 55 |
| Imagem 3 – Estatísticas dos índios do Alto Rio Negro (2)                       | 56 |
| Imagem 4 – Serras da Bela Adormecida   | 60 |
| Imagem 5 – População/Cor ou Raça – São Gabriel da Cachoeira-AM                 | 62 |
| Imagem 6 – População Indígena – São Gabriel da Cachoeira-AM                    | 62 |
| Imagem 7 – Cor ou Raça – São Gabriel da Cachoeira-AM                           | 63 |
| Imagem 8 – Diversidade étnica na Terra Indígena Alto Rio Negro (1)             | 64 |
| Imagem 9 – Diversidade étnica na Terra Indígena Alto Rio Negro (2)             | 64 |
| Imagem 10 – Yebá Bëlo, Avó do Mundo e seus seis instrumentos invisíveis mágico | 67 |
| Imagem 11 – Grande esfera criada por Yebá Bëló                                 | 68 |
| Imagem 12 – Anita de Andrade (1)   | 73 |
| Imagem 13 – Anita Andrade (2)  | 73 |
| Imagem 14 – Dona Nenem em sua residência                                       | 82 |
| Imagem 15 – Dona Nenem recebendo as homenagens na Câmara Municipal             | 82 |
| Imagem 16 – Mãos de Dona Nenem   | 93 |
| Imagem 17 – Encontro das Parteiras Indígenas                                   | 98 |
| Imagem 18 – Kits recebidos pelas parteiras indígenas                           | 99 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Casas Transformadoras  | 70 |
| Tabela 2 – Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos – Grupo Etário da Mãe e Ano Referência | 90 |
| Tabela 3 – Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos – Local de Nascimento e Ano Referência | 92 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| AABB    | Associação Atlética Banco do Brasil                                 |
| AIS     | Agentes Indígenas de Saúde  |
| AM      | Amazonas  |
| APIARN  | Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro              |
| APTAM   | Associação de Parteiros Tradicionais do Estado do Amazonas          |
| DSEI    | Distrito Sanitário Especial Indígena                                |
| ECO 92  | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| FOIRN   | Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro                   |
| HGU/SGC | Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira                   |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                     |
| IFAM    | Instituto Federal do Amazonas                                       |
| IPAHAN  | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional              |
| MS      | Ministério da Saúde   |
| OMPI    | Organização Mundial da Propriedade Intelectual                      |
| PETI    | Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil                        |
| RH      | Recursos Humanos  |
| SEDUC   | Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar                 |
| SEMED   | Secretaria Municipal de Educação                                    |
| SES-AM  | Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas                            |
| SUS     | Sistema Único de Saúde  |
| TCLE    | Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento                       |
| UFAM    | Universidade Federal do Amazonas                                    |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 13 |
| <b>CAPÍTULO I – A PARTEIRA INDÍGENA NO CONTEXTO HISTÓRICO</b>  | 33 |
| 1.1. Aspectos históricos do papel da mulher parteira.  | 33 |
| 1.2. As parteiras indígenas e seu reconhecimento no território brasileiro.   | 38 |
| 1.3. Parteiras indígenas: um destino ligado a componentes mágicos comuns.  | 45 |
| 1.4. A fememologia da memória: um passado presente no fazer das parteiras indígenas.   | 51 |
| <b>CAPÍTULO II – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: UMA ETNOGRAFIA DA CAPITAL INDÍGENA DO AMAZONAS</b>  | 53 |
| 2.1. Origem do povo Baré.  | 57 |
| 2.2. Um grande útero prolífero: o simbolismo materializado de uma terra de fartura e terra das mulheres guerreiras.  | 59 |
| 2.3. “Cabeça do Cachorro”: região dos suraras.   | 61 |
| 2.4. Parteiras indígenas e sua importância no processo do parto: uma interpretação das fases do desenvolvimento humano presentes na mitologia Desana sobre a origem da humanidade. | 65 |
| 2.4.1. “A Primeira” entre todos e tudo na mitologia Desana.  | 66 |
| 2.4.2. A Esfera Mítica: uma representação do útero da mulher.  | 68 |
| 2.4.3. As casas de transformação.  | 69 |
| 2.4.4. A expansão do universo e as fases do desenvolvimento humano.  | 70 |
| 2.4.5. Yebá Bêló – um ser mítico real presente no fazer das parteiras indígenas.   | 72 |
| <b>CAPÍTULO III – PARTEIRAS INDÍGENAS BARÉ E SUA MISSÃO QUANDO A VIDA PEDE PASSAGEM</b>  | 72 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.1. Conselhos e conhecimentos compartilhados pela parteira indígena Baré Anita Andrade (in memórian).                   | 73  |
| 3.2. Dona Tereza: meio século de dedicação ao ofício de parteira.  | 79  |
| 3.3. Dona Nenem: parteira que inspira outras mulheres.   | 82  |
| 3.4. Dona Uzenir: uma missão para a vida e por toda a vida.  | 87  |
| 3.5. Cunhãs Mukus: mães despreparadas para o momento mágico.   | 89  |
| 3.6. Parteiras indígenas e seu anonimato nos locais de parir das puruãs.   | 91  |
| 3.7. As mãos “palmelin pinlun” de nossas parteiras indígenas.  | 93  |
| 3.8. As parteiras indígenas e o “bahsese”: conhecimentos essenciais para o equilíbrio espiritual, do corpo e a natureza. | 94  |
| 3.9. Dores do parto: um sacrifício feminino necessário para a ascensão da vida humana.                                   | 96  |
| 3.10. Parteiras indígenas de São Gabriel da Cachoeira: sempre estivemos aqui e continuaremos com nossa missão.           | 97  |
| <b>CONCLUSÃO</b>   | 99  |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 102 |
| <b>ANEXOS</b>  |     |
| <b>Anexo 1.</b> Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE)   | 110 |
| <b>Anexo 2.</b> Questionário semiestruturado – Parteiras Indígenas   | 112 |

## INTRODUÇÃO

Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, (Krenak, 1999, p. 27)

Em leituras durante a realização do curso, esta frase de Ailton Krenak soou como um trovão em meio ao nevoeiro que pairava em minha nova vida acadêmica. Nevoeiro este que por vezes cegava meus passos obrigando-me a parar e apenas se acomodar. Este trovão seguiu com raios que iluminavam o meu caminho, pois o grande sábio e escritor ainda, mesmo que não explicita em suas escritas, cobra o acordar de todos os cientistas acadêmicos indígenas, chamando a atenção de que está na hora de mostrarmos a importância de nossas histórias e sua difusão no mundo científico, ressaltando que temos uma riqueza em nossas tradições, saberes como heranças de nossos antepassados, que foram e são o princípio e continuidade de nossa existência e resistência.

Para início da deleitosa leitura de nosso trabalho, utilizaremos o pronome pessoal na primeira pessoa do singular, pois será uma pequena reportagem de minha origem. Origem esta que remonta de meus primeiros suspiros neste mundo à realização do sonho de cursar o mestrado. Pois foi a memória de minha história que levou a imersão do “eu” no mundo das parteiras indígenas.

Iniciando os descritos sobre minha origem denominando-a: memórias de uma pequena Baré Ciucy Cendy, pois, foi em uma noite nebulosa do quarto-minguante, período místico que convida a humanidade ao discernimento interno para redefinição de energias que fortalecerão a alma, dia dezessete de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e seis, uma hora antes do da meia noite, que cheguei ao mundo. Nesta chegada não vim só. Minha alma nunca esteve só, sou gêmea univitelina. O primeiro soar forte de minhas cordas vocais foram sob os ares da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Com preceitos religiosos ocidentais fui nomeada como Quelma da Silva Otero e, sob a ótica de existência espiritual de meus ancestrais, recebi o nome Ciucy Cendy (estrela brilhante, aquela que brilha).

Pertencente a etnia Baré, somos as primogênicas, no caso eu e minha irmã, de uma família com nove filhos. Primogênica por conta de um trágico acidente de minha mãe já em quase seus nove meses de gestação, em uma queda sobre as pedras em um igarapé, quando ia para a roça, que levou ao falecimento de minha primeira irmã logo após ao nascer. Meus pais, também nascidos no município de São Gabriel da Cachoeira, porém, meu pai, Joaquim Garrido Otero, descendente de um avô espanhol e avó da etnia Baré, nasceu no sítio São Felipe, no

Médio Rio Negro. Minha mãe, Elzamar da Silva Otero, descendente de avô paraguaia e avô cearense, nasceu em Cucuí, Alto Rio Negro, no tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Venezuela.

Meu pai era militar do exército brasileiro, condição que levou a termos residência fixada na sede do município. Por isso minha infância remonta a vivências na sede, no sítio São Felipe e no distrito de Cucuí.

Na sede, os episódios que estalam o período de minha infância se ligam as convivências coletivas na escola e na igreja católica.

Desde os quatro anos de idade fui inserida e frequente em escola salesiana, ensinada nos preceitos religiosos da congregação, admirando os trabalhos das freiras na escola e na igreja, engrenava em minha alma a vontade de ser também uma freira.

Em uma aula no período de páscoa, a professora falava do trajeto de Jesus Cristo ao seu calvário, suas dores assim como de sua mãe, e então na hora do recreio, sentada na escadaria com algumas colegas falava de todo sofrer de Maria e de Jesus, disse que gostaria de estar naquela época para salvá-lo, neste momento se aproxima uma freira e pergunta sobre o que conversávamos, falei a ela da minha angústia e de como queria que fosse diferente, mas então ela, na serenidade que tinha me disse que era preciso Jesus Cristo passar pelo o que passou, que foi este fato que levou a humanidade a ter fé de que da morte a ressurreição é possível se nela acreditarmos, que a páscoa nos leva a reflexão da vida que estamos vivendo e que temos esperança de que sair da escuridão interna é ressuscitar na fé para a luz da vida. Palavras estas que me instigaram o meu desejo em seguir a vida religiosa.

Nos períodos de férias escolares íamos para os locais de berços de nossos pais. Vezes para o sítio São Felipe e vezes para Cucuí. Mas as idas mais frequentes eram para Cucuí. Creio que era pelo fato de meus avós paternos já não mais estavam entre nós, e meus avós maternos ainda vivos residiam no distrito de Cucuí. Meu avô, Armando Pereira, já bem idoso era acamado por consequência de um derrame que o paralisou da coluna para baixo e lado esquerdo de sua face, enfermidade que o impediu de andar e falar claramente, a única palavra que ele conseguia falar era “ai”. Tudo que ele queria era apontado com seus dedos e com o “ai” de sua boca. Minha avó ainda era forte, era parteira e pescadora, com meu avô acamado era ela que ia para roça e pescava para dar comida a ele. Meus tios que moravam na mesma localidade a ajudavam. Quando eu estava com ela ia para roça.

A roça ficava uns vinte minutos a remo e vinte e cinco minutos de caminhada na selva. Foi nessas idas para a roça que observei uma certa rotina dela. Ela parava na entrada, seja da canoa e do caminho, falava com os seres da água e da floresta, pedindo permissão e proteção

para afastar todo ser que tenha intenção de nos machucar. Ela fazia as orações e nos pedia que a acompanhasse. Um dia perguntei a ela o porquê desse momento, foi então quando ela me disse que nós não somos os únicos a estar naquele local, que outros seres estão a nos observar e que podem nos ferir se os enfurecer. Então ela me contou que um dia seu pai não respeitou esses seres quando foi fazer uma pescaria, e sua teimosia e falta de respeito com os seres o levou a morte, ele sumiu na pescaria, e somente dias depois foi encontrado na boca de uma grande piraíba<sup>3</sup>.

Ouvindo seus conselhos e normas de respeito com a natureza que passei então a entender o lado místico da natureza. Ao entardecer, sentados na varanda e algumas vezes ao redor de uma pequena fogueira na barraca da cozinha, ouvia atenta e maravilhada as histórias que eram contadas pela minha avó e tios mais velhos. Minha avó era marupiara<sup>4</sup> na pescaria.

No final da tarde ela pegava seu caniço, nos chamava, e dava os canicinhos que mandava meus tios fazerem para nós, íamos ao porto cavar buracos para achar minhocas e nos sentava nas pedras próximo ao rio e pescávamos com ela. O tipo de peixe mais arrematado era o mandí, que quando retornávamos ela fritava e comíamos na janta. Minha convivência na infância em Cucuí foi marco para meus conhecimentos tradicionais, os ensinamentos de minha avó e tios neste período me proporcionaram crescimento e fortalecimento espiritual em outra ótica do apreendido na vivência na igreja católica.

Um dos episódios de minha infância triste foi o dia em que meu avô se foi. Era um amanhecer triste, abri os olhos e vi meus tios andando de um lado para outro, vi minha mãe sentada em sua rede em prantos, perguntei a ela o que estava acontecendo, então ela disse que meu avô estava em seus últimos momentos, me levantei e fui até o quarto em que ele estava, minha avó estava sentada ao lado da cama dele, sua mão estava firme acariciando as mãos dele, me aproximei e ela falou a ele, sua neta está aqui, ela me fez sinal para pegar a mão dele como que pedindo a benção, foi a última benção recebida dele. Eu senti muito a partida dele. Meu velho “ai” se foi.

Todo período de minha infância hoje me trazem a mente, mesmo não lembrando em detalhes, que foi um período em que posso dizer: “vivi minha infância como deveria ter vivido”. Recordo das brincadeiras que tinha com meus irmãos, primos, vizinhos e colegas de escola. Uma brincadeira ao qual hoje vejo até mesmo como maldade ao animal era o de copiloto da mutuca. Onde pegávamos uma mutuca grande, amarrava um fio na parte de seu corpo por

---

<sup>3</sup> Peixe bagre de grande porte existente no rio negro.

<sup>4</sup> Palavra em yheengatú que diz respeito a pessoa que é boa na pescaria ou na caça.

debaixo da asa e a soltávamos, porém segurando o fio acompanhávamos a mutuca em seu voo. Tínhamos brincadeiras no rio, nas canoas, na roça, na rua, em casa. Tive a infância que toda criança deveria ter.

Minha trajetória educacional dos quatro anos até os dezessete anos de idade foi em uma instituição de ensino salesiana chamada Colégio São Gabriel. No período em que estudei nesta escola, ela era gestada pelas freiras da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora. Meu ensino médio foi em curso de magistério. Desde o meu primeiro ano nesta etapa de ensino, me identifiquei na área da educação como profissão. Foi também neste período que percebi meu interesse nas causas de lutas sociais. Participava das campanhas sociais promovidas pela escola e pela igreja.

Nos anos de 1990 explodiu em nossa região a febre do ouro. Um garimpo foi descoberto na região do Alto Içana e Waupés, fato que levou a vinda, ou seja, a invasão de garimpeiros de toda parte do país, levando os indígenas locais a se pragarem com a febre do ouro, entre eles meu pai. Meu pai já em tempo de se aposentar pelo exército, jogou a farda sem direito a nada e foi mergulhar na ilusão do ouro. Esse episódio foi muito traumático em minha vida. Meu pai perdeu praticamente tudo o que ele já tinha conquistado, e até a nossa casa teve que vender para pagar dívidas por conta do garimpo. Ainda estudando, eu e meus irmãos tivemos que ajudar nossa mãe fazendo artesanato e trabalhando nas férias em casa de família para ajudar as despesas de casa. Foi difícil, mas também de muito aprendizado e de valor para a formação humana que hoje tenho. Então quando terminei o ensino médio tive que logo arranjar um emprego para ajudar minha mãe com meus irmãos menores.

No ano de 2022 fiz o vestibular da UFAM para o curso de Pedagogia. Dois dias antes da prova do vestibular, meu primeiro filho resolve nascer. E como tive problemas na retirada da placenta de meu útero, fui internada no hospital para recebimento de medicamentos e observação média. Já estava triste pelo fato de não poder assim fazer a prova quando uma funcionária do hospital, da área administrativa ao ouvir meus lamentos falou que eu tinha sim como fazer a prova mesmo estando internada no hospital. Esta funcionária acionou a assistente social oficial do HGU/SGC, ela entrou em contato com a comissão da UFAM que veio fazer o certame, e conseguiu a liberação de um fiscal para ir ao hospital. No dia da prova, a direção do hospital encaminhou, eu e a outra professora que também se encontrava na mesma situação que a minha. Esta lembrança de vitória vem acompanhada de tristeza, pois esta professora, ao lutar contra um câncer veio a falecer no ano de 2023. Com apenas quinze dias após meu parto, ainda com pontos e cuidados especiais, tive que frequentar as aulas do curso. Tive algumas

dificuldades, pois não podia se sentar por horas, já que as aulas eram nos períodos matutino e vespertino, levava uma pequena almofada e tinha que se levantar e ficar de pé ao fundo da sala. O que me tranquilizava eram os chás e os cuidados que minha avó tinha quando retornava para casa, além dos benzimentos de um senhor da etnia tukano.

Nos anos de 2013 a 2016 cursei as especializações *Latu Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Educação Escolar Indígena pelo IFAM e de Gestão Escolar pela UFAM.

Entre remansos, banzeiros e rebojos: meu remar nas realizações profissionais e pessoais foram e são de cansadas braçadas, de horas do lado direito e horas do lado esquerdo. Em tempos de fortes chuvas e tempos de um sereno dia, assim segue meu remar neste largo rio de vida. Saindo do porto da casa de meus pais, iniciei a viagem. Uma viagem que não pretendo terminar tão cedo. Em minha canoa foram e continuam sendo embarcados pacotes e pessoas. Muitas que me agradavam a companhia e outras de menos.

Terminando o ensino médio iniciei a arrumar minha bagagem em busca de realizar a conquista profissional e pessoal. Como tinha pretensões de seguir a vida religiosa segui como aprendiz morando e se preparando para o noviciado, porém, no ano em que iria me deparei com uma situação crítica na casa de meus pais. Já mencionado anteriormente, meu pai havia caído na ilusão do ouro e perdeu tudo. Minha mãe que estava fazendo artesanatos para sustentar meus irmãos. Eu, como filha, mais velha me compadeci e tomei como responsabilidade em ajudar meus pais naquele momento, então fiquei.

Sempre tive bons relacionamentos e uma visão de sociedade aberta e de direitos que não estavam sendo respeitados. Aliando-me a professores e alguns estudantes, em 1994 iniciamos discussões e a criação do primeiro diretório do Partido dos Trabalhadores no município. Em 1995 fomos para as campanhas eleitorais municipais apresentando como candidatos majoritários dois professores. Sem o apoio local dos comerciantes ou ainda “dos de poder” na cidade, sendo apoiados por alunos e professores, membros locais da Diocese e trabalhadores rurais enfrentamos vários desafios, mas no final das apurações fomos vencedores.

Em 1997, fui aluna da primeira turma em curso de computação da cidade, realizando um processo seletivo fui trabalhar na prefeitura como operadora de microcomputador. Em meados do mesmo ano fui convidada a fazer parte da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação. Nesse período participei ativamente na implantação do Programa Construindo uma Educação Escolar Indígena, programa este que desencadeou várias discussões e aberturas de ações voltadas à educação diferenciada no município.

Em 1998 fui convidada a ser assessora na Secretaria Municipal de Educação e em 1999 fui nomeada secretária. O período em que estive na SEMED me proporcionou momentos únicos de aprendizados e realizações pessoais, sem falar das conquistas para a categoria dos profissionais de educação municipal, pois conseguimos realizar a primeira Conferência Municipal de Educação, evento que nos levou a elaborar e aprovar o primeiro Sistema Municipal de Educação, Estatuto e Plano de Cargos e Salários para professores, além de apoiar a criação da Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro, a APIARN. Além de assessora e secretária, neste período fui monitora e organizadora do Curso de Magistério Indígena I, o primeiro no Amazonas elaborado e executado por um município.

Em 2002 fui convidada a ser a secretária de gabinete do prefeito, Sr. Quirino, antes a esse cargo estava no gabinete da Vice-Prefeita, Dona Sulamita, a qual também era a Secretária Municipal de Ação Social, posso dizer que não foi uma boa experiência, pois sofria aos casos de negligência que aconteciam, principalmente as crianças em abusos de todos os tipos.

Em 2004 fui novamente convidada a assumir a pasta da secretaria municipal de educação como secretária. Esse período foi difícil para minha vida pessoal, pois estava como mãe solteira de um casal de filhos, mas também foi o período em que encontrei pessoas boas que me ajudaram a superar este banzeiro com rebojos<sup>5</sup>. Nesta administração municipal, antes de assumir a SEMED, atuei como coordenadora dos Programas PETI e AABB Comunidade.

Em 2005 fui convidada a iniciar um projeto de ensino médio indígena na comunidade de origem da minha mãe, em Cucuí, então me mudei com meus filhos. Fomos morar junto a minha avó que já vivia sozinha, acho que foi destino, pois ao lado dela entendi muitas coisas, fatos da vida de que nada é por acaso. Minha avó era parteira aposentada e dizia que minhas mãos eram iguais as suas, boas para partejar. Muitos dos conhecimentos que tenho sobre a arte de partejar foram adquiridos ouvindo suas memórias e experiências. Foram momentos únicos de aprendizado e segurança de vida. Como minha avó estava praticamente beirando seus cem anos de idade, tivemos que retornar para a cidade de São Gabriel, onde ela veio passar a morar com minha mãe.

De volta a cidade e já com o título de pedagoga fui trabalhar outra vez na secretaria municipal de educação na parte pedagógica. Neste período também retornei para o movimento sendo a vice-presidente da Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro, associação que até o presente momento sou filiada e membro da diretoria. Neste período fui diretora de

---

<sup>5</sup> Trombas, funil d'água que surgem no rio que podem fazer com que a canoa vire.

departamento pedagógico; professora multiplicadora do Programa Escola Ativa e professora tutora do Programa Formação pela Escola.

No ano de 2012 ingressei também ao quadro funcional do governo estadual por meio do concurso como pedagoga. Onde em 2020 por meio de um edital interno da SEDUC para Assessores do Núcleo de Inteligência, fui aprovada e passei então a trabalhar assessorando duas escolas no município. Mesmo com a pandemia em 2021 o nosso trabalho continuou via remota com assessoria e orientações às escolas em suas atividades remotas juntos aos alunos e professores. Em toda minha vida profissional sempre me dediquei de corpo e alma, tive vários momentos em que a dúvida me vinha, e a vontade de encostar minha canoa e desembarcar me vinha em mente. Sempre que eu achava que já era hora de desembarcar meus ancestrais me empurravam de volta a navegar.

Em 2022 a esperança da realização de sonho se adentra em minha canoa, pois sempre quis continuar meus estudos em outros níveis como o de mestrado, quando em um encontro na FOIRN foi anunciado a vinda de um mestrado para São Gabriel. Foi como um soar aos ouvidos: “esta é a sua oportunidade”. Escrevi-me e, a cada etapa vencida, minha canoa voava levada pelos ventos e onda suaves.

Em 2024 assumi a assessoria de educação escolar indígena, cargo que assumo até a presente data. Neste novo rio minha meta é desenvolver ações que retomem a concretização da educação diferenciada e reconhecida. Pela educação diferenciada junto aos povos indígenas se pode garantir que a cultura e os conhecimentos, a ciência indígena, sejam respeitados e valorizados. Como disse antes, minha avó dizia que tudo tem seu propósito. Fazer o mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia e o novo cargo profissional com certeza não vieram a embarcar em minha canoa em vão. Sigo remando, e agora convicta que nunca foram apenas meus braços e mãos no remo, e sim dos que posso não ver, mas estão aqui, sempre ao meu lado.

O Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia foi como o arrebate de um sonho. Quando no dia 29 de setembro do ano de 2022 participando de uma Oficina de Projetos na Maloca da FOIRN, realizada pela UFAM, o professor Dr. Nelson Noronha anunciava que um curso de Mestrado seria implantado pelo Programa Sociedade e Cultura na Amazônia e que precisaríamos nos preparar e iniciar a escrever um projeto de pesquisa. Percebi que um de meus sonhos estava por se tornar realidade. Confesso que tive receio, medo de enfrentar. Que tema? O que escrever? Vou conseguir ou não? Essas perguntas pairavam em meus pensamentos.

Quando foi publicado o edital do mestrado procurei ler e me atentar às informações contidas para não cair em erros. Consegui fazer minha inscrição nos últimos dias de prazo.

Confesso que a cada etapa do certame e vendo nos resultados que meu nome permanecia, eu acendia minhas velas e rezava junto às fitas agradecendo aos santos. E quando saiu o resultado do certame! Chorei de alegria, quase sem acreditar em minha conquista. Sou muita grata a Universidade Federal do Amazonas por estar sempre embarcando comigo em minhas conquistas acadêmicas, que iniciou com a realização do sonho de fazer Pedagogia, depois o de Especialização em Gestão Escolar e enfim o mestrado.

Da aula inaugural aos períodos das disciplinas do curso foram períodos das aflições para a superação. Chegou então o grande dia, o início de uma nova fase em minha vida pessoal e profissional. Dia 20 de março do ano de 2023 foi realizada a aula inaugural do curso de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. O local foi na Maloca do Saber da FOIRN, estiveram presentes os alunos cursistas, convidados e professores da UFAM. O coordenador do curso, o professor Dr. Nelson Noronha em seu discurso salientou a importância do fato histórico e o compromisso que da Universidade para com a formação e oferta de curso na região.

Proferindo a aula magna com o título “Pelo desenvolvimento a partir da formação de pesquisadores de excelência”, a Dra. Iraildes Caldas me fez perceber naquele momento a responsabilidade que teria a partir daquele momento para com a comunidade científica indígena. Meu projeto teria muito a contribuir para a região e principalmente ao objeto de estudo: “as parteiras indígenas”.

Nesta perspectiva e firmamento do compromisso, tive a participação inconfundível de nossos professores e orientadores que vieram ministrar as disciplinas:

- *Epistemologia e Metodologia das Ciências Humanas de Sociais* - iniciada em 28 de março de 2023, ministrada pelos professores Dr. Caio Souto e Dra. Marilene Corrêa. Os professores nos deixaram claro que as disciplinas seriam importantes para a construção e reelaboração de nossos projetos, colaborando no processo de afirmação e construção do conhecimento. O que é epistemologia e o que é metodologia foram temas centrais apresentados na disciplina. Estes temas levaram a estudos de diversas teorias ligadas a origem, essência, métodos e limites do conhecimento. Como cientistas devemos ter o cuidado quanto ao pesquisar os fatos, os que deduzem os nossos objetos de investigação científica, ou seja, diante dos fatos devemos verificar, reunir e sintetizar, onde temos o objeto de conhecimento ligado ao sujeito do conhecimento ou ainda, o fato social ligado a ação social chegando a verdade histórica. O cientista, o pesquisador deve ter probidade intelectual, ser honesto com o que escreve.

Os textos apresentados durante a disciplinas fizeram-me perceber o quanto é o compromisso que agora tenho não só com a universidade para apresentar o trabalho final, mas

para com a sociedade, principalmente com a da minha cidade e principal objeto de estudo: “as parteiras”. Conclusão esta acrescida quando no dia 10 de abril de 2023 o professor Dr. Harald de Sá deu continuidade às aulas da disciplina. Enfatizando que o objeto de pesquisa deve estar sempre presente nos escritos e que as categorias analíticas se referem a conceitos importantes a ser trabalhado no projeto. Em conjunto os professores ministrantes da disciplina apresentaram a importância do redimensionamento dos projetos de pesquisa, importância esta percebida nas atividades de reflexão e escrita sobre os textos trabalhados.

- *Seminário Temático I: Corpo e Sociedade em Transculturalidade* – iniciada em 17 de abril, ministrado pela professora Dra. Artemis Soares. O tema central nesta disciplina foi o “corpo”. De forma que o corpo foi apresentado não como apenas algo físico visível presente no homem, mas sim como um sistema simbólico ao qual o homem constrói sua relação com o mundo e com as outras pessoas.

- *Seminário de Pesquisa I* – iniciada no dia 01 de maio, ministrada pela professora Dra. Helena Corrêa da Silva. O tema central trabalhado na disciplina foi sobre o papel das ciências sociais para entender o mundo atual. Papel este que deve ser por nós compreendidos para poder continuar nossa profissão de pesquisadores. A professora iniciou as orientações com relação do que é e o que deve conter em um Dossiê de Qualificação. Apresentou para a turma as “categorias analíticas” assim como sua definição e importância no redimensionamento de nossos projetos.

- *Seminário de Pesquisa II* – iniciada em 10 de maio, ministrada pela professora Dra. Iraildes Caldas Torres. O tema central apresentado pela professora é de que o “conhecimento está em construção”. Tema este percebido nas orientações a cada subtemas apresentados. O entendimento do que se trata um projeto de pesquisa, os elementos constitutivos do trabalho científico e o memorial acadêmico, foram fundamentais para o enriquecimento da escrita do meu projeto de pesquisa. Compreendendo que escrever é uma arte, onde as emoções, o amor, o pensar e o belo se materializam em um conjunto de letras que dão sentido de vida aos que escrevem e aos que leem.

- *Tópicos Especiais III* – Processo Civilizador e Práticas Socioculturais em Comunidades Amazônicas – iniciada em 22 de maio, ministrada pelo professor Dr. Gláucio Campos. O professor apresentou o escritor Norbet Elias e suas teorias sobre o processo civilizador da humanidade, enfatizando a compreensão de formação da sociedade para uma compreensão de si mesmo. As teorias sobre o tempo e hábitos em Norbert Elias apresentados durante as aulas salientam que para a produção do conhecimento não se deve ser negado o que veio antes e que

os hábitos são o que fortalecem a luta pela resistência dos elementos culturais dos povos. Esta disciplina me proporcionou um olhar especial sobre o meu objeto de pesquisa, que me levou até a escrever um poema.

- *Formação do Pensamento Social na Amazônia* – iniciada no dia 12 de julho, ministrada pelos professores: Dra. Iraíldes Caldas e Dr. Agenor Cavalcanti. Apresentando uma ementa riquíssima com teóricos que tratam de conceitos e relações do pensamento social da Amazônia e sua relação com a formação do pensamento brasileiro, a disciplina veio a completar o despertar, a aceitação de que não somos apenas cursistas de um mestrado, mas sujeitos de formação ancestral, detentores de um conhecimento próprio, do grupo étnico a que cada um pertence, e que precisamos assumir nossa missão como pesquisadores para assim imortalizar nossos conhecimentos e a história de nossos ancestrais. Foi nesta disciplina, ao fazer a pesquisa sobre minha descendência, que descobri que minha bisavó materna era indígena do Paraguai.

Entender o homem não apenas como um ser biológico, um ser ocupante de um espaço, mas também um ser que age, ser social e que suas ações transformam tudo ao seu redor. A aula que tivemos em ambiente natural, no sítio do Sr. Cristóvão, foi uma experiência única. Na aula tivemos a oportunidade de viver nosso ritual, nossa bênção mítica, muitos de nossos colegas se encontraram com seus protetores. Eu senti força e coragem a continuar a desenvolver meu trabalho de pesquisa.

Todas as disciplinas, sejam as obrigatórias ou não, foram de grande importância para minha alma, meu ressurgir como pesquisadora. Por meio dos textos, das orientações dos professores me encontrei como sujeita da história, não apenas como expectadora, mas como protagonista da e na história, tenho poder tanto agindo individualmente como coletivamente. Compreendi que a pesquisa e a escrita dos resultados levam a imortalidade dos conhecimentos, dos objetos estudados.

Frequentar as aulas não foram fáceis, pois, assim como alguns outros colegas do curso, sou funcionária pública do quadro efetivo tanto da esfera municipal como estadual. E infelizmente, ao termos dado entrada ao requerimento de afastamento com remuneração para estudo de qualificação, nossos pedidos foram negados por parte do governo estadual. Relato este fato por apresentar a desvalorização profissional e indignidade nossa como servidores efetivos de uma rede que necessita de nossos serviços e que conseguimos nosso mestrado por méritos próprios, sem campanha ou programa de formação continuada do governo. A liberação para estudo é prevista no Plano de Cargos e Salários, mas pelo que vivenciamos, não são para todos. Em meu requerimento, apesar do jurídico ter dado causa favorável, o governo alegou

estar passando por um período de contenção de gastos e não poderia conceder licença a servidores. Em casos de alguns colegas o requerimento foi negado pelo fator de que o curso “não se enquadrava” ao cargo, disciplina, exercida por eles no quadro funcional. O que é um absurdo, pois a interdisciplinariedade, de acordo com os novos parâmetros curriculares nacionais devem ser abordados em praticamente todas as áreas da educação básica.

Para participar das primeiras aulas, tive que solicitar a licença especial de 90 dias junto ao governo estadual. Na esfera municipal, foi uma surpresa, e mais uma vez na compreensão de que nada acontece por acaso, quando me dirigi ao setor RH com minha solicitação, me pediram para retornar no outro dia, e quando retornei me encaminharam para o gabinete do secretário municipal de educação, o qual me fez a oferta de assumir um cargo em um setor recém-criado, porém sem alguém ainda para tomar a frente. Falei que estava em período de aulas e teria ainda dois anos para estudo, mas ele e sua equipe informaram que para não haveria impedimento, pois poderia frequentar as aulas, já que seria no primeiro momento para assessorar o setor. Por circunstância do momento eu aceitei, e daí então, por meio de um acordo técnico entre a Prefeitura e o Governo do Estado, minha permuta foi autorizada e iniciei o novo desafio.

Infelizmente meus colegas tiveram que se sujeitar a negociações internas juntos as gestoras de suas escolas, o que via muitas das vezes desencadear problemas financeiros e estresses para eles. Acredito que os governos, seja na esfera municipal, estadual e federal, deveriam repensar suas prioridades ao que tange em conseguir as metas para a educação de qualidade, que vai além de fatores físicos, mas também a de formação daquelas que de fato fazer o acontecer nas escolas, os professores. Onde a formação do professor, seja por programas próprias de formação ou por mérito do servidor, deva ser cada vez mais incentivada e valorizada, permitindo o acesso e a permanência deles em seus cursos.

A escolha do tema e os caminhos para a pesquisa levaram em contam fatos que levaram a uma reflexão e busca de respostas para questionamentos que me inquietavam desde meus primeiros contatos com a realidade de estar grávida e parir. Muitas das vezes, mulheres grávidas atendidas em hospitais quando mencionam que passaram por rituais e tratamentos com as parteiras, são ridicularizadas e orientadas a não crer neste tipo de tratamento. E ainda são consideradas teimosas por parte dos profissionais, pois, em períodos preocupantes durante a fase de gestação algumas das mulheres recorrem ao auxílio dos trabalhos das parteiras indígenas na cidade. Há relatos de proibição e desencorajamento a elas para não buscarem esse auxílio. Observa-se mesmo com a legislação vigente do Sistema Único de Saúde sobre a questão de

inserir os saberes tradicionais, que ainda há um preconceito, desconfiança e despreparo por parte de profissionais da saúde em não considerar os conhecimentos tradicionais sobre a saúde das mulheres indígenas.

Nesta realidade, infelizmente o atendimento as grávidas pelas parteiras indígenas ocorrem em um sistema de tratamentos e atendimentos paralelos, considerados por elas como clandestinos e às vezes escondidas de suas famílias por questões religiosas. E essa confiança na procura por este trabalho clandestino se dá devido que, elas encontram nas parteiras indígenas um alento, uma luz para que consigam ter uma gravidez tranquila e uma criança saudável.

Indígena da etnia Baré e neta de uma geração de parteiras, sou grata e muito me orgulha descrever que fui abençoada em estar e viver em meio a tantos conhecimentos e experiências que enobrecem a minha pessoa. Minha avozinha morreu já pairando seus cento e cinco anos. Foi mais de um século vivido. Ela era parteira não por acaso, era mais uma Andrade de uma geração de parteiras. Uma vez perguntei a ela quantos partos ela tinha feito e não sabia me responder, pois não lembrava mais por terem sido muitos, dizia que praticamente todos os moradores atuais de Cucuí nasceram em suas mãos. Sempre conversava com ela sobre suas experiências e quando engravidava ela me orientava e ensinava alguns conhecimentos para que eu pudesse ter bons partos.

Então em certo dia conversando com a parente Dra. Marinete, mulher inteligente, sobre o mestrado que iria acontecer na cidade, ela me perguntou se eu iria participar, disse a ela que estava indecisa por não ter um tema que pudesse passar pelo certame, foi então que ela me disse: “por que não escreve sobre a vovó Anita? Sobre as parteiras? Como um relâmpago de lembranças e emoções essa ideia me abriu a mente inspirando-me a escrever sobre as parteiras.

O tema inicial encaminhado para o programa foi “Iuku Puruã<sup>6</sup>? Memórias e resistência das parteiras indígenas das áreas rurais e urbana de São Gabriel da Cachoeira-AM e seus conhecimentos tradicionais na hora de a vida pedir passagem”. Ao decorrer das aulas e orientações o tema sofreu alterações ficando: “Parteiras Indígenas Baré: suas memórias e saberes tradicionais no atendimento junto às puruãs na sede de São Gabriel da Cachoeira-Am”, tornando as parteiras indígenas que moram na sede do município como nossas principais objetos de estudo e pesquisa, pois elas, assim como minha avó podem até estar na invisibilidade, mas seus trabalhos, a profissão é um dos mais antigos na humanidade.

---

<sup>6</sup> Ela está grávida? Em língua nheengatu

As parteiras tradicionais e em nosso caso, as indígenas não frequentaram cursos em medicina e nunca se sentaram em salas de aula em universidades, mas são detentoras de um conhecimento científico, de uma ciência configurada na prática utilizando instrumentos presentes e ausentes, pois o “conhecimento científico vai além do empírico, procurando compreender, além do ante, do objeto, do fato e do fenômeno, sua estrutura, sua organização e funcionamento, sua composição, suas causas e leis” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.7).

E como conhecimento científico, as práticas das parteiras junto às grávidas se fundamentam em teorias e práticas apreendidas não apenas ao seu “sim” às suas mães e avós mas uma força, um dom presente em sua alma e por força do destino foi descoberta e aprimorada. E esse “sim” veio a mudar completamente a vida destas mulheres. Estivemos durante nosso trabalho em diálogos constantes, ouvindo, escrevendo e sistematizando o que elas compartilharam.

De acordo com Demo (2006, p. 36) “na pesquisa o primeiro princípio é a ciência”, e que, “a pesquisa deve ser vista como processo social que perpassa toda vida acadêmica e penetra na medula do professor e do aluno”, e nessa perspectiva de mestre e aprendiz, desenvolvemos um diálogo com base nos princípios científico e educativo, pois,

Pesquisa como princípio científico e educativo faz parte de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico autossuficiente, crítico e autocrítico, participante e capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar o outro como objeto. Pesquisa como diálogo é processo cotidiano integrante do ritmo de vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja a mera reprodução; Na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente. (Demo, 2006. P.42-43)

Seguindo a linha de pensamento dos princípios acima, nossa pesquisa foi desenvolvida pelo método etnográfica, a qual se apresentou a mais adequada em meio a tantos encontrados na literatura brasileira sobre a metodologia científica. O meio de estudo de caso etnográfico, ou a etnometodologia segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 60), não se refere apenas aos métodos a serem utilizados e sim à matéria substantiva a ser investigado, onde os sujeitos de investigação “são pessoas que se encontram em várias situações na sociedade moderna” e, “compreender o modo de como estas pessoas percebem, explicam e descrevem a ordem no mundo que habitam”, é o trabalho do etnometodólogo. Corroborando Mattos e Castro (2011) afirmam que fazer etnografia,

[...] é dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido; é abrir caminhos passando das contingências para a auto determinação, para inclusão na escola, na vida social, no mundo da existência solidária e cidadã. Fazer Etnografia é um pouco de doação de ciência, de dedicação e de alegria, de vigor e de mania, de estudo e de atenção. Fazer Etnografia é perceber o mundo estando presente no mundo do outro, que parece não existir mais (Mattos; Castro, 2011, p. 45).

Por este método pudemos adentrar ao mundo de nossas parceiras indígenas, ouvindo e escrevendo o que elas tinham a nos oferecer. Seus sonhos e conquistas individuais e coletivas foram registrados e serão apresentados nos tópicos presentes neste trabalho.

E para complementar nossa pesquisa recorreu por diversas vezes a informações de dados, dados estes baseados numa abordagem de análise qualitativa e acrescida por dados quantitativos. Ao passo que de acordo com Minayo (2001, p. 22), os dois tipos de abordagens “não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente” por uma variação de questões que se baseiam nas construções teórico-metodológicas mesmo em princípios diferentes, que nos permitiu uma análise das relações sociais em seus diferentes aspectos.

A abordagem qualitativa esteve presente quando, junto às parceiras indígenas, nos foram compartilhados “os seus universos de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. E a abordagem quantitativo foi necessário quando na sistematização, descrição e análises de algumas tabelas e gráficos para compreensão de fatos históricos e algumas questões levantadas pelas nossas parceiras indígenas Baré durante seus relatos orais.

#### **As técnicas de pesquisa utilizadas por nós foram:**

- Bibliográfica – no decorrer de todo processo recorreremos a registros publicados e disponíveis que foram relevantes para as fundamentações teórica de nosso trabalho. Essas buscas foram realizadas em livros físicos, on-line, sites, documentários e até redes sociais, que foram fundamentais para informações de dados e suas análises dentro de nosso trabalho.

- Observação Participante – técnica esta desenvolvida durante nossa participação em encontros e eventos em que as parceiras se faziam presentes expondo seus conhecimentos e colaborando em discussões relevantes ao papel da mulher na comunidade. Técnica esta que foi essencial durante o trabalho de campo em que Prodanov e Freitas (2013, p. 59), ressalta que, a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como

ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los”. O que permitiu nossa concentração no ambiente não somente interno, mas externo de nossas parteiras.

• Entrevistas semiestruturadas e registros de relatos orais – essas técnicas foram realizadas com três parteiras que residem na sede da cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM. Mulheres que há tempos desenvolvem com muita eficiência e são bastante recomendadas para os diversos trabalhos como parteiras. A importância desta técnica foi que forneceu dados e informações que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais. Por meio da entrevista semiestruturadas tivemos os relatos orais que nos possibilitaram fazer o registro de suas lembranças, aguçando a memória delas, pois,

No caso da história oral de vida, o que a distingue é exatamente a independência dos suportes probatórios. As incertezas, descartabilidade da referência exata, garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à História. Em particular, a história oral de vida se espalha nas construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções.” (Meihy e Holanda, 2015, p. 34)

E foi por meio dos relatos orais destas mulheres, pelas questões levantadas durante as longas conversas que tivemos em suas residências, que emergiram os seguintes tópicos que serão compartilhados:

- . Cunhãs Mukús – mães despreparadas para o momento sagrado
- . Parteiras indígenas e seu anonimato nos locais de parir das puruãs
- . As Mãos “pahmelin pinlun” de nossas parteiras indígenas
- . As parteiras indígenas e o “bahsese”: conhecimentos essenciais para o equilíbrio espiritual, do corpo e a natureza.
- . Dores do parto: um sacrifício feminino necessário para a ascensão da vida humana

Entendemos que, por se tratar de uma pesquisa que engloba a participação de pessoas, no caso as parteiras indígenas, durante todo o processo de investigação, suas narrativas, percepções, ações, opiniões e conhecimentos tradicionais, de maneira nenhuma foram desrespeitados em sua essência social e cultural. Prevaleceram à premissa da proteção, da apresentação e dos princípios éticos, pois somos cientes dos riscos e benefícios que estão correlacionados as Leis e Normas que protegem os povos tradicionais e seus saberes em pesquisas científicas no Brasil, as parteiras assinaram o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecimento TCLE. Os seus nomes e imagens foram por elas autorizadas, pois não queriam ficar mais uma vez no anonimato

Objetivando compreender os significados e sentidos do “estar grávida” e do “preparar a chegada do novo ser” para as parteiras indígenas da etnia Baré que moram na sede de São Gabriel da Cachoeira-AM e, buscando paralelamente elucidar suas memórias, percepções, ritos e missão espiritual, em um processo de coletas de dados, organizados, analisados e sistematizados neste trabalho, apresentamos os capítulos que estão descritos neste nosso trabalho.

Nosso Capítulo I intitulado “A parteira Indígena no Contexto Histórico”, levando em consideração o fato de que a atividade de partejar é uma das profissões mais antigas, apresentamos neste capítulo aspectos que venham a evidenciar o papel destas mulheres e, suas influências no processo histórico da humanidade. Evidenciamos estes presentes em fatos e artefatos, achados em tempos de glórias e de desgraças, de morte e vida, das perseguições a ascensão de um reconhecimento ainda que mínimo, de um saber e fazer que existem desde os primórdios da existência humana.

Iniciamos expondo a participação destas mulheres registradas em um dos livros mais antigos já escritos pelo homem, a Bíblia Sagrada. Em que nos é visível o enfrentamento destas mulheres junto aos episódios banais, com sabedoria para prover a vida das mulheres e crianças de suas épocas.

Relíquias em artes da antiguidade encontradas revelam a profissão por meio de esculturas que simbolizam formas de parir. Na Roma antiga o papel delas se associavam além dos trabalhos de partos, elas tinham influências e responsabilidades em decisões e afazeres em questões sociais e culturais.

Também foi por influência de uma parteira que surgiu o método da maiêutica do grande filósofo Sócrates, quando em observação aos serviços de parto de sua mãe, daí a expressão utilizada por Mossé (1989) de “parteiro das almas” quando se refere a Sócrates e seu método.

E que período sombrio foram o século XVI para elas, pois suas atividades foram mal interpretadas e condenadas como forças malignas. Momentos de dores impulsionada não apenas por questões de religião, mas também por um mundo machista, em que mulheres parteiras foram caçadas e mortas.

Muito anos depois reacende o ofício das parteiras tendo até o reconhecimento como uma profissão legitimada em meio a população e a nobreza. Aproximando-se do século

XIX a profissão das parteiras tem seu retrocesso, quando o reconhecimento do ofício se torna possível apenas quando aprendido em cursos específicos, ficando outra vez o conhecimento tradicional das mulheres parteiras como não legítimas para o exercício da função. Momento este não diferente ao dos tempos atuais.

Assim como o observado em demais localidades do mundo, no Brasil eram as mulheres escolhidas de cada grupo étnico a responsável de cuidar e acompanhar as mulheres grávidas, porém de forma especial. Porém quando em 1500, abordam, ou melhor, invadem o território os “homens brancos”, com vestes, presentes, conhecimento e hábitos que logo são impostos como o “certo”. E o “modo selvagem” se torna ridículo, inapropriado e nojentos, que precisavam de forma trágica e emergente ser mudadas. Chega então a caçada as bruxas no Brasil. Podemos até não ter encontrado vestígios de torturas físicas e mortes em escritos neste período, mas se formos considerar as formas de conquistas e imposições de “novas regras” por parte dos dominadores de regiões podemos cogitar a possibilidade de isso ter acontecido. O que podemos confirmar é que houve neste processo a morte invisível de muitos espíritos protetores, seres míticos ligado as parteiras, pois o momento mágico do período de gestação ao parto e pós-parto se transforma e atos de profissão e não de missão sagrada.

Nos anos 70, apesar da criação de Resoluções e Decretos que apontavam em seus artigos, pelo menos nos escritos, o reconhecimento dos indígenas com suas culturas, línguas e modos próprios de viver, as parteiras indígenas ainda não se viam visibilizadas por eles. Foi nos anos 90 que com a realização do ECO 92, onde emergiu a necessidade de legitimação dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas em suas diversas engrenagens de preservação da vida humana e da natureza. E entre estes conhecimentos tradicionais estão as das nossas parteiras indígenas. Novos atos institucionais jurídicos e administrativos foram então deste período até os tempos atuais criados como tentativas de escusa e reconhecimento do ofício das mulheres parteiras em todo território brasileiro.

Nosso Capítulo II intitulado “São Gabriel da Cachoeira: uma etnografia da Capital Indígena do Amazonas”, conduzimos nossos leitores para o imaginário real do território de nossas parteiras indígenas. Apresentamos São Gabriel da Cachoeira com partes de suas histórias, mesmo ainda alguns escritos são contestados pelos mais velhos quando, em rodas de conversas contam suas versões sobre as “histórias de antigamente”, porém são as histórias apresentadas em livros de épocas que remontam sobre o surgimento da cidade, sua

diversidade populacional, linguística e cultural. Apresentamos dados estatísticos que demonstram todas essas diversidades.

Apresentamos ainda nossa cidade por meio de suas histórias místicas, com seres míticos que estão presentes praticamente em todas as formas, que podem ser constados pelo olhar quando aguçam o imaginário dos que a conhecem. Terra essa que denominamos neste trabalho de “útero prolífero”, pois nela há vida em tudo e para todos. Não foi em vão seu reconhecimento de Capital Indígena, pois é uma terra de guerreiros e amazonas sempre pintados e armados para a guerra, e suas histórias de resistência e formação social com a única Federação nacional que abarca diversos grupos étnicas que é modelo de organização e conquistas relevantes reconhecido pelo mundo todo. Terra onde a fartura de conhecimentos milenares se traduz na forma natural do porquê ainda residimos e existimos neste território abençoado e protegida pelos espíritos ancestrais.

E na nossa ousadia em apresentar por meio deste mundo indígena uma explicação para o sentido da vida e em especial ao fazer das parteiras indígenas, apresentamos também neste capítulo uma interpretação da mitologia desana sobre o surgimento da humanidade. Mitologia esta escolhida por apresentar elementos, um conjunto de fatos envolto de uma simbologia surreal sobre o nosso tema, sobre o parir com as fases de crescimentos do ser humanos e seus cuidados. Chegamos ao livro “Antes o Mundo não Existia” por apresentar ainda um compartilhamento de *corpus* mitológico comum com outras contadas pelos povos da região de São Gabriel da Cachoeira-AM, além de ser um livro clássico da antropologia brasileira e local. Sabedores do risco que corremos em sermos tachados de até “sem noção” por ser este um trabalho científico e não um conto de fadas. Porém o que é para nós indígenas nossas mitologias? Nós indígenas crescemos ouvindo as histórias de nossas avós, histórias essas que quando cresci ouvi as denominando de mitos, ou inverdades. Mas o que se pode considerar como verdade?

Fomos aculturados nas “verdades” introduzidas pelos não índios que chegaram em nossa região. Friedrich Nietzsche (2007) diz que “não se pode afirmar a existência de uma verdade absoluta, mas que existem as verdades, pois a verdade é uma construção humana”. Portanto as histórias contadas por nossas avós sempre nos soaram como verdades. Verdades estas que nos ensinaram a respeita a todos e tudo o que há na terra, seja ela visível e invisível, por meio delas vivemos e convivemos, e este é o mistério que os brancos não entendem. Nossa existência e resistência se esteiam em nossas verdades, em nossas mitologias.

No Capítulo III, intitulado “Parteiras Indígenas Baré e suas memórias quando a Vida pede passagem”, vem a visibilizar as parteiras indígenas da etnia Baré que atuam na sede do município foi um dos nossos objetivos neste estudo. Além de relatos pessoais de minha convivência com a parteira Dona Anita Andrade (in memorian) e seus aconselhamentos durante minhas gestações, neste capítulo apresentamos as três parteiras: Dona Tereza, Dona Nenem e Dona Uzenir. São parteiras da etnia Baré que se destacam pelas suas experiências, pois são mais de meio séculos a serviços junto as puruãs e suas taynas<sup>7</sup> na cidade.

Seus conhecimentos, suas emoções, tristezas e alegrias, foram por elas compartilhados e registrados. O resultado dos escritos tivera como base as respostas dadas por elas durante nossa entrevista semiestruturada. Nosso questionário, além de coletas de informações pessoais relevantes, foi elaborado com questionamentos cujas respostas nos levaram a fazer um breve escritos de algumas questões levantadas por elas a respeito do estar grávida e seus sentidos.

Sentidos estes que parecem não existir quando descrevemos sobre uma das preocupações de nossas parteiras. Nossas entrevistadas manifestaram suas tristezas quando testemunham o comportamento de algumas mulheres grávidas dos tempos atuais, principalmente com as “mães novas”. Onde a perda do sentido de estar grávida, do que é carregar dentro de si e trazer para o mundo um novo ser. Seus despreparos espirituais e do corpo chegam a transformar o momento sagrado em algo banal, de uma benção para uma maldição. Um filho rejeitado desde o útero chega como um ser frágil, mas ao mesmo tempo enfurecidos, pois desde o útero os sentimentos, pensamentos e ações complementam a formação do pequeno ser. Os cuidados durante este período são primordiais, o amor materno é essencial para a chegada de um ser forte e seguro em seu remar neste novo mundo.

Dados nos revelaram que de forma no anonimato as parteiras são as responsáveis por mais de 60% dos partos realizados no município. Essa participação delas se demonstraram quando nos revelavam não saber mais quantas vezes estiveram presentes, ou realizaram sozinhas os partos das mulheres. Elas realizam os pré-natais das mulheres em suas residências, com diagnósticos, de acordo com elas, mais precisa que a dos médicos. Não temem o anonimato, pois sua profissão não busca fama, e sim a satisfação de que no final o nascimento aconteça de forma segura e rápida.

Forma segura e rápida conduzidas pelas mãos mágicas de nossas parteiras. Alguém já tocou, pegou na mão de uma parteira? Quando tiver oportunidade recomendo que o faça. São mãos macias mais firmes. Mãos que como leme levam as gestantes e seus filhos no útero a

---

<sup>7</sup> Criança, na língua indígena nheengatu

navegar sobre águas calmas. Que quando necessárias são as responsáveis para livrar a criança dos rebojos em períodos de perturbação. Quando precisar, ali estarão elas, as parteiras e suas mãos talentosas e sagradas. Mãos que já nem sabem mais a quantidade de vezes que ajeitou barriga, massageou mães e crianças, aparou e carregou. Mãos que foram o primeiro barco sentido pelos bebês ao adentrar no novo mundo.

Mãos mágicas que se complementam a outras fórmulas mágicas, aos saberes do bahsese, conhecimentos estes necessários e explicáveis para que haja o equilíbrio do espírito, do corpo e da natureza. Nossas parteiras aprenderam a se conectar com os elementos: floresta, terra, água, animal e ar, para realizarem seus feitos mágicos. Conhecimentos estes manifestados pela fé, no crer nas forças ocultas presentes em tudo e em todos. Elas compreenderam que nunca estão só nessa missão, que os “seres” invisíveis estão presentes, uns para nos fazer o bem e outros não. Para elas, saber como os elementos agem, é primordial para saber o que fazer e como fazer em momentos de riscos para as mães e seus bebês.

Conhecimentos estes que muito ajudarão a fortalecer a mulher e a criança na hora do parto. A criança para não se perder no caminho na procura da saída e início do grande rio de leite. A mulher para suportar e agir com calma quando a dor insuportável do parto se manifestar. Dores estas inexplicáveis, porém necessário, um agir do corpo oculto, porém sentido pela mulher nas contrações. Uma dor que logo é esquecido pela mulher ao olhar seu filho salvo e em seus braços.

Este estudo pretendeu contribuir para retomar o verdadeiro sentido do que é estar grávida, da responsabilidade na formação do novo ser, especificamente na compreensão de que os saberes tradicionais de nossas parteiras indígenas são legítimas e dignas de respeito. Que a humanidade precisa repensar e agir aos novos “modos” de vida que está levando a morte nossas novas gerações. A pesquisa evidencia que elas, as parteiras indígenas, ainda estão em nosso meio prontas para ajudar a quem por elas procurar. Dispostas a fazer do período mágico das mulheres, uma experiência única cheia de amor e cuidados para acrescentar ao mundo um ser de luz.

## CAPÍTULO I

### A PARTEIRA INDÍGENA NO CONTEXTO HISTÓRICO

#### 1.1 Aspectos históricos do papel da mulher parteira

Ao realizarmos nossa pesquisa sobre o estado da arte sobre as mulheres que exercem o papel de parteira, verificamos que em sua maior parte, elas são apresentadas, citadas, quando em estudos da área de saúde antropológica ou obstetrícia. Fator este que não nos impossibilitou de chegarmos ao nosso objetivo. Pois, “a energização do corpo e do espírito é um cuidado simples que dá satisfação a qualquer ser humano, especialmente as mulheres em trabalho de parto” (SILVEIRA&LEITÃO, 2003, p. 282), portanto, o ato de partejar é cuidar do corpo e do espírito da parturiente e seu bebê. E sendo o parir um ato de existência e sobrevivência de todo ser vivo no mundo, para a espécie humana este momento ao longo da história tem sido acompanhado e realizado especificamente por outras mulheres.

Essas mulheres se fazem presente em vários lugares. O termo tocológia (tokos = parto e logos=saber) vem da Grécia e de acordo com Silveira e Leitão (2003, p. 280) “partejar é dar a luz, é parir”, por isso a expressão “parteira”, é atribuída às mulheres que sabem fazer, cuidam e ajudam as outras mulheres neste momento significativo da existência humana.

Como evidência teórica da existência das parteiras e sua importância na história, iniciamos os estudos da arte apresentando os descritos em um livro de mais de dois mil anos, a “Bíblia Sagrada”. Neste livro encontramos episódios em que as parteiras são visibilizadas quando se requer seus feitos na hora dos partos.

Em Gênesis encontramos as passagens: “A parteira procurou animar Raquel, em meio às dores do parto, dizendo: “Não tenha medo! Você vai ter outro filho” (GÊNESIS; 35:17). Este inscrito trata do parto de Raquel, a qual sofria muito durante as dores de parto e temia, não apenas com a sua morte, mas também com a de seu filho, a parteira sabedoria do que viria a acontecer, demonstrou-se humanizada com as condições de Raquel, a consolou e ajudou a salvar a vida do filho que nascia. Ainda em Gênesis (38:27-30) encontramos a passagem que trata dos trabalhos de parto de uma parteira junto a Tamar quando dava à luz gêmeos.

A passagem encontrada na Bíblia que proporciona o melhor entendimento sobre o que é ser parteira e o seu compromisso com a vida, está presente em:

O rei do Egito deu ordens às parteiras hebreias, entre elas Sifrá e Puá, dizendo: “Quando vocês ajudarem as mulheres hebreias a dar à luz, façam o seguinte:

se for menino, matem-no, se for menina, deixem-na-viver”. Mas as parteiras temiam a Deus e não obedeceram às ordens do rei do Egito. Elas deixavam os meninos viver também. Então o rei do Egito mandou chamar as duas parteiras e perguntou-lhes: “Por que vocês fizeram isso? Por que deixaram os meninos viver?” As parteiras responderam ao faraó: “As mulheres hebreias não são como as egípcias. Elas são cheias de saúde e dão a luz antes que chegue a parteira”. Deus abençoou, e o povo continuou crescendo, e se tornou cada vez mais forte. (Êxodo, 1:15-20)

Neste trecho podemos perceber o quão foram corajosas e fiéis as parteiras ao seu propósito com a vida e sua continuidade entre o seu povo. Mesmo sabedoras de que podiam ser mortas, elas foram sábias e fies em sua missão de preservação da vida e sobrevivência de todas as crianças nascidas. Tal ato nos leva a refletir sobre a essência do que é ser parteira. Pois, ajudar a vim e depois acabar com a vida, não era o que estas mulheres estavam predestinadas, e sim de ajudar as mulheres e seus filhos na passagem de uma nova vida. Uma vida com segurança e esperanças de viver muito na terra.

Por séculos o parto foi considerado um evento feminino cujos conhecimentos empíricos e práticos, transmitidos através das gerações por outras mulheres, eram ministradas utilizando cuidados durante todo o ciclo gravídico e também após o nascimento da criança (CRUZ, 2019). Encontramos ainda registros históricos sobre o trabalho das parteiras e suas técnicas na antiguidade, quando Machado (2015) em seu livro “Gestação, Parto e Nascimento – uma visão Holística”, apresenta exemplos em evidências encontradas da época, como em uma escultura na Turquia, representando uma deusa dando à luz com o filho entre as coxas. Outros registros históricos encontrados na Índia, na China e no Japão revelam também outras posições nas quais as mulheres davam à luz, como em pé e de joelhos. Registros estes que podem ser datados de 6 a 7 mil anos a.C.

Na Grécia e Roma antiga o papel das parteiras ia além do ato de fazer partos, por exemplo, eram responsáveis por realizar casamentos, ministrar medicamentos e interromper gravidez complicadas, quando consentido pelas autoridades gregas (BORGES, 2014, p 15). Observa-se, portanto, a autoridade da parteira junto às questões sociais e culturais da época, ou ainda, o papel importante da mulher na sociedade grega.

Outro achado relevante sobre o papel da parteira e sua influência na vida humana, pode ser encontrado quando nós retomamos para a história de vida de Sócrates, o mais renomado filósofo do período clássico da Grécia Antiga. Pois sua mãe Fairanete, era parteira, e foi acompanhando e observando sua mãe em seus atendimentos às parturientes, que Sócrates

desenvolveu o método da maiêutica<sup>8</sup>. Pois “como sua mãe, que era parteira, Sócrates julgava ser destinado a não produzir um conhecimento, mas a parturejar as ideias provindas dos seus interlocutores” (CABRAL, on-line). O que Mossé (1989, p. 86) descreve que “Sócrates não era somente um questionador, portanto, também era um parteiro das almas”.

Durante os séculos da Era Cristã, analisando as narrativas de Borges (2013), partejar fazia parte apenas das mãos femininas, quando as vizinhas, parentas, eram as responsáveis por praticar. Sob a expansão e controle da igreja católica, partejar, passou a ser orientada a partir de preceitos católicos, e os sacerdotes arregimentavam mulheres que eram proibidas de praticar abortos e curandeirismo. Muraro (2014, p.184) descreve que “desde a mais remota antiguidade, as mulheres eram as curadoras populares, as parteiras, enfim, detinham saber próprio, que lhes era transmitido de geração em geração”. Elas viajavam fazendo não apenas o papel de partejar, mas também como médicas populares, para curar doenças, iam de casa em casa, de aldeia em aldeia.

Este fato, a partir do século XVI, no período medieval da Europa Ocidental, em que se recorda a triste fase de perseguição as mulheres na Idade Média, a absoluta misoginia que inclui as parteiras à fogueira na santa inquisição, por não seguirem preceitos os ditos religiosos. ligada ao crescimento de domínios da Igreja Católica, foi um período negro para as mulheres. Milhares de mulheres herboristas, parteiras e curandeiras foram mortas como bruxas em fogueiras no território da Europa Ocidental. “Desde a mais remota antiguidade, as mulheres eram as curadoras populares, as parteiras, enfim, detinham saber próprio, que lhes era transmitido de geração em geração” (MURARO, 2014, p.184), foram consideradas bruxas e então mortas em fogueiras. Momento na história descritas por Ehrenreich e English:

Mas existem três acusações principais que se repetem ao longo da história da perseguição às bruxas em todo o norte da Europa. Antes de tudo, acusavam-nas de todos os crimes sexuais concebíveis contra os homens. Nitidamente, sobre elas pesava a “acusação” de possuir uma sexualidade feminina. Em segundo lugar, acusavam-nas de estar organizadas. A terceira acusação, finalmente, era de que possuíam poderes mágicos sobre a saúde...Frequentemente, eram acusadas especificamente de ter conhecimentos médicos e ginecológicos. (Ehrenreich e English, 1967, p 12)

Essas mulheres eram condenadas não por causa da religião, e sim porque, como lembra Costa (2000, p. 41) que “as bruxas são fatalmente ligadas ao seu fazer: são mulheres sábias,

---

<sup>8</sup> A maiêutica socrática tem como significado “dar à luz”, “dar parto”, “parir” o conhecimento. É um método ou técnica que pressupõe que “a verdade está latente em todo ser humano, podendo aflorar aos poucos na medida em que se responde a uma série de perguntas simples, quase ingênuas, porém perspicazes” – Disponível em: Maiêutica – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) Acesso em: 10/03/2024.

curandeiras, parteiras, geralmente oriundas da classe camponesa e que gozavam de grande prestígio social em suas comunidades”, o que incomodava à Igreja por vê-las como ameaça aos seus domínios, e pelo fato de que a medicina seria de prática comum de homens.

O papel e a visibilidade da importância da parteira na história tiveram ênfase, quando, de acordo com Brenes (2005, p. 42), “do século XV até fins do século XVIII, vários modelos de parteiras foram desenhados, embora esse marco, por vezes, remonte a 1268, quando diversos ofícios vão aparecendo em corporações com o aval das magistraturas da época”. Com a aceitação do ofício de partejar por mulheres, as parteiras tiveram seu reconhecimento profissional. Havia então as parteiras de função pública, que prestavam serviço pago por uma pensão, e as parteira no exercício liberal, independentes, que ofereciam seus serviços na iniciativa privada (GÉLIS apud BRENES, 2005, p. 42), algumas destas mulheres parteiras chegavam a ter até o título de nobreza por atuarem na corte junto as condessas e a rainha.

Na virada do século XVIII para o século XIX, com a cientificação ligando a medicina-cirurgia ao nível da prática em Portugal, apresentou mudanças em relação ao serviço do parto, principalmente no que diz respeito ao trabalho realizado pelas parteiras. Segundo Marinha Carneiro,

Esta visibilidade social e o reconhecimento de uma superioridade de tipo científico dos cirurgiões alastrou à sua relação hierárquica com as parteiras. Estas passaram a ser submetidas a um maior controlo: os cirurgiões passaram a organizar cursos de parteiras no âmbito das suas escolas, com o beneplácito oficial (Carneiro, 2007, p. 318).

A ideia de que o trabalho de parto deveria ser realizado somente por pessoas “qualificadas”, ligada ao preconceito e hierarquização, desenvolveu conseqüentemente a descrença dos trabalhos das parteiras, cujas práticas eram desenvolvidas por conhecimentos tradicionais repassados de geração a geração. Neste novo cenário a mulher teria que fazer um curso na área, e mesmo ao realizar o curso, elas não eram as que de fato realizavam o trabalho de parto, eram ajudantes de médicos, pois era eles, os médicos, habilitados para o serviço.

Verificamos no processo histórico da parteira que o ato de partejar era um serviço do “fazer feminino” com significações refletidas em fatores que envolviam a espiritualidade e a ancestralidade. E hoje o que temos é um cenário de descrenças e de que este ato é “mais seguro” se for realizado por um médico habilitado para o serviço. Para Natal e Sinibaldi (2001, p. 199), se “considerando a realidade e a cultura das parteiras, pois o apoio ao ofício não deve ser condicionado a um enquadramento de suas práticas ao modelo médico”.

Para as autoras esse enquadramento consolidou o preconceito de que o serviço seria de predominância masculina, assujeitando então a mulher apenas a práticas heteronômicas<sup>9</sup>. Quando sabemos que o saber das parteiras se relaciona entre os cuidados junto às mulheres com a sua saúde mental, física e espiritual, reconhecida como um laboratório vivo em suas moradias, em suas hortas domésticas e fé, conhecimentos e práticas que auxiliam na recuperação da mãe e da criança.

O ato de partejar seja no contexto histórico ocidental ou dos povos originários, tinha a parteira tradicional como referência, elas detêm o saber tradicional sobre os corpos e fazem os trabalhos de assistência ao parto em processos que envolvem ancestralidade, dom, afeto e responsabilidade. Tornquist (2005) vê as parteiras como aquelas que assistem com frequência os partos praticando com experiência, vocação e compromisso social e são legitimadas por sua comunidade. Fato que no interior do Brasil ainda se é perceptível. São elas “[...] protagonistas na manutenção das comunidades onde vivem e detentoras de um exímio conhecimento cognitivo que as tornam especialistas na arte de “pegar menino” (TEIXEIRA, 2018, p. 07). Nomeadas como parteiras tradicionais, estas mulheres estão presentes em vários lugares, nas cidades, em comunidades e grupos étnicos, executam seus trabalhos associados a conhecimentos e técnicas de fitoterapia, rezas e técnicas corporais adquiridos por gerações e prestam o acompanhamento pré-natal, assistência ao parto e atenção aos cuidados de resguardo, amamentação e reabilitação de puérperas.

## **1.2 As parteiras indígenas e seu reconhecimento no território brasileiro**

Ressaltamos mais uma vez o quão é cada momento de parir, como é forte e marcante para as mulheres, momentos únicos de expectativas e emoções. E concomitantes a esse momento ímpar estão elas, as especialistas, detentoras de saberes, conhecimentos tradicionais na arte do compreender e do que fazer para um nascimento rápido e seguro, as “parteiras”.

Desde o princípio para os grupos étnicos que habitavam a vasta região do Brasil esse momento sagrado era praticado exclusivamente por elas, escolhidas e preparadas por gerações.

---

<sup>9</sup> Do grego heteros “diversos” + nonos, “regras”. É um conceito criado por Kante para denominar a sujeição do indivíduo à vontade de terceiros. Disponível em: Heteronomia – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org). Acesso em: 10/03/2024.

Esse poder feminino e sagrado foi abalado quando em 1500, as primeiras caravanas de Pedro Álvares Cabral chegam ao território brasileiro, quando a bordo de seus navios,

Ao todo, os 13 navios transportavam 1,5 mil homens, **entre médicos**, boticários, religiosos, calafates (especializados em tapar e vedar buracos e frestas) e até degredados, isto é, condenados à morte que aceitavam trocar sua pena capital pelo exílio em terras desconhecidas. (BBC News Brasil, 2020)

Com a penetração destes novos homens e a imposição de novas culturas e costumes e, principalmente no que diz respeito ao processo de parto, se passa então a atribuir a atividade obstétrica por homens. Neste período elas foram proibidas de exercer a profissão por denúncias que de acordo com Tornquist (2000) as denúncias médicas não faziam menção à falta de conhecimentos relativa às manobras do parto, mas sim a respeito das condições de higiene em que era realizado. Foi uma violação ao processo da vida, pois as parteiras indígenas não se eram necessárias somente na hora do parto, mas seu trabalho e acompanhamento era fundamental mesmo antes da gravidez, já que ajudavam, por meio de seus conhecimentos, as mulheres com dificuldades de engravidar, e quando grávidas, participavam de todo o período até o parto e pós-parto. Além de que as parteiras indígenas também possuíam conhecimentos de curas para várias doenças e tratavam sempre de todos de sua comunidade.

Quando hospitais foram construídos restringiu ainda mais as atividades das parteiras, pois todo e qualquer tipo de tratamento a enfermidades deveriam ser tratados nos espaços dos hospitais. Já que os hospitais foram impostos como o único local em que a excelência do saber e da prática médica deveria acontecer. Assim, as mulheres indígenas parteiras e suas atividades em suas residências ou quando necessário na casa das grávidas, ou ainda por seus modos de viver, ou de ser detentora de uma ciência não compreendida eram distratadas por não se enquadrarem num universo da “verdadeira ciência” ou ainda, citando Lévi-Strauss (1975 apud CARVALHO, 1997, p. 34), por “não se encaixa nas características sociais de uma sociedade industrial moderna, de moldes ocidentais.”

E mesmo nos anos oitenta, quando cursos na área da saúde no Brasil emergiram, a mulher não era estimulada a frequentar. Percebemos esta limitação já nos termos utilizados nos textos oficiais, como a no Decreto nº 94.406/87, em que temos,

Art. 1º – O exercício da atividade de Enfermagem, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e respeitadas os graus de habilitação, é privativo de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e **Parteiro** e só será permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região.

**Art. 7º – São Parteiros:**

I – o titular de certificado previsto no Art. 1º do nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, observado o disposto na Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

II – o titular do diploma ou certificado de **Parteiro**, ou equivalente, conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as respectivas leis, registrado em virtude de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil, até 26 de junho de 1988, como certificado de **Parteiro**.

Percebemos que os termos se limitam ao gênero masculino, pois os cursos de saúde ou ainda, o acesso às universidades era privilégio de poucas mulheres. Outra reflexão que nos leva a ter sobre a institucionalização de cursos de parteiro e ou/parteira, é a restrição outra vez ao exercício do ofício, já que ‘para ter o direito de ser parteiro deveria frequentar os cursos e ter o certificado.

As formações acadêmicas poderiam até oferecer o “título” de parteiros, mas seus conhecimentos limitados a técnicas ocidentais, não se poderiam e nem podem ser comparados aos títulos de nossas parteiras indígenas. Pois seus conhecimentos e suas práticas não foram apreendidos em escolas e ou universidades. Elas não se limitavam a um período de estudos programados e cobrados, nossas parteiras indígenas eram e continuam sendo chamadas, escolhidas para o ofício de uma ciência por meio de uma herança de “poderes”. Um conhecimento de técnicas com feitos visíveis e invisíveis incompreensível pela ciência ocidental.

Atualmente a ciência antes não compreendida é tema de diversas discussões e pesquisas no mundo. Para os povos indígenas os conhecimentos e práticas das parteiras se constituem em um legado mágico ligados a “sentidos de origem espiritual e de natureza espiritual” (MAUSS, 2003, p. 254), e que Cunha (2018) vem a denominar como “conhecimentos tradicionais”, daí o termo parteira tradicional. Destarte, parteiras indígenas são as mulheres presentes em cada grupo étnico que, apesar de não terem estado em nenhuma faculdade superior, são especialistas, doutoras em conhecimentos e práticas ancestrais no atendimento e cuidado das puruãs em seu pré-natal, parto e pós-parto.

Para os indígenas o período mesmo antes do gestar até os pós, eram e têm sido considerados como uma passagem na vinda de um ser humano envolto de mistérios, acompanhado por costumes, fazeres e saberes tradicionais que eram realizadas por mulheres, cujos conhecimentos eram transmitidos por suas mães ou avós.

A compreensão e aceitação destes saberes tradicionais no mundo teve um alavancar quando em uma convenção mundial se institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que foi assinada em Estocolmo em 14 de Julho de 1967, e modificada

em 28 de setembro de 1997. Um dos objetivos desta convenção era o de “encorajar a atividade criadora, promover em todo o mundo a proteção da propriedade intelectual” (OMPI, 2002, p.3). Sobre os conhecimentos tradicionais, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual aborda três áreas distintas: a biodiversidade, a agricultura e a saúde. Sendo então que os conhecimentos tradicionais de nossas parteras indígenas se ligam a área da saúde, o que explica o porquê que elas aparecem constantemente em pesquisas relacionadas ao campo da saúde.

Mesmo antes da criação da OMPI os indígenas do Brasil tinham seus direitos com relação ao reconhecimento como grupos étnicos e seus conhecimentos, por meio de Decretos e Resoluções, como nos apresenta a Lei Nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Em seu art. 1º, o Estatuto do Índio (BRASIL, 1973) que em seu,

Art. 1º. Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.

De acordo com esta Lei os índios do Brasil teriam seus direitos preservados quanto a sua identidade e saberes tradicionais. Direitos estes que por muitos anos foram violados em sentido de descaso e descrédito.

Retomando a questão da Organização Mundial de Patrimônio Intelectual, considerando que os povos indígenas, principalmente aos de países em desenvolvimento, começaram a exigir uma proteção não só com relação a questões da industrialização, mas também para os conhecimentos tradicionais. O que desencadeou aos Estados membros da OMPI uma retomada em suas negociações agora em âmbito da Comissão Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicional e o Folclore. Esta discussão teve por objetivo a orientação para o desenvolvimento de instrumentos jurídicos internacionais para proteção com eficácia dos conhecimentos tradicionais, dos recursos genéticos e das expressões culturais tradicionais de cada região no mundo<sup>10</sup>.

Esta questão também já se encontrava prevista na Constituição de 1988 quando em seus artigos 205 e 216, complementada pelo inciso II do art. 225, corresponde a proteção ao patrimônio histórico, cultural, genético e ambiental no Brasil.

---

<sup>10</sup> A Nota Informativa nº 2 – Comissão Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e os Recursos Genéticos, os Conhecimentos Tradicionais e o Folclore (IGC) se encontra disponível em [www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-2-pt-the](http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo-pub-rn2023-5-2-pt-the)

Mas foi durante a ECO 92, que o poder público brasileiro veio a demonstrar sua preocupação quanto à proteção dos Conhecimentos Tradicionais Adquiridos. Demorou um pouco para este tema ter definitivamente seu reconhecimento em caráter jurídico, quando em 2001 veio a ser regulamentada pela Medida Provisória nº 2.186,

Art. 8º Fica protegido por esta Medida Provisória o conhecimento tradicional das comunidades indígenas e das comunidades locais, associado ao patrimônio genético, contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas pelo Conselho de Gestão de que trata o art. 10, ou por instituição credenciada. § 1º O Estado reconhece o direito das comunidades indígenas e das comunidades locais para decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Medida Provisória e do seu regulamento. § 2º O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de que trata esta Medida Provisória integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser objeto de cadastro, conforme dispuser o Conselho de Gestão ou legislação específica. § 3º A proteção outorgada por esta Medida Provisória não poderá ser interpretada de modo a obstar a preservação, a utilização e o desenvolvimento de conhecimento tradicional de comunidade indígena ou comunidade local. § 4º A proteção ora instituída não afetará, prejudicará ou limitará direitos relativos à propriedade intelectual. (Brasil, 2001)

Antecedendo a Medida Provisória nº 2.186, o conhecimento imaterial<sup>11</sup> na legislação brasileira foi regulamentada pelo Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, o qual instituiu o Registro de bens Culturais de Natureza Imaterial, criando desta forma o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e outras providências.

Ainda no ano de 2000 são lançados pelo governo brasileiro por meio do Ministério da Saúde, dois programas voltados para a questão do atendimento ao parto. A primeira é o “Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais”, programa este criada sem uma normatização jurídica, mas como parte de um dos planos do Ministério Público de Saúde para diminuir com a mortalidade nos períodos perinatal<sup>12</sup> e neonatal<sup>13</sup> que estavam em dados alarmantes em algumas regiões do Brasil, principalmente onde o SUS era precário. E com a

---

<sup>11</sup>- refere-se ao conjunto de saberes, práticas e tradições que são transmitidos de geração em geração, formando parte do seu patrimônio cultural. Marcela Stockler Coelho de Souza, «A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial», *Anuário Antropológico* [Online], v.35 n.1 | 2010, posto online no dia 09 outubro 2015, consultado em 04.02.2025.

<sup>12</sup> “O período perinatal começa em 22 semanas completas (154 dias) de gestação (época em que o peso de nascimento é normalmente de 500 g), e termina com sete dias completos após o nascimento.” Definições-DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/definicoes>. Acessado em 05/02/2025.

<sup>13</sup> “O período neonatal começa no nascimento e termina após 28 dias completos depois do nascimento”. Definições-DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/definicoes>. Acessado em 05/02/2025.

precariedade do atendimento do SUS, era as parteiras que faziam o atendimento às gestantes e seus filhos em suas residências.

O Programa incentivava para que os entes federados dos estados e municípios, além de outros profissionais de saúde, a reconhecerem o trabalho das parteiras como integrantes e essenciais para a área da assistência obstétrica em suas localidades. Além de solicitar que fossem feitos os cadastramentos delas e sua inserção junto ao Programa Saúde da Família, dando apoio ao melhoramento de seus atendimentos domiciliares, oferecendo formações e disponibilidade e entrega de kits contendo materiais básicos para seus atendimentos. Ressaltamos que o Programa Trabalhando com as Parteiras Tradicionais foi idealizado por pessoas do corpo técnico da área de saúde da mulher do próprio Ministério da Saúde, impulsionados por organizações sociais ligadas ao trabalho junto à questão da saúde da mulher e algumas secretarias estaduais de saúde (BRASIL-MS.2000).

O segundo foi o “Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento”, este, normatizado pela Portaria nº 569 de 1º de junho de 2000. Dentre as considerações apontadas na Portaria destacamos o da implantação de “Centrais de Regulamentação Obstétrica e Neonatal nos níveis estadual, regional e municipal” (BRASIL-MS,2000), que deveriam funcionar como espaços ordenados e capacitados para o atendimento à saúde das gestantes e seus recém-nascidos em todos os seus níveis processuais. Fatores estes que definem,

Art. 1º Instituir o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Parágrafo único. O Programa objeto deste Artigo será executado de forma articulada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Saúde dos estados, municípios e do Distrito Federal e tem por objetivo o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e assistência à saúde de gestantes e recém-nascidos, promovendo a ampliação do acesso a estas ações, o incremento da qualidade e da capacidade instalada da assistência obstétrica e neonatal bem como sua organização e regulação no âmbito do Sistema Único de Saúde (Brasil-MS, 2000).

Ressaltamos que por tempos as denúncias de atos desumanos com ofensas e maus tratos junto às gestantes quando em atendimento ou trabalhos de partos nos hospitais, eram constantes nas diversas regiões brasileiras, principalmente quanto ao atendimento às mulheres indígenas.

No município de São Gabriel da Cachoeira, as mulheres indígenas têm sofrido várias negligências médicas, principalmente ao atendimento obstétrico. Neste ano de 2025, devido a denúncias de descasos e de violência obstétrica, caracterizadas como atos que não atendem a um atendimento humanizado junto às gestantes indígenas, e a um caso específico a qual envolvia uma paciente da etnia yanomami, acontecida no Hospital de Guarnição de São Gabriel

da Cachoeira, fez com que no dia 03 de fevereiro de 2025, impulsionada pela Sra. Dra. Janaína Mascarenhas, Procuradora Federal da Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Neste encontro, acontecido no próprio HGU/SGC, estiveram presentes representantes de instituições de Saúde que atendem e trabalham junto aos indígenas, com a presença do Diretor do Hospital e a defensoria. O encontro discutiu e deliberou planos de ações para o melhoramento e garantia de atendimento humanizado junto às mulheres indígenas gestantes, principalmente para as de etnias de recém contatos, reforçando o compromisso de todas as demais instituições na garantia dos direitos das mulheres indígenas da região<sup>14</sup>.

No ano de 2011, quando é aprovada a Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS a Rede Cegonha, em que a portaria em considerações principais apresentada como: as metas do Pacto Pela Vida; do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade materna e Neonatal; Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil no Nordeste e na Amazônia Legal; o governo estende sua atenção e reconhecimento junto às parteiras tradicionais em todo o território brasileiro. Pois quem mais seria de direito e de poder para ajudar a alcançar os objetivos e metas traçados pela Rede Cegonha? As parteiras tradicionais passaram a fazer parte como colaboradoras da saúde em sua comunidade, e vários financiamentos de formação e materiais foram oferecidos às organizações e grupos de parteiras. Além de que com elas, o parto humanizado era real mesmo antes de “inventarem” este termo nos trabalhos obstétricos.

Em 2012 é lançado o “Livro da Parteira Tradicional”, que contém informações sobre gestação, saúde da mulher e do bebê, e outros para complementar os conhecimentos das parteiras tradicionais e suas ações junto à comunidade. Ao verificarmos junto as nossas parteiras indígenas, esse livro não traz muita novidade, pois seus fazeres estão presentes no conteúdo do livro, de forma natural. Afirmam que não deixa de ser um instrumento didático ótimo para as parteiras que assumem a função nos tempos atuais.

No ano de 2015 é incluída no calendário nacional o Dia Nacional da Parteira Indígena no dia 20 de janeiro, feito este normatizado pela Lei nº 13.100 de 27 de janeiro de 2015. Esta data foi escolhida como homenagem à Sra. Juliana Magave de Souza, uma parteira tradicional do estado de Macapá, considerada a mais antiga com cerca de 400 partos realizados durante sua vida de dedicação junto às mulheres grávidas.

---

<sup>14</sup> Defensoria Pública do Estado do Amazonas: <https://defensoria.am.def.br/2025/02/03/em-sao-gabriel-da-cachoeira-dpe-am-participa-de-reuniao-sobre-violencia-obstetrica>.

Sendo nossas parteiras indígenas as detentoras de conhecimentos repassados de geração por suas antecessoras, tendo seus ofícios mais valorizados por instituições e órgãos ligados oficiais de saúde, elas iniciam uma corrente de fortalecendo em âmbito nacional por meio de seus territórios demarcados e pelas constantes lutas de reivindicação de seus direitos no ofício em suas comunidades. Mas foi somente em 09 de maio de 2024, quando na, 104ª Reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPAHAN), que reconheceram o “Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil” como conhecimento imaterial brasileiro.

Em setembro de 2018, em uma Assembleia realizada entre os dias 20 e 21 de setembro na sede da Fiocruz Amazônia, na cidade de Manaus, é criada a APTAM – Associação de Parteiras Tradicionais do Estado do Amazonas. Com a criação da APTAM, as parteiras tradicionais do Amazonas, buscam o fortalecimento, o reconhecimento e a valorização de sua profissão e serviços junto as mulheres de toda região do Amazonas, assim como suas práticas tradicionais e populares.<sup>15</sup>

Em 2020 o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Lei Estadual nº 5.312, de 18 de novembro, regulamenta que as parteiras, quando solicitadas pelas mulheres grávidas, podem se fazer presente durante o trabalho de parto e pós-parto, seja em casas de parto, em hospitais e similares da rede pública e privada. Além de enquadrá-las em seu Ar. 1º...

**1º** Para efeitos desta Lei e conformidade com a qualificação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), consideram-se sinônimas de parteira leiga (código 5151-15) as nomenclaturas de assistente de parto, parteira e parteira prática...

**§ 4º** Os efeitos desta Lei se estendem às parteiras tradicionais que, para efeitos desta Lei, constituem uma derivação da parteira oriunda da prática realizada pelas indígenas e ribeirinhas. (Amazonas, 2020)

Porém, esta mesma Lei as restringe a realizar alguns procedimentos considerados como “médicos ou clínicos”, o que podemos considerar desnecessário, visto que elas podem não utilizar instrumentos modernos utilizados pelos médicos, mas seus conhecimentos podem colaborar com as determinações do quadro clínico da parturiente.

Algumas de nossas parteiras possuem cadastros de reconhecimento e possuem passe livre no HGu de São Gabriel da Cachoeira onde prestarem serviço junto aos médicos quando se tratando de atendimento a partos neste local.

---

<sup>15</sup>Informação disponível em: <https://mamiraua.org.br/noticias/parteiras-tradicionais-criam-primeira-associacao-da-categoria-no-estado-do-amazonas>.

### 1.3 Parteira Indígenas: Um destino ligado a componentes mágicos comuns

O reconhecimento dos saberes destas mulheres como patrimônio imaterial do povo brasileiro consagrou ainda mais o papel delas, pois estão presentes em todo território nacional, principalmente onde o serviço público de saúde não consegue chegar. Elas estão em cada cidade, comunidade de beiradão de rio ou mata adentro. Seus conhecimentos e seu ofício são o melhor que não só apenas as mulheres grávidas necessitam, mas todos da comunidade, pois seus conhecimentos ligados ao poder da cura, sejam por meios convencionais ou não, são o que tem salvado e preservado a vida em suas comunidades.

O reconhecimento e a garantia da atuação das parteiras em suas comunidades são fundamentais, e sua atuação discorre de acordo com a realidade social e cultural. De acordo com Dias (2007, p. 477),

O Brasil guarda uma diversidade geográfica e cultural imensa que se expressa na atenção da saúde das mulheres e no universo simbólico representado por meio das distintas práticas de cuidar. As mulheres indígenas e quilombolas, as mulheres das regiões ribeirinhas, dos sertões, dos pantanais e até das cidades, regiões metropolitanas contam frequentemente com essa figura de tradição antiga do cuidar que são as parteiras tradicionais para ajudá-las, cuidá-las e acompanha-las em eventos importantes da sua vida sexual e reprodutiva.

De acordo com a revista Brasil de Fato, em sua coluna intitulada Parteiras Indígenas, publicada em 15 de dezembro de 2021, estima-se que no Brasil haja em torno de 60 mil parteiras tradicionais, estando 45 mil delas nas regiões Norte e Nordeste, entre elas em destaque as parteiras quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Em que as parteiras indígenas se definem em mais de 300 etnias presentes no Brasil, com sua cultura e saberes/fazeres singulares no que tange ao parto e seus contornos. E de acordo a gerente da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas, “desde 2008, a SES-AM realiza levantamentos e ações de capacitação, qualificação e mapeamento das parteiras. No Amazonas, constam aproximadamente 1.400 parteiras distribuídas em 53 municípios do estado” (SES-AM, 2022).

As parteiras tradicionais são assim denominadas pela forma e instrumentos utilizados por tempos em suas atividades. Em nossa pesquisa as denominamos de parteiras indígenas, pois, são mulheres pertencentes a etnias da região, que por situações diversas moram e atuam na cidade e seus entornos. Em virtude de suas localizações atuais, atendem a mulheres de diversas etnias diferentes das suas. Para a compreensão do fenômeno da identidade étnica das parteiras indígenas de São Gabriel da Cachoeira, apresentamos os conceitos de Poutignat (1998)

sobre a identidade, principalmente a étnica, ao passo que introduziu o conceito da interação entre os grupos sociais e a sua relevância, conforme este autor,

[...] distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente, [...] as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico [...] e da interdependência dos grupos (Poutignat, P.; Streiff-Fenart, 1998, p.188).

Denominamos nossas parteiras tradicionais por parteiras indígenas pelas características de um fazer cultural definida pela etnicidade. Oliveira (2004, p. 32 e 33) assinala que,

A etnicidade supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a ser acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade.

Esse sentimento de pertencimento indígena pela etnicidade se define de acordo com Oliveira (2004, p. 33) pelo fato que “são unidas em componentes mágicos integradas a um destino comum”. O que leva a compreensão de que a etnia não se condensa a uma identidade de grupo, seus trabalhos não se limitam a um território quando solicitadas pelas puruãs no município. São sim, pertencentes a um grupo étnico, mas também são parteiras indígenas em suas afirmações de pertencimento, de almas com compromisso e responsabilidade em seu simbolismo sagrado. Se identificam e atuam em uma cosmologia e teogonia fortalecida no sentido de sua existência e missão no mundo.

Elas são detentoras de um dom que é aperfeiçoado com a ajuda de suas avós, ancestrais, as quais assumem essa função junto a seu povo passam a acompanhar as mulheres, sempre se dispõem quando chamadas até mesmo se estiverem idosas elas atendem as parturientes. Como o caso de algumas de nossas colaboradoras, não realizem mais o parto em si, mas mantêm as práticas no manejo da gestação como pegar barriga e utilizar os remédios caseiros, envolvendo trabalhos de conhecimentos sobre a posição do bebê e a necessidade de manipulação; preparação para o parto e pós-parto, realização de massagens e preparação de chás (SILVA et al. 2020).

A cultura dos povos indígenas é reflexivamente constituída pela perspectiva do encontro interétnico e “uma sociedade e seus membros sobrevivem de uma maneira culturalmente marcada em um mundo significante” (CUNHA, 2018, p. 236), e embora cada grupo indígena possua sua própria cultura com hábitos e costumes próprios, a atenção intercultural da gravidez, parto e pós-parto continuam a ser a preservação ao ato sagrado de trazer, preparar o novo ser. Essa prática “trata-se de uma herança e experiências culturais acumuladas em milhares anos, cujos conteúdos e significados permanecem vivos até os dias atuais, apesar da amalgamação sofrida no processo histórico da era moderna” (TORRES, 2005, p.19).

Nossas parteiras indígenas são mulheres titulares de um etnoconhecimento fundamental para a preservação e fortalecimento da vida humana. Para uma compreensão do sentido do termo etnoconhecimento vejamos o conceito elaborado por Miranda (2007, p. 2), a saber:

Denominamos ‘conhecimentos tradicionais’ ou ‘etnoconhecimentos’ aqueles conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal. São conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base numa estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, profundamente enraizados na vida cotidiana dos povos. Podemos, então, considerar etnoconhecimento o conhecimento produzido por diferentes etnias em diferentes locais no globo terrestre a partir do saber popular.

Ao tempo em que o termo etno vem do grego *ethnos*, que significa ‘identidade de um povo’ portanto etnoconhecimento é tudo aquilo que alguns povos têm e podem compartilhar, incluindo crenças, tradições, modo de fazer ou de produzir alguma coisa. Aquilo que os indígenas em convivência sintonizada com a natureza e com tudo que nela há, possuem de conhecimentos milenares e têm a ensinar para quem está bem longe dessa realidade.

Em se tratando de literatura voltada para o tema sobre parteiras indígenas e seu etnoconhecimento, o que se verificou diante do estado da arte realizado preliminarmente, é que as pesquisas, em sua maior parte, são oriundas de trabalhos realizados por pesquisadores da área da saúde antropológica, com os objetivos de avaliar a saúde da mulher indígena e os impactos causados pela medicina moderna na saúde da parturiente.

Há pesquisas sólidas sobre o tema, aqui na região do Alto rio Negro, com a participação do DSEI, Fiocruz, sob a orientação da pesquisadora Luiza Garnelo (2019), que analisam os dados coletados no âmbito do Inquérito Nacional no Brasil para avaliar, através de indicadores, a atenção pré-natal ofertada às mulheres indígenas, e a alta vulnerabilidade social e deficiência

de cobertura de se atenção à saúde. Nesses estudos os piores índices foram detectados na região Norte, entre populações de baixa renda, nas quais estão inclusas as mulheres indígenas.

Para a pesquisa sobre o desenvolvimento das atividades pedagógicas direcionadas à saúde da mulher indígena, Garnelo et al., (2019), produziram um conjunto diversificado de informações e atribuições dos AIS (Agentes Indígenas de Saúde). O conhecimento tradicional dos Agentes Indígenas de Saúde era pouco valorizado e não era levado em consideração nas atividades educativas e de promoção à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres indígenas do Alto rio Negro. Os pesquisadores Coimbra e Garnelo (2003), frisam que as investigações empíricas sobre a saúde reprodutiva e saúde da mulher no Brasil (de cunho sócio-antropológico e epidemiológico) são em sua maioria em contextos urbanos envolvendo em maior parcela, mulheres negras.

No contexto das pesquisas com recorte étnico, permanece ainda uma grande lacuna no conhecimento científico que necessita de complementos, por exemplo, quais os determinantes socioculturais, ambientais e biológicos da saúde reprodutiva da população indígena. Garnelo (2019, p 133) afirma que,

Tais considerações ofertaram importante balizamento das atividades formativas, buscando equilibrar o domínio de ações técnicas resolutivas com uma abordagem humanizada e culturalmente sensível do cuidado ofertado às mulheres indígenas. Porém, o processo formador não descurou a abordagem do contexto em que as mulheres indígenas vivem, se constituem como sujeitos e reproduzem suas famílias perseguindo a especificidade cultural que a política de saúde indígena anuncia, mas que tem dificuldade de convertê-la em práxis.

Suas pesquisas têm dado visibilidade aos problemas e anseios da saúde indígena, bem como têm chamado atenção especialmente para as diferenças culturais existentes e a interculturalidade dos indígenas. Os *cariuas* (os brancos), ficam impactados quando são colocados para trabalhar em comunidades isoladas, sem a infraestrutura de um consultório como há nos centros urbanos.

As práticas das parteiras tradicionais do Amazonas examinadas por Schweickardt, et. al., (2020), engendram resultados de pesquisas realizadas na região do Médio Rio Solimões (municípios de Tefé, Alvarães, Uarini, Maraã, Jutai, Japurá e Fonte Boa). O propósito consiste em dar maior visibilidade aos saberes e ao papel essencial no atendimento ao parto no interior da Amazônia, realizado gratuitamente às parturientes num contexto, em que as relações são estabelecidas pelos laços de compadrio e reciprocidade, no mundo rural da Amazônia. Conforme Schweickardt, et. al., (2020, p. 30),

Todas têm em comum a sabedoria, a força e alegria de acompanharem e assistirem diversos partos e se alegrarem com o choro do bebê, que representa o nascimento de seus “filhos de umbigo”, como afirmam. Por isso, são também chamadas de “mães velhas”. Muitas delas passam a fazer parte da vida de muitas pessoas, sendo respeitadas e agradecidas pela ajuda no acompanhamento à gravidez e nascimento das crianças, por toda sua vida. Talvez esse seja um dos elementos que compõem o leque de retribuições pessoais, a alegria de ver a vida em sua essência, desde a formação até o nascimento e crescimento.

Por meio destes estudos foi revelado as condições de trabalho das parteiras, suas expressões para com o cuidado, empatia e doação delas junto as mulheres e “filhos de umbigo”<sup>16</sup>. Entretanto, a atenção, verificação e foco para as mulheres parteiras da região do Alto rio Negro, são poucos até o momento. Mais estudos precisam ser realizados junto a essas mulheres, pois elas foram e são responsáveis pela vida de centenas de crianças indígenas que nascem nas comunidades isoladas do estuário rio negro.

As ações para valorizar e estimular o trabalho das parteiras tradicionais são fundamentais para melhorar a saúde das mulheres envolvidas no processo. Vejamos:

Desse modo se faz necessário refletir sobre os fatores que envolvem o ofício de partejar tradicional, como a espiritualidade e a ancestralidade, considerando a realidade e a cultura das parteiras, pois o apoio ao ofício não deve ser condicionado a um enquadramento de suas práticas ao modelo médico (Natal e Sinibaldi, 2021, p. 199).

As parteiras precisam de justiça e reconhecimento de seu ofício de partejar de modo tradicional que ratifica a espiritualidade e a ancestralidade, a realidade e a cultura das parteiras e das parturientes. De acordo com as autoras “a lógica médica hegemônica, que se consolidou de forma predominantemente masculina, ocasionou o assujeitamento da mulher a práticas heteronômicas” (NATAL E SINIBALDI, 2021, p. 199).

O saber das parteiras se relaciona entre os cuidados junto às mulheres com a sua saúde mental, física e espiritual, reconhecida como um laboratório vivo em suas moradias, em suas hortas domésticas e fé, conhecimentos e práticas que auxiliam na recuperação da mãe e da criança. “Há uma diversidade de plantas que servem para banhos, massagens e puxações feitas com óleos extraídos de árvores, além das rezas, benzimentos e xamanismo” (BARROSO, 2017, p 180).

---

<sup>16</sup> Como são chamados os bebês que vem ao mundo com a ajuda das parteiras tradicionais

Nas aldeias das mulheres Guaranis, as fortes crenças religiosas e culturais, que marcam e influenciam em praticamente em todas as etapas de sua vida. Em aspectos que se “referem a sexualidade, casamento, gestação e nascimento dos filhos, intervalo entre gestações, aborto, esterilidade, planejamento familiar e estas crenças precisam ser respeitadas para haja a preservação e continuidade da identidade coletiva” (IGANSI; ISATI, 2018, p 3).

Os resultados destes autores apontam a vulnerabilidade dos povos indígenas, pois ainda há baixo número de pesquisas sobre a saúde reprodutiva da mulher indígena, que se configura em um desafio para a assistência à saúde prestada pelo Sistema Único de Saúde. As idosas Kaingang acreditam que o modo tradicional de parir, acorada, na aldeia e sem a intervenção de profissionais, é o melhor a ser praticado. Não obstante, há certa insegurança no parto domiciliar, ainda que tenham passado por traumas durante a assistência em ambiente hospitalar, foi o que concluiu Moliterno et al., (2013, p. 300), a saber:

A interação ocorrida entre as indígenas e pesquisadoras permitiu a discussão dos hábitos da população Kaingang no processo de gestação, parto e nascimento. Dessa forma, foi evidenciado que as mulheres mais velhas acreditam que o modo tradicional de parir, acorada, na aldeia e sem a intervenção de profissionais, é o melhor. Já as indígenas mais novas demonstraram insegurança no parto domiciliar, ainda que tenham manifestado desagrado em relação à assistência a elas prestada no ambiente hospitalar.

O processo para a vinda de um novo ser acontecia com o acompanhamento e presença das parteiras. O etnoconhecimento das mulheres, das definidas como parteiras em muitos locais, vem perdendo espaço para o trabalho obstétrico realizado em hospitais por médicos, “doutores” da saúde. O fortalecimento das mulheres parteiras, as especialistas no ato de partejar, se sustenta na sabedoria milenar e no conhecimento mítico sobre o antes, o durante e o depois do parto.

#### **1.4 A fememologia da memória: Um passado presente no fazer das parteiras indígenas**

Quando pensamos em registrar as práticas das parteiras indígenas nos vem à mente a memória. De acordo Portelli (1996, p. 8), “a história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”, e nossas parteiras indígenas possuem uma memória histórica que as trazem ao relance de emoções e sentidos em sua vida ou ainda de acordo com Benjamin (1994, p. 224) “ articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um

perigo”, ou ainda, que as histórias não se selam apenas em fatos, mas sim em uma manifestação viva de sentidos e símbolos.

Foi pelas asserções da memória no campo da fenomenologia que nossas parceiras indígenas colaboradoras, nos possibilitaram registros emocionantes e vibrantes para a compreensão das formas e manifestações de vida delas. De acordo com Ricoeur (2007, p. 17 e 18),

Assim a fenomenologia da memória inicia deliberadamente por uma análise voltada para o objeto de memória, a lembrança que temos diante do espírito; depois, ela atravessa o estágio da busca da lembrança, da anamnésia, da recordação; passa-se, finalmente, da memória dada e exercida à memória refletida, a memória de si mesmo.

Complementando ao campo temos que a relação entre memória e identidade na visão de Candau (2011) é fundamental para uma análise do passado e as novas configurações do presente. Ela se apresenta presente em cada indivíduo, o qual possui uma faculdade de organização neurológica complexa. A memória é importante quando sua pretensão é a análise da forma de como ela se manifesta em uma variável individual, coletiva e de sociedade. Para este autor,

Transmissão social que ‘nos ancora em nossas práticas e códigos implícitos’ costumes introjetados no ‘espírito sem que neles se pense’ ou sem que disso se duvide, traços, marcas e condicionamentos constitutivos do *ethos* e mesmo alguns aspectos que jamais são verbalizados. (Candau, 2011, p. 22)

A memória narrada se define em um passado que sobreviveu aos efeitos de opressão e submissões na história e a memória agindo é a manifestação da identidade, sendo as práticas e estilos de vida o ítálico do passado. A memória é uma ferramenta presente no ser humano essencial para a conservação de certas informações, a ciência pode avançar na construção de conhecimentos envolvendo a história não contada, principalmente das classes minoritárias, como é o caso da história da memória de nossas parceiras indígenas. Como toda pesquisa científica, essas histórias desencadeiam verdades em torno dos fatos que são relatados pelas próprias parceiras. De acordo com Ong (1998, p. 70) “a memória verbal é, compreensivelmente, um triunfo valorizado nas culturas orais” e, abraçada à cultura escrita monitorada de forma cuidadosa se completa em registro e resgate da memória de quem as conta.

É nessa perspectiva conceitual da memória verbal que o autor enfatiza que “a força interiorizadora do mundo oral tem uma ligação especial com o sagrado, com as preocupações fundamentais da existência” (ONG, 1998, p. 88). De acordo com Montenegro (2007, p. 30) os

relatos orais de memórias individual, apoiadas pela história, permite a apropriação de conhecimentos elaborados sobre o passado do grupo social ao que o entrevistado se insere.

A memória das parteiras indígenas se detém pela transgeracionalidade, presente ao longo da história familiar. Reputadas como memórias vivas, elas são exemplos de vida para todas as mulheres indígenas e não indígenas de nossa cidade.

## CAPÍTULO II

### SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA: UMA ETNOGRAFIA DA CAPITAL INDÍGENA DO AMAZONAS

Pesquisas revelam que a cidade de São Gabriel da Cachoeira surgiu quase que no mesmo período que a capitania de São José do Rio Negro. Quando “em 1757 Francisco Xavier de Mendonça Furtado recebia a carta régia de 3 de março de 1755 como governador da Capitania de São José do Rio Negro” (MONTEIRO, 2000, p. 1230), capitania esta criada para proteção contra a invasão espanhola pela região e oferecer segurança na continuidade do domínio dos portugueses. Aprofundando ainda ao processo histórico da cidade, de acordo com as pesquisas de Paula (2005),

Em 23 de maio de 1761, o Governo enviou uma expedição à *região* do Alto Rio Negro, comandada pelo Capitão José da Silva Delgado. Com esta finalidade fundou, em 1761, a povoação que deu origem a São Gabriel da Cachoeira. No ano seguinte, 1762, o Capitão Filipe Sturm, alemão, parte para São Gabriel, a fim de construir os fortes na região: São Gabriel e São José de Marabitana. A povoação foi elevada a categoria de Vila, a 03 de setembro de 1891. Em 1931, passou a ser considerada como simples Delegacia Municipal. Em 31 de março de 1938, foi elevada à categoria de cidade pelo então interventor Álvaro Maia. (Paula, p. 13)

No início do século XX, aspectos etnográficos sobre a região podem ser encontrada em trechos da Carta Pastoral de 11 de abril de 1909, escrita por D. Frederico Costa, bispo do Amazonas, durante uma visita pastoral às regiões do Rio Negro. Trechos estas apresentadas por Azevedo no livro “Pelo Rio Mar” (AZEVEDO, 1933), em que temos:

E' bella a situação de S. Gabriel. Pela frente, as serras de Cari-Curiary, Uanary, Cabary e Carangueijo; atraz a serra de S. Gabriel. De todos os lados o bello e sublime do terrível: a morte e o. abysmo diante dos olhos. Sempre, dia e noite, o ronco ensurdecador das cachoeiras . De facto, o Rio Negro, que pouco acima forma uma grande bahia, estreita-se de repente, formando uma apertada garganta, por onde se precipita a enorme massa d'agua, que vem desde o centro da Venezuela, recebendo tributários poderosos como o Orenoco, o Içana, o Uaupés, cada um deles equivalente a um mundo. E' incalculável ahi a força da correnteza, que vem bater de encontro ás pedras da fortaleza, formando uma catadupa e mais adiante um rebojo que é o terror dos pobres navegantes. De facto, infeliz daquelle que é apanhado por esse rebôjo; se escapa de ser engulido, cahe na correnteza do Bubury e só Deus o pôde salvar!... (Azevedo, 1933, p. 5).

Neste trecho da carta a região do município de São Gabriel já se apresentava deslumbrante e temida, uma terra de belezas e perigos naturais que até hoje é percebido e admirada por todos. O autor apresenta ainda em sua obra algumas informações sobre os habitantes da região da época.

Na imagem abaixo, Azevedo apresenta um ensaio organizacional dos “grupos linguísticos, tribus e famílias indígenas do Rio Negro” (AZEVEDO, 1933, p. 14):

|                     |       |  |   |   |  |   |
|---------------------|-------|--|---|---|--|---|
| Tribus do Rio Negro | ARUAC | Acari<br>Ariini<br>Aruac   | Carutana<br>Derunei<br>Oaliperi-dáqueni<br>Capiti-minanei<br>Cumata-minanei<br>Hama-dáqueni<br>Tariana<br>Jabaana<br>Mandauaca<br>Mepuri<br>Uarequena<br>Caburicena<br>Marabitana<br>Orumanão<br>Uraria | { Djaui-minanei<br>Mabatsi-dáquera<br>Uatsoli-dáqueni<br>Adzanéni<br>Catapolitani<br>Jauareté<br>Mauliéne<br>Molinéne<br>Iyeine |  |   |
|                     |       | Baniua   |   |   |  |   |
|                     |       | Baré   |   |   |  |   |
|                     |       | Carariai<br>Caribe<br>Cauiari  |   |   |  |   |
|                     |       | Manáo  |   |   |  |   |
|                     |       | Paivarini<br>Tarumá  |   |   |  |   |
|                     |       | Bará<br>Buhagana<br>Carapaná<br>Cubeua<br>Desána<br>Erulia<br>Huhuteni |   |   |  |   |
|                     |       | TUCANO   |   |   | Juris  | Uanána<br>{ Korea (Arapaso)<br>Assai<br>Tajassu |
|                     |       |  |   |   | Passé<br>Piratapuia<br>Tseloa<br>Tucano<br>Tuyuca<br>Ujuna<br>Yokorva (Kurana) |   |
|                     |       |  |   |   | CARAIBA  |   |
| MACU'               |       |  |   |   |  |   |

Imagem 1 – Quadro “Tribus do Rio Negro” (AZEVEDO, 1933, p. 15)

No quadro acima percebe-se que alguns nomes de grupos indígenas da época não se veem e nem se ouve falar em outras obras sobre a região na contemporaneidade. De acordo com o autor os nomes e grupos indígenas apresentadas foram os descritos pelos viajantes na

região, e muitos destes grupos já se encontravam na condição de extintos<sup>17</sup>. Questão esta que Cunha (1992, p. 255) diz que,

a questão dos povos extintos é difícil de analisar em parte porque as primeiras fontes escritas (Códice n° 1110, Arquivo Público do Pará) listam literalmente centenas de grupos ("nações") cujas identificações como etnias distintas, ou como unidades sociais (fratrias sibs) menores ainda estão incertas.

De acordo com a autora, outros registros encontrados, especificamente pelos jesuítas em 1749, com denominação das “nações” existentes na região, são incertas (CUNHA, 1992, p. 255), o que nos leva ao entendimento de que não podemos confirmar os nomes e quantos realmente eram os grupos indígenas existentes na região, antes e durante o processo de colonização.

Em relação ao quantitativo destes grupos, temos o seguinte panorama da época:

**7 ). ESTATISTICA DOS INDIOS DO ALTO RIO NEGRO – 1931)**

| LOCALIDADES                        | Tucanos | Turianos | Dessanos | Piratapias | Uananas | Arapaços | Cubeuas | Miritiys | Tujucas | Macús | Barás | Carapaços | Outros | Baniyas | TOTALS |
|------------------------------------|---------|----------|----------|------------|---------|----------|---------|----------|---------|-------|-------|-----------|--------|---------|--------|
| <b>Da fóz do Uaupés a Taracua:</b> |         |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         |        |
| Trovão Pov.                        |         |          | 60       |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 60     |
| Arredores                          |         |          | 40       |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 40     |
| Itapinima                          |         |          | 45       |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 45     |
| Coró-Coró                          |         |          | 37       |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 37     |
| Jurarapecuma                       | 51      |          |          | 35         |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 51     |
| Jacaré Ponta                       |         |          |          | 54         |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 35     |
| Arredores                          |         |          |          | 8          |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 54     |
| Ananaz Povo                        | 159     |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 159    |
| Arredores                          | 32      |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 40     |
| <b>TARACUA:</b>                    |         |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         |        |
| Pov. e arredores                   | 192     |          | 24       | 32         |         |          |         |          | 14      |       |       |           |        |         | 262    |
| Na Missão                          |         |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           | 150    |         | 150    |
| <b>ALTO UAUPÉS</b>                 |         |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         |        |
| Ipanuré Pov.                       | 15      | 86       |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 101    |
| Urubucuará                         | 9       | 92       |          | 5          |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 66     |
| Mariuá                             | 2       |          | 4        | 31         |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 37     |
| Cigarro                            |         | 29       |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 29     |
| Busina                             | 10      | 35       |          | 3          |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 48     |
| S. José                            |         |          |          |            |         | 136      |         |          |         |       |       |           |        |         | 136    |
| Loyro Pov.                         |         |          |          |            |         | 128      |         |          |         |       |       |           |        |         | 128    |
| Paraná Jucá                        |         |          |          |            |         | 25       |         |          |         |       |       |           |        |         | 25     |
| Juquirá                            | 156     |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 156    |
| Uaracú Ponta                       |         |          |          | 129        |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 129    |
| Arredores                          |         | 5        |          | 106        |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 111    |
| <b>JAUARETE:</b>                   |         |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         |        |
| Lado esquerdo                      |         | 118      |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 118    |
| Missão                             |         | 131      |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 131    |
| Arredores                          |         | 132      |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 132    |
| Na Missão                          |         |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           | 125    |         | 125    |
| Umary Pov.                         | 84      |          |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 84     |
| Arredores                          | 9       | 15       |          | 25         |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 49     |
| Bacaba                             |         | 21       |          |            |         |          |         |          |         |       |       |           |        |         | 21     |
| Arredores                          |         |          |          |            |         | 65       |         |          |         |       |       |           |        |         | 65     |
| Carurú Pov.                        |         |          |          |            |         | 75       |         |          |         |       |       |           |        |         | 75     |
| Matapy e Jacaré                    |         |          |          |            |         | 64       |         |          |         |       |       |           |        |         | 64     |
| Jutica Pov.                        |         |          |          |            |         | 120      |         |          |         |       |       |           |        |         | 120    |
| Arredores                          |         |          |          |            |         | 43       |         |          |         |       |       |           |        |         | 43     |
| Querary                            |         |          |          |            |         |          | 88      |          |         |       |       |           |        |         | 88     |

Imagem 2 – Estatística dos índios do Alto Rio Negro (AZEVEDO, 1933, p. 53)

<sup>17</sup> Em seu livro “Pelo Rio Mar” (1933) Azevedo descreve, da página 16 à 31, detalhes da realidade dos grupos indígenas com seus sinônimos e variações ortográficas, assim como a situação de cada um: existente e extintos.

| LOCALIDADES                   | Tucanos | Tarianos | Dessanos | Piratapuias | Uananas | Arapaços | Cubeuas | Miritys | Tujucas | Macús | Barás | Carapaços | Outros | Banivas | TOTAES |
|-------------------------------|---------|----------|----------|-------------|---------|----------|---------|---------|---------|-------|-------|-----------|--------|---------|--------|
| <b>TIQUIE';</b>               |         |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         |        |
| Baixo Tiquié                  | 27      |          | 12       |             |         |          |         | 30      |         | 25    |       |           |        |         | 94     |
| Tucano Cac.                   | 35      |          | 19       |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 54     |
| S. Paulo                      | 7       |          |          |             |         |          |         | 58      |         | 30    |       |           |        |         | 95     |
| Vira Poço                     | 99      |          | 50       |             |         |          |         |         |         | 50    |       |           |        |         | 199    |
| Floresta                      |         |          | 131      |             |         |          |         |         |         | 6     |       |           |        |         | 137    |
| S. José                       | 49      |          |          |             |         |          |         |         |         | 23    |       |           |        |         | 74     |
| S. Maria                      | 55      |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 55     |
| Maracajá                      | 32      |          | 41       |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 73     |
| Bella Vista                   | 73      |          | 63       |             |         |          |         |         |         | 50    |       | 14        |        |         | 200    |
| Pary e arr.                   | 113     |          |          |             |         |          |         |         | 10      | 24    |       |           |        |         | 147    |
| Carurú                        | 58      |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 58     |
| Pucú-Sarapó e arredores       |         |          |          |             |         |          |         |         | 279     |       |       |           |        |         | 279    |
| Uaracú-Pirera e arredores     |         |          |          |             |         |          |         |         |         | 10    |       |           |        |         | 100    |
| <b>RIO PAPORY</b>             |         |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         |        |
| Japurá e arr.                 |         | 53       |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 53     |
| Serrinha                      | 21      |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 21     |
| S. Luzia Pov.                 | 84      |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 84     |
| Tury-Igarapé                  |         |          | 75       |             |         |          |         |         |         | 48    | 90    |           |        |         | 123    |
| Japiim Pov.                   |         |          |          | 42          |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 42     |
| S. Gabriel                    |         |          |          | 68          |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 68     |
| S. Paulo                      |         |          |          | 50          |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 50     |
| Alto Papury                   | 250     |          |          |             |         |          |         |         | 75      |       |       | 90        |        |         | 415    |
| Rio Içana                     |         |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           | 250    | 600     | 850    |
|                               | 1622    | 717      | 601      | 588         | 367     | 289      | 88      | 88      | 378     | 268   | 90    | 104       | 525    | 600     | 6.325  |
| Indios aldeados . . . . .     |         |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 3.546  |
| Indios não aldeados . . . . . |         |          |          |             |         |          |         |         |         |       |       |           |        |         | 2.779  |

Imagem 3 – Estatística dos índios do Alto Rio Negro (AZEVEDO, 1933, p. 53 e 54)

De acordo com a estatística apresentada, havia apenas 6.325 indígenas na região. Quantitativo contestado pelo fato de que, muitos indígenas para fugir dos invasores se adentravam na mata. Cunha (1992) confirma esta hipótese quando descreve que o período da escravidão “que deixou trechos inteiros dos rios principais completamente despovoados” (CUNHA, 1992, p. 264), em que com medo, diversos povos que habitavam as margens do Rio Negro procuraram segurança em outros territórios, contribuindo desta forma para uma mudança geográfica e social, regional e étnica.

Vislumbra-se nas narrativas e documentos sobre a história da população gabrielense, diversas descrições de coragem e lutas, em que os antepassados e suas atitudes na resistência pela vida e território, são lembrados como exemplo de que o valor a vida em todas as formas, devem ser respeitadas. Foram anos de tentativas de extermínio e domínio, porém os indígenas do Alto Rio Negro, ainda lutam pelo reconhecimento e posse de suas terras, e procuram de toda forma preservar com orgulho suas línguas e culturas.

## **2.1 Origem do Povo Baré**

Sendo uma mulher de identidade étnica Baré, é meu dever saber sobre a origem de meu povo. A história de origem de um povo é o que fortalece e explicam muitas das diversas formas de viver e conviver. Muitas das vezes o povo Baré é discriminado e até denominados como índios extintos, pode até ser que nossa língua mãe esteja realmente em extinção, mas há um grupo de parentes indígenas Baré que buscam o resgate por meio de seus estudos científicos linguísticos, vestígios da língua original ainda podem ser encontrados em regiões próximas a nossa fronteira com a Colômbia. Mas extintos não estamos. Continuamos a povoar as regiões da cidade, pois a sede é a terra de origem dos Baré, e em várias comunidades do Baixo, Médio e Alto Rio Negro. Irei em descrever a história que ouvir ser contada diversas vezes pelos meus tios e minha mãe.

Eles contam que a origem de nosso povo, teve início ainda no “início do mundo”, em que as margens onde agora é o Bairro da Praia, habitava uma tribo, uma sociedade só de mulheres. Mulheres que eram temidas, pois, para continuidade de seu grupo, elas caçavam homens de outros grupos para os rituais de fertilização para engravidarem, e se tivessem filhos masculinos elas matavam e criavam apenas as do sexo feminino, além também de executarem os homens após terem cumprido com a missão. Um dia, do grande rio aparece um grande barco cheio de gente dentro. Neste barco havia um homem que, viajando pelo lado de fora do barco, avistou as mulheres às margens da imensa praia brilhante e não resistindo aos encantos delas se jogou na água.

Chegando as vargens esse homem foi capturado por elas, porém ele não tinha uma aparência comum a dos outros homens, deram o nome dele de Mira-Bóia (gente-cobra), e admiradas pela sua forma pouparam sua vida. Mas não o excluíram de passar por todos os testes e rituais para provar sua masculinidade. Passando pelo teste, que se tratava de um ritual com

início na primeira Lua Cheia com duração de oito dias, decidiram então que ele teria que dormir com as mulheres em período fértil para engravidar e dar uma filha para elas.

Mira-Bóia passou então a conviver na tribo e dormir com as mulheres, porém, de acordo com a tradição delas, após a missão dele, teria que ser morto. Mas entre as mulheres que Mira-Bóia se acasalou, houve uma que se apaixonou por ele, ela se chamava Tipa (rouxinol), era nova e muito bonita, estava em seu primeiro período de menstruação, o que a levou a ter o privilégio de dormir e passar mais tempo com ele, levando-a a ter maior afeto e amor por ele.

Os laços entre eles cresceram, e quando ela se viu grávida ficou com medo, pois sabia o que viria acontecer ao seu amado, então em um ato de desespero ela planejou uma fuga com ele para livrá-lo da morte. Sabendo do dia da execução, esperou chegar o período da Lua Nova quando as mulheres guerreiras iam para a floresta caçar e colher frutas e mel para o ritual de execução, e aproveitando a saída delas, Tipa e Mira-Bóia fugiram.

Os dois subiram mais o rio e iniciaram uma vida juntos, meus tios não sabem dizer bem o local, mais foi em uma das regiões do Baixo Rio Negro. E por mais de 30 anos eles viveram nesta região, e quando perceberam já tinham vários filhos e filhas e pensaram então em dar origem a uma nova sociedade. E um certo dia apareceu um outro ser, o Purnaminari (mensageiro), se apresentando como um mensageiro do deus Tupana, que se agradou do pensamento deles e iria ajudá-los, ensinar como criar um povo.

Purnaminari se infiltrou na família e começou a ensinar todos os conhecimentos sobre como construir canoas, remos, armadilhas para caçar na terra e na água, plantio e construção de roça, assim como serem homens e mulheres prontos para uma guerra. Depois que ele ensinou tudo isso, realizou então junto com todos os membros da grande família de Tipa e Mira-Bóia uma grande festa de Dabucury, preparou eles para uma nova jornada, uma viagem de volta para a terra de Tipa, dizendo a todos e principalmente aos homens para irem e pegarem as mulheres do antigo grupo de Tipa como suas esposas, profetizando que riam ser um novo grupo fértil e respeitado e passarão ser conhecidos por Baré-Mira (povo Baré).

Após então os aconselhamentos e orientações, Tipa, Mira-Bóia e sua grande família partiram para a terra de origem de Tipa e suas descendentes, não se sabe como foi a chegada e sua conquista junto a elas. Mas uma nova sociedade foi criada e fincada às margens onde ficava a grande cachoeira de Tawa, hoje São Gabriel da Cachoeira. Essa nova geração cresceu e começaram a povoar diversos lugares nas margens do Rio Negro.

Contam ainda que o povo sempre recebia a visita de Purnaminari para ensinar mais coisas. Porém alguns foram desobedientes e começaram a se distanciar mais do grupo e criarem

outros grupos. E Purnaminari então previu uma grande invasão que poderia acabar com todos quando disse: “ se preparem que vai surgir do rio mar, um inimigo muito numeroso e poderoso que vocês”. Estas palavras se referiam então à invasão não só aqui nesta região, mas a do Brasil em 1500.

E essa é a história que nos foi e é contada por nós para nossos filhos. Infelizmente com os novos paradigmas influenciadas pela “ciência” ocidental, nossas mitologias de origem não passam de “histórias do imaginário indígena”. Porém também é com influência de um novo entendimento do que é a ciência que estamos retomando nossas histórias, nossa ciência viva, nossos modos de vidas e conquistas. É o “nós” se apresentando ao mundo do modo que somos e fomos desde o princípio.

## **2.2 Um grande útero prolífero: O simbolismo materializado de uma terra de fartura e terra das mulheres guerreiras**

Hoje, a região da cidade de São Gabriel da Cachoeira, continua sendo o recanto e encanto, que fascina e conquista a todos pelas suas belezas. Belezas visíveis aos olhos encantados de cada ser humano que nela se adentra, e belezas invisíveis ao passo que seus montes, montanhas, igarapés, rochas e outros, por suas formas e histórias aguçam o imaginário humano. Imaginário este engrenado nas veias de cada povo indígena que explicam sua existência e de tudo que há por meio de uma viagem mítica e mística realizada por seus antepassados.

Povos que em comum possuem a força e a coragem, sobreviventes de um processo cruel de dominação e tentativas de dizimação durante as invasões dos cariuas<sup>18</sup>. Povos diferentes por suas particularidades culturais e sociais.

---

<sup>18</sup> Os brancos; os que não são indígenas.



**Imagem 4:** Serras da Bela Adormecida. Arquivo pessoal – São Gabriel da Cachoeira-AM.

A imagem ao fundo da fotografia são serras prendidas no rio Curicuriari que, unidas, alucinam a silhueta de uma mulher deitada, serra da “Bela Adormecida” assim denominada pelos colonizadores.

Para os filhos do Alto Rio Negro, é a unificação das duas esposas de Bahsebó<sup>19</sup>, o deus da fartura. Seres míticos que fincaram nesta terra a representação visual e real de uma mulher como símbolo do preparar e cuidar da vida que a ela é destinada a olhar e restaurar, pois adormecida ela nunca esteve e está, há quem diga que já a viu se desvendar levantando-se para em gestos místicos e singelos abraçar seus filhos gabrielenses.

Na mitologia da origem do povo Baré<sup>20</sup>, a gigante se fincou em memória eterna de uma terra dominada em tempos por uma tribo formada somente por mulheres. Perene nas veias e na alma da mulher indígena desta região a força e a coragem de lutar. A mãe terra, a mulher representada por serras nos revela sua perfeita forma matriarcal. Desprendida em cobertas majestosas que em tempos seu verde indulto se entrelaça com cores diversas, onde a vida vegetal, animal e mineral se fazem e refazem a cada brilho incessante do pai sol que mesmo tão longe alimenta seus filhos com seus raios, revigorando tudo e a todos.

E quem disse que uma mãe dorme, não é? E como não ser ela, a mulher, símbolo do representar e cuidar da vida, pois em seu útero a magia do sagrado se revela, a vida surge em

---

<sup>19</sup> Sugiro a leitura do livro: Mitologias Sagrada dos Tukano Hausirõ Porã/Miguel Azevedo e Antenor Nascimento Azevedo. FOIRN, 2003, p. 83-98.

<sup>20</sup> Mitologia presente no livro: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Org.). Baré, o povo do rio. São Paulo: Edições Sesc, 2015. p. 32-33.

um manto coberto de amor infinito, de uma proteção onde o doar a própria vida pela vida de um de seus é o princípio de vida da mulher. E nossas parteiras indígenas são as mães de todas as outras mães, pois seu doar sem nada em troca receber é o símbolo do valor de ser humano, o valor de ser “mulher neste útero prolífero”.

### **2.3 “Cabeça do Cachorro”: Região dos suraras<sup>21</sup> .**

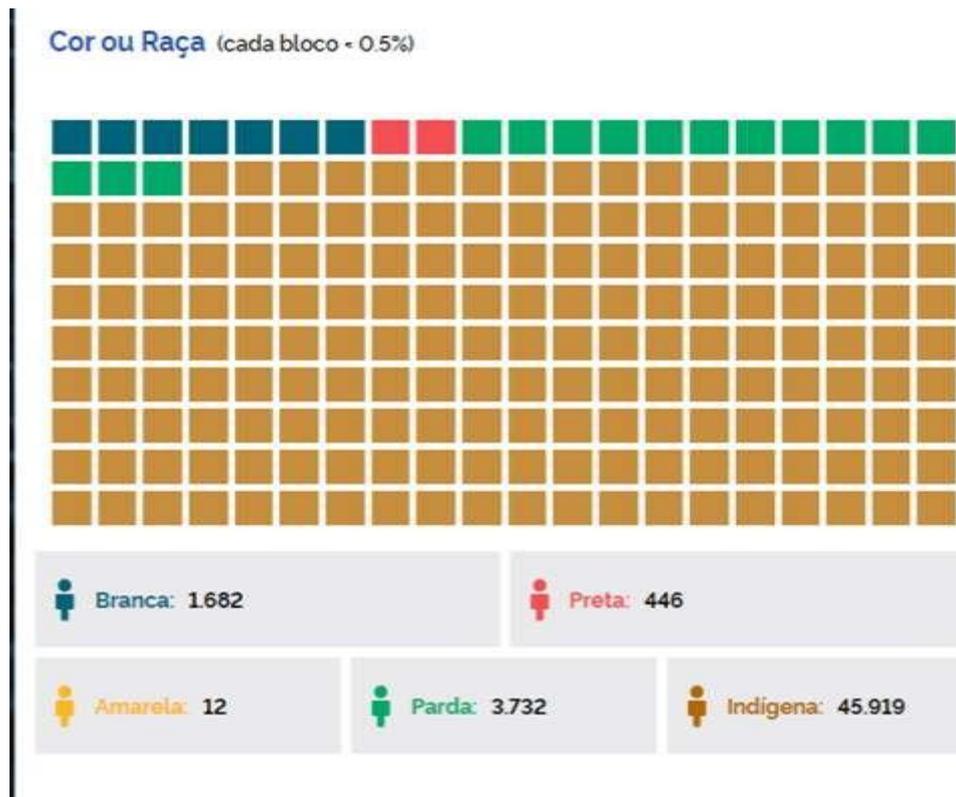
Localizada a 850 quilômetros de Manaus, a cidade de São Gabriel da Cachoeira se blinda em sua existência de uma natureza única no extremo noroeste do Estado do Amazonas, faz fronteira com a Venezuela e Colômbia. Vigorosa por uma natureza e habitantes únicas, e não é em vão que, devido ao seu formato no mapa do Brasil, é conhecida como a região da “Cabeça do Cachorro”, a região dos que guardam e defendem aos que nela habitam, assim como sua rica fauna e flora. É nesse útero verde que se encontra o Parque Nacional do Pico da Neblina que alimenta e preserva o embrião da Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, onde estão presentes bolsas d’águas com seus espelhos de cores diferentes, resultante dos diversos tipos de minérios escamadas em suas paredes.

Terra que em todos os seus aspectos é um útero abundante de farturas. Em São Gabriel da Cachoeira, de acordo com o último censo brasileiro de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população é de 51.795 habitantes agrupados em sua vasta área da unidade territorial de 109.192,562 km<sup>2</sup>.

Vejamos abaixo a distribuição de quantidade desta população por Cor e Raça:

---

<sup>21</sup> Guerreiros na língua yenhengatú.



**Imagem 5** – População/Cor ou Raça - São Gabriel da Cachoeira-AM. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em: 03/03/2025.

Verifica-se ainda de acordo com a imagem acima, que desta população 45.919 são indígenas, e pela imagem 6 abaixo, apresenta-nos que o total de indígena no município é de 48.256, que além dos 45.919 declarados indígenas, temos 2.337 que se consideram indígenas, ou seja, se declararam de outra cor/raça, porém se consideram, se reconhecem também como indígenas, fatores este que apresenta o município com mais de 93% de sua população sendo indígenas.



**Imagem 6** – População Indígena de São Gabriel da Cachoeira-AM. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html> Acesso em: 03/03/2025.

Nesta outra imagem abaixo de Cor e Raça da população gabrielense, destacamos o quantitativo de pessoas se autodeclarando como indígenas em comparação ao censo de 2010. Esta autoafirmação de pertencimento étnico fundamenta-se nas constantes lutas de preservação e reconhecimento das terras, cultura e línguas da região.



**Imagem 7** – Cor ou raça- São Gabriel da Cachoeira-AM. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=1303809>. Acesso em: 03/03/2025.

Os dados ainda não se podem ser precisas, pois o município apresenta um fator geográfico bastante complexo, além de que em certas regiões uns povos ainda se escondem ou se afastam, como o caso dos Hupda da região do Tiquié e Waupés, que ao verem estranhos chegando próximo a suas aldeias, se adentram na selva e ficam um bom tempo escondidos. No município se destaca principalmente por sua diversidade étnica e cultural. Diversidades estas manifestadas pelas etnias: Arapaso, Baré, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Makuna, Murity-tapuya, Pira-tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuca, Kotiria, Baniwa, Coripaco, Hupda, Yuhupde, Dow, Nadöb, Baré, Warekena, Wanana e Yanomami.

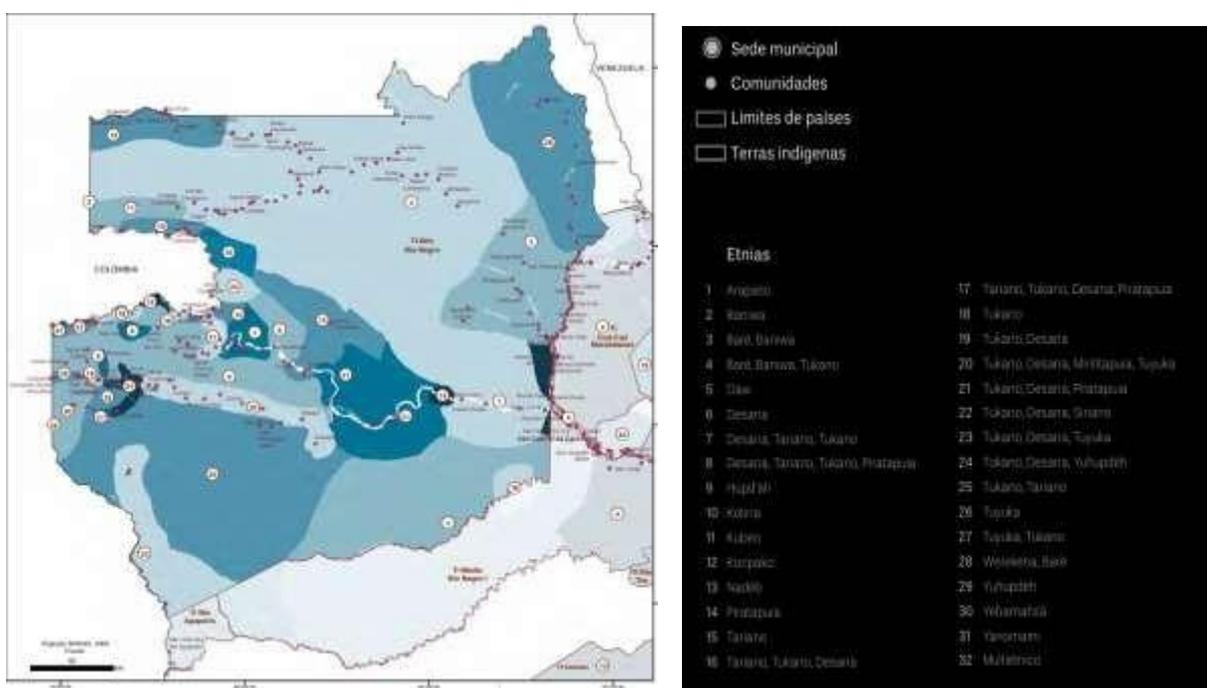
Essa diversidade étnica ainda se destaca pela língua materna, tornando a região multi e plurilinguística pela diversidade linguística existente. São línguas indígenas pertencentes a três famílias linguísticas: Arawak, Tukano Oriental e Naduhuppy (FOIRN, 2019, p. 18). Em reconhecimento e valorização desta identidade linguística existem no Município quatro línguas indígenas cooficiais: Nheengatu, Tukano, Baniwa e Yanomami. Atualmente em diversas

comunidades indígenas a língua e a etnia já não são únicas, ou seja, em uma comunidade há uma diversidade étnica e linguística.

Com mais de 250 comunidades, os grupos indígenas são perceptível em quase toda expansão geográfica do município. Devido às migrações, casamentos interétnicos e imigrações (venezuelanos e colombianos), nem todas as comunidades podem ser consideradas como unificada em um mesmo grupo indígena.

Essa convivência entre etnias fortalece ainda mais o relacionamento com a natureza, crenças e saberes. Pois é natural do indígena lutar pela coletividade e viver em comunidade.

Vejam os quadro:



Imagens 8 e 9 – Diversidade étnica na Terra Indígena Alto Rio Negro. [PGTA\\_TI\\_Alto\\_RN.pdf \(foirn.org.br\)](#).

Considerada como a cidade mais indígena do Brasil devido seu quantitativo de povos e suas características únicas e originais étnicas e culturais, a conduziram em 2022 ao reconhecimento oficial de: “Capital Estadual dos Povos Indígenas”. Titulação esta normatizada pela Lei nº5.796 de 12 de Janeiro de 2022, sancionada pelo governador do Amazonas Wilson Miranda Lima.

Toda essa diversidade étnica se aflora com os cipós, como a de um cordão umbilical, entrelaçados de conhecimentos próprios e únicos. Conhecimentos estes que são enraizados por transferências milenares de geração a geração por meio da oralidade, onde as origens são explicáveis em um mundo de mistérios míticos, cosmológicos e naturais. Por tempos, os conhecimentos e a história dos povos indígenas foram exprimidos e deturpados quando escritos

por “outros”. Hoje a historiografia indígena dos povos do Rio Negro está sendo escrito pelos filhos e netos daqueles ao qual são de direito detentores do saber milenar, histórias estas que destacaremos no decorrer de nossa dissertação.

#### **2.4 Parteira indígena e sua importância no processo do parto: uma interpretação das fases do desenvolvimento humano presentes na mitologia Desana sobre a origem da humanidade**

Consideradas as protetoras e provedoras da vida, as parteiras indígenas possuem um diferencial no processo do parto. Pois elas não se limitam ao atendimento apenas na hora do nascimento do bebê, mas também ao processo da formação da criança e da transformação da mãe.

Iremos neste item descrever o conjunto de simbologias presentes na mitologia sobre a origem da humanidade narradas por indígenas da etnia desana, pai e filho, Firminiano Lana e Luiz Lana, intitulado “Antes o mundo não Existia”<sup>22</sup>. Na narrativa dos autores, o surgimento da humanidade e de tudo na terra, se proveu de um seio matriarcal e não patriarcal. Em que o ser matriarcal doadora da vida promove a fertilidade, ao mesmo tempo em que é portadora dos poderes destrutivos da natureza. A natureza feminina é como a lua, contém todas as forças: a luz do dia e a escuridão da noite (GIMBUTAS,1990, p.152).

Esta mitologia apresenta uma versão não comum sobre o surgimento do mundo e dos seres disseminada pelo catolicismo. Para Aracy Silva (1995),

Os mitos dos povos indígenas da América vêm sendo coletados, registrados e interpretados por não-índios desde que foram feitos os primeiros contatos, no contexto da Conquista. Inicialmente entendidos como narrativas de caráter religioso, expressão de crenças e superstições que deveriam ser compreendidas para serem transformadas e, no final do processo, substituídas pela verdadeira fé dos colonizadores. (Silva, 1995, p. 317)

Neste contexto, a autora nos alerta para as interpretações ao mito escrito pelos colonizadores que, mesmo ouvindo os relatos dos indígenas acabam que até propositalmente, a produzirem em seus escritos, ideias e conceitos que querem escrever, não ao que ouviram de fato. O que vem a desmistificar o conhecimento e a história indígena.

---

<sup>22</sup> Livro escrito por indígenas, habitantes do território do município de São Gabriel da Cachoeira-AM, da etnia desana, que apresenta relatos de um conhecimento ancestral da mitologia do surgimento da humanidade.

Diante disto ousamos em dizer que os colonizadores tiveram acesso aos mitos, porém as abafaram por possuir uma construção já definida sobre o surgimento da humanidade.

#### 2. 4.1 “A Primeira” entre todos e tudo na mitologia Desana

Tendo a primeira edição publicada em 1980, com 239 páginas, pela Livraria Cultura Editora (São Paulo), o livro “Antes o Mundo não Existia”, reúne mitos importantes do povo Desano ou Umü komahs, ou ainda “Gente do Universo”. Nossa pesquisa bibliográfica foi realizada junto à leitura da 22ª edição do ano de 2021, pela editora Valer.

Considerado um livro clássico da antropologia brasileira e local onde o mito cosmogônico Desana é escrita e assinada por Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana, descendentes dos Kêhíripõrã ou “Filhos (dos Desenhos) do Sonho”, protagonistas indígenas que decidem immortalizar os conhecimentos repassados por seus descendentes, que de acordo com os mesmos, antes que sejam esquecidos ou mal contados (LANA, 1995, p. 11).

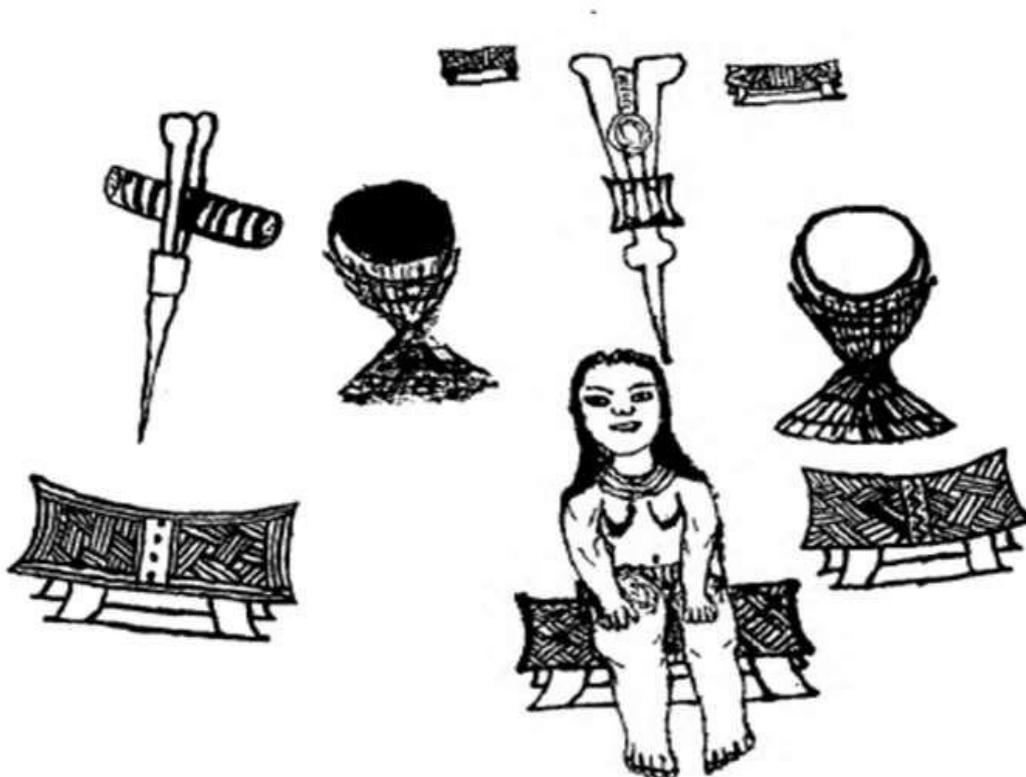
Para os autores a historiografia do início da humanidade, apresentam uma contradição com o que é apresentado na mesma temática ao início da humanidade pela religião católica, de que o primeiro seria um homem, o Deus criador do universo. Pois na mitologia Desana contada por eles (LANA e LANA, 2021, p. 65-66), no início tudo era trevas, escuro, e do nada surge uma “mulher”, que misteriosamente de acordo com a mitologia, se fez por meio de seis coisas invisíveis: um banco de quartzo branco, cigarro, cuias, *ipadu*<sup>23</sup>, *maniva*<sup>24</sup> e suportes para as cuias. Ao surgir e sustentando-se sobre o banco e cobrindo-se de seus enfeites, os fez se transformarem em sua morada, um compartimento.

Esta mulher então foi chamada de *Yebá Bëló* que significa a Avó do mundo, da terra, a primeira de tudo. Sozinha morava em sua morada iniciou os rituais para a criação da humanidade. Mas antes pensou em como deveria ser o mundo, para isso utilizando os instrumentos invisíveis e mágicos inicia rituais para que seus pensamentos se materializassem.

---

<sup>23</sup> Ahpí em desana. Arbusto (*Erythroxylum coca* var, *ipadu*) cujas folhas são tostadas e socadas em pilão especial (ahpídeariru). São misturadas às cinzas de uma espécie de embaúba (ahpímoa “sal de ipadu”). O pó é mascado e engolido.

<sup>24</sup> Mudas de mandioca, em língua Geral.

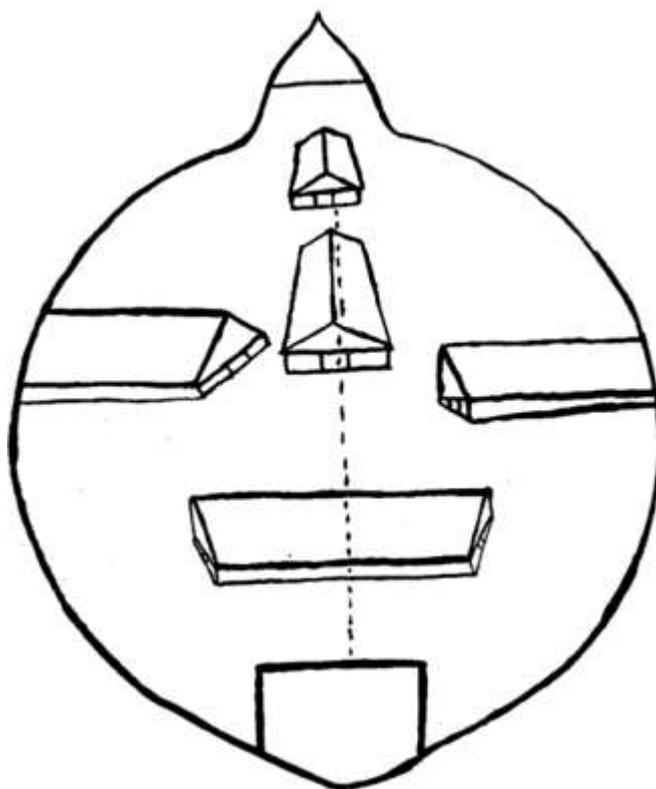


**Figura 10** – Yebá Bêló, avó do mundo e seus seis instrumentos invisíveis mágicos ao qual se formou e utilizou para seus feitos. (Luiz e Feliciano Lana, 1995, p. 65)

A princípio ela criou uma esfera, cuja esfera abarcou a escuridão, a esta esfera a avó do mundo deu o nome de *ëmëkho patolé*, que significa universo/barriga. O significado desta esfera deixa claro a figuração da barriga, do útero feminino, a origem, formação do ser, ou ainda o útero de qualquer outro ser da terra. Ainda como a esfera estava escura, a avó fez a claridade, a luz com o brilho dos quartzos, daí a expressão do ato de parir com o “dar a luz”. Após a criação da esfera ela pensou e criou o homem, e não foi apenas um, e sim cinco homens, os *ëmëkho ñehké*, os avós do mundo ou homens trovões, que ainda foram chamados de *etân bê welli mahsá* que significa homens da pedra branca, estes homens poderosos são imortais. Para esses homens a avó do mundo construiu e entregou suas casas chamadas *ëmëkho wiri*<sup>25</sup>, que ficavam nos perímetros da grande esfera.

<sup>25</sup> Universo, casas.

#### 2.4.2 . A Esfera Mítica: Uma representação do útero da mulher



**Figura 11** – Grande esfera criada por Yebá Běló onde cria e dá aos cinco homens trovões suas casas invisíveis. (Luiz e Feliciano Lana, 1995, p. 66)

Na figura acima, de acordo com o imaginário presente na mitologia desana, temos uma representação da esfera, um feito mágico da avó do mundo, e as casas dos homens trovões. Onde a esfera com uma ponta acima, nos faz lembrar uma barriga com um umbigo, ou seja, um útero onde as casas dos homens trovões nos leva a reportar as fases e andanças do feto no útero.

Quem for mulher e mãe vai entender o que agora vou escrever, pois não sei se é igual para todas. Fui mãe quatro vezes e toda vez que me vinha possibilidades, a desconfiança de estar grávida, eu as confirmava quando em meu ventre sentia como que pequenos choques, como pequenos raios circulando por dentro deste local. Podemos então associar o útero a esfera criada por Yebá Běló, os choques sentidos como o surgimento dos homens trovões e as casas deles como as fases do feto dentro do útero, e o período da gravidez é um período em que a mulher passam por transformações envoltos de mistérios e magia milenar.

### 2.4.3 As casas de transformação

Para um melhor entendimento, apresentamos abaixo um quadro sinóptico, uma tabela das casas de transformação, contendo os nomes e a página em que são descritas no livro. Estas casas foram criadas pelos deuses trovões em suas viagens de construção da humanidade.

|  |
|--|
| 1ª Casa Transformadora – <i>diá ahpikun wi</i> (rio, leite, casa), p. 90                               |
| 2ª Casa Transformadora – <i>diá solo wi</i> (rio, redemoinho, casa), p. 90                             |
| 3ª Casa Transformadora – <i>diá balilá wi</i> (rio, engatinhar, casa), p. 91                           |
| 4ª Casa Transformadora – <i>diá mahilân wi</i> (rio, volt para trás, casa), p. 92                      |
| 5ª Casa Transformadora – <i>diá taë wi</i> (rio, barragem, casa), p. 92                                |
| 6ª Casa Transformadora – <i>diá imika wi</i> (rio, pari, casa), p. 92                                  |
| 7ª Casa Transformadora – <i>diá gonlën wi</i> (rio, caju, casa), p.92                                  |
| 8ª Casa Transformadora – <i>diá maili wi</i> (rio, criança, casa), p. 92                               |
| 9ª Casa Transformadora – <i>diá kabukena wi</i> (sem tradução), p. 92                                  |
| 10ª Casa Transformadora – <i>diá imipá wi</i> (rio, areia, casa), p. 92                                |
| 11ª Casa Transformadora – <i>diá wabé wi</i> (rio, escudo trançado, casa), p. 92                       |
| 12ª Casa Transformadora – <i>diá mihkon wi</i> (rio, terra, casa), p. 93                               |
| 13ª Casa Transformadora – <i>diá pinlun wi</i> (rio, cobra, casa), p. 93                               |
| 14ª Casa Transformadora – <i>diá bolelá wi</i> (rio, branqueamento, casa), p. 94                       |
| 15ª Casa Transformadora – <i>diá balasélu wi</i> (rio, Barcelos, casa), p.94-95                        |
| 16ª Casa Transformadora – <i>diá milân polân wi</i> (rio, flautas sagradas, descendentes, casa), p. 95 |
| 17ª Casa Transformadora – <i>diá dali wi</i> (rio, palavra, cerimonial, casa), p. 95                   |
| 18ª Casa Transformadora – <i>diá malinwá wi</i> (rio, palavra, cerimonial, casa), p. 95                |
| 19ª Casa Transformadora – <i>diá behká wi</i> (rio, tapuru, casa), p. 95                               |
| 20ª Casa Transformadora – <i>diá bohpitá wi</i> (rio, palavra, ritual, casa), p. 95                    |
| 21ª Casa Transformadora – <i>diá mokáнку wi</i> (rio, sêmen, casa), p. 95                              |
| 22ª Casa Transformadora – <i>diá wairó wi</i> (rio, cacuri, casa), p. 96                               |
| 23ª Casa Transformadora – <i>diá ñahsin kân pegue wi</i> (rio, camarão, pai grande, casa), p. 96       |
| 24ª Casa Transformadora – <i>diá góli wi</i> (rio, flores, casa), p. 97                                |
| 25ª Casa Transformadora – <i>diá nekân pagalân wi</i> (rio, estrela grande, casa), p. 97               |
| 26ª Casa Transformadora – <i>diá etân gohó wi</i> (rio, pedra com desenho, casa), p. 97                |
| 27ª Casa Transformadora – <i>diá milân ponlân wi</i> (rio, flautas sagradas, descendentes, casa), p.97 |
| 28ª Casa Transformadora – <i>diá elin satalo wi</i> (rio, pupunha, broto, casa), p. 97                 |
| 29ª Casa Transformadora – <i>diá seé wi</i> (rio, bancos, casa), p. 97                                 |
| 30ª Casa Transformadora – <i>diá baiá bē wi</i> (rio, mestre de canto, grande casa), p. 97             |
| 31ª Casa Transformadora – <i>diá sibu wi</i> (rio, urupema, casa), p. 103                              |
| 32ª Casa Transformadora – <i>diá abé wi</i> (rio, sol, casa), p. 103                                   |
| 33ª Casa Transformadora – <i>diá milân ponlân wi</i> (rio, flauta sagrada, descendente, casa), p. 103  |
| 34ª Casa Transformadora – <i>diá wahsun pagálu wi</i> (rio, fruta do mato, casa), p.103                |
| 35ª Casa Transformadora – <i>diá wahkē wi</i> (rio, bastão de ritmo, casa), p. 104                     |
| 36ª Casa Transformadora – <i>diá boléru wi</i> (rio, tabatinga amarela, casa), p. 104                  |
| 37ª Casa Transformadora – <i>diá yēlē wi</i> (rio, desenho imaginário muito fechado, casa), p. 104     |

|  |
|--|
| 38 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá wihumun wi</i> (rio, montão de paricá, casa), p. 104                    |
| 39 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá gamanlá wi</i> (rio, gaviões, casa), p. 104                             |
| 40 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá welá pagá wi</i> (rio, tapioca, grande, casa), p. 105                   |
| 41 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá wahsun wi</i> (rio, açoite, casa), p. 105                               |
| 42 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá wahsun wi</i> (rio, avental de tururi, casa), p. 105                    |
| 43 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá dihpumálan wi</i> (rio, piolho, casa), p. 104                           |
| 44 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá wahsun bogali wi</i> (rio, açoite, casa), p. 106                        |
| 45 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá poali etãn wi</i> (rio, cabelo, serrinha, casa), p. 106                 |
| 46 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá milãn ponlãn wi</i> (rio, flautas sagradas, descendentes, casa), p. 106 |
| 47 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá milãn ponlãn wi</i> (rio, flautas sagradas, descendentes, casa), p. 106 |
| 48 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá wahke wi</i> (rio, bastão de ritmo, casa), p. 106                       |
| 49 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá ugá wi</i> (rio, enfeites de garça usados na nuca, casa), p. 106        |
| 50 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá milãn polãn wi</i> (rio, flautas sagradas, descendentes, casa), p. 106  |
| 51 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá gámelan wi</i> (rio, gaviões, casa), p. 106                             |
| 52 <sup>a</sup> Casa transformadora – <i>diá buiábu wi</i> (rio, enfeites de pena de todos os tipos, casa), p. 106   |
| 53 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá melãn goalãn wi</i> (rio, taracuí, casa), p. 108                        |
| 54 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá ñamá salo wi</i> (rio, veado, raízes áreas, casa), p. 108               |
| 55 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá imanla ñolo wi</i> (rio, inseto, ponta, casa), p. 108                   |
| 56 <sup>a</sup> Casa Transformadora – <i>diá pelá gobé wi</i> (rio, nome cerimonial, buraco, casa), p. 108           |

**Tabela 1** – Casas Transformadoras (LANA e LANA, 1995)

#### 2.4.4 Expansão do universo e as fases do desenvolvimento humano

Após ter criado os homens trovões e suas moradas, a avó do mundo passou a repassar informações e saberes para que os mesmos pudessem realizar seus próprios rituais e seus próprios feitos. Uma das partes que nos chama a atenção na mitologia é de os homens trovões no início se apresentaram preguiçosos e não faziam direito como ela ensina, pois ao pedir que eles iniciassem a criação da humanidade, eles não o fizeram, vejamos os trechos na mitologia:

Vendo que não dava certo, a Avó do Mundo disse: —“Esses não têm jeito mesmo, eles não sabem fazer”... Pensou então em criar um outro ser que pudesse seguir as suas ordens, Tomou ipadu, fumou cigarro e pensou como de veria ser. Enquanto estava pensando, da fumaça mesmo formou-se um ser misterioso que não tinha corpo. Era um ser que não se podia tocar, nem ver. Yebá Buró pegou então o seu pari de defesa (wereimikaru) e nele o envolveu. Ela estava agindo como as mulheres quando dão à luz. Depois de tê-lo pego com o seu pari, ela o saudou, dizendo Umukosurâpanami “Bisneto do Mundo”, ao qual ele respondeu Umukosurãñehkõ “Tataravó do Mundo”. Isto ela fez no Quarto de Quartzo Branco. (Lana e Lana, 1995, p. 24).

Os homens tiveram então que obedecer às ordens e a aprender a fazer seus próprios rituais para criarem, ou seja, darem continuidade aos pensamentos de Yebá Bëró. Em obediência, inicia então uma jornada longa e mística para a criação da humanidade. Para que isso acontecesse um dos homens trovão, Ëmëkho ñehké<sup>26</sup> se transforma em uma grande cobra que parecia também em uma grande canoa, a canoa transformadora. Essa canoa transformada, e com os demais homens trovão à frente, sai de seu leito e viaja por um grande rio. Em seu percurso, a mística embarcação encosta em determinados pontos onde foram fundadas as casas que de acordo com a mitologia são as casas dos povos, de grupos humanos que eram deixados e presenteados para ali morarem e iniciarem suas vidas sozinhos, mas orientados antes da saída da embarcação para seguir viagem. É em leitura e significação destas casas e encostas da embarcação mítica que temos a interpretação em referência às fases de desenvolvimento do ser humano.

No início da grande viagem mítica, as primeiras casas ficaram ainda as beiras do lago de leite, ao qual se refere ao período da amamentação, a terceira casa foi denominada de *diá balilá wi*, que significa casa do engatinhar, que se remete então que na segunda casa a humanidade se rastejava e na terceira começou a engatinhar.

Seguindo sua viagem a humanidade se transformava, na oitava casa foi denominada de *diá maili wi* (casa ,criança), fase que corresponde ao desenvolvimento humano de bebê para criança. Seguindo viagem da criação da nona e vigésima nona casa correspondem aos processos de formação humana para a adolescência.

Mas foi na quadragésima casa que se chama *diá welá pagá wi* (rio, tapioca, grande, casa) que aconteceu a primeira menstruação das meninas, iniciação da mulher para a vida com mais responsabilidades, fato que fez com que o criador as deixa-se no local protegidas e em volta de um pari<sup>27</sup>, por isso que quando uma adolescente fica menstruada pela primeira vez, ela fica reclusa em sua casa, onde tem alimentações próprias e benzimentos para proteção.

Após o acontecido com as meninas, a viagem seguiu apenas com os meninos. Mas não demorou muito para ser a vez dos meninos entrarem na fase de iniciação de adolescente para homem, pois a quadragésima primeira casa se chamou *diá wahsun wi* (rio, açoite, casa), foi nesta casa que os meninos foram açoitados para assim se tornarem homens fortes e valentes. Até a quadragésima primeira casa vimos a transformação da humanidade se destacando em

---

<sup>26</sup> Universo, avô

<sup>27</sup> Armadilha de pesca utilizada pelos indígenas.

determinadas casas construídas pelos homens trovão na grande embarcação mística, canoa cobra.

Outra comparação quanto à mitologia e o desenvolvimento humano é o fato de que, de acordo com os relatos dos autores Lana e Lana: a embarcação vinha debaixo da água, como submarino. As malocas também estão debaixo das águas. Tanto é que a humanidade veio como Waimahsã “Gente de Peixe” (1995, p 31).

Neste relato diz que a humanidade viajava dentro da água, onde temos para a formação humana seu processo de formação no útero da mulher em uma bolsa de líquido amniótico.

#### **2.4.5 Yebá Bëló – um ser mítico real presente no fazer das parteiras indígenas**

A primeira mulher, a criadora, a avó do mundo, Yebá Bëló é uma representação mística do poder da mulher como a primeira na humanidade que, por décadas, foi escusa das histórias de um povo. História esta que suscitou nosso não imaginário, pois nossa história, que para os não indígenas são apenas “histórias”, para nós é o explicar, o real do que foi e do que é em nossas vidas. Nesta elucidada da grande ser mística Yebá Beló, sobre o poder provedor do cuidar e preparar a humanidade permanece entre nós se materializando no fazer, pelas mãos de nossas parteiras. Pois o ato de partejar é constituído de ritos por mediação do sagrado. Diferente dos primeiros homens trovão, as mulheres parteiras indígenas, são mulheres de fé, que detentoras de um dom divino, executam seus fazeres e preparos para a chegada do novo ser envolto de mistérios e rituais. Assim como Yebá Bëló, que a cada criação sua se envolvia com rituais, utilizando seus instrumentos sagrados, que são percebidos também nos trabalhos das parteiras e seus instrumentos.

## CAPÍTULO III

### PARTEIRAS INDÍGENAS BARÉ E SUA MISSÃO QUANDO A VIDA PEDE PASSAGEM

Iremos a partir deste capítulo visibilizar as parteiras indígenas de nossa cidade, representadas pelas nossas colaboradoras que, com todo amor e dedicação se dispuseram a nos receber e compartilhar suas vidas, suas memórias. Foram momentos especiais que nos levaram a repensar e acreditar que a vida só possui sentido quando cada ação sua também passa a fazer sentido na vida de outra pessoa. Suas memórias, seus conhecimentos, tristezas e angústias foram compartilhadas sempre na humildade e coragem.

#### 3.1 Conselhos e saberes compartilhados pela parteira indígena Baré Anita Andrade -Vovó Anita (“in memóriam” )

Sendo o registro de memórias como uma prática que permite reviver momentos especiais, emoções e lembrar de pessoas que foram significantes em sua vida, estaremos nos relatos a seguir, descrever os conhecimentos, ou o que ela mesmo dizia, aconselhamentos, feitos por minha avó, dona Anita Andrade.



Imagens 12 e 13 – Anita de Andrade e Silva. Acervo de família

Anita de Andrade e Silva, indígena da etnia Baré, nasceu na comunidade chamada Floresta, localizada próxima ao distrito de Cucuí, em São Gabriel da Cachoeira-AM, aos dias 25 de janeiro do ano de 1910. Já com os seus quase 105, em um final de tarde do dia 19 de outubro do ano de 2014, partiu para sua morada junto aos nossos ancestrais. Sua partida foi marcada por uma serenidade espiritual, deitada, fazendo suas orações diárias, deu então seu último suspiro.

Anita, ou ainda melhor, vovó Anita, era filha de uma imigrante do Paraguai e um migrante de Ceará, que vieram ao município no período da borracha. Vovó Anita foi de uma ancestralidade de parteira na família. Pois sua mãe, avó e demais antecessoras exerciam o ofício de partejar, eram detentoras de conhecimentos passados de geração a geração.

Perguntando a ela, quando em vida, quantos partos havia realizado, não soube responder, dizia que foram tantos que nem lembrava mais. Teve 11 filhos e, de acordo com ela, a mãe a ajudava em seus primeiros partos, mas após a morte dela, ela mesma fazia sozinha seus partos. Ela falava que quando começava a entrar em trabalho de parto, pedia ao seu marido para levar as crianças para a roça ou para a pesca, pegava então seu material, arrumava o local e fazia seu parto, em vezes no quarto ou dentro do rio. Para o rio ia quando via que estava sendo um pouco complicado a parir.

Recordo que na semana de seu falecimento, eu estava sentada a beira de sua cama, e vi uma lágrima descer sobre o rosto dela, e quando perguntei o que havia, ela apenas falou, já com sua voz rouca e baixa: “dói”. Perguntei então onde ela estava com dor e me respondeu: “dói a morte”. Naquele momento não entendi o que essas palavras significavam. Somente após ouvi-la dizer que sentia em nos deixar, pude compreender que a “dor” que ela se referia, não era de uma dor física, e sim uma dor espiritual. Sentia em estar passando pela deste plano para outro, pois sua temporada entre nós se cessava, queria poder ainda cuidar de seus netos, bisnetos e tataranetos. Pois minha avó, apesar de não mais ter forças em suas mãos para o serviço de partejar, nos cuidava, principalmente das meninas, com seus aconselhamentos e conhecimentos.

Não era somente as mulheres da família que a procuram quando grávidas, outras grávidas quando sabiam que ela estava na sede da cidade a procuravam pelos seus conhecimentos. Foi até capa de uma revista francesa, a COLORS em 2005.

Foi em minha convivência, ouvindo seus feitos em seus serviços de pateiras, que percebi que o estar grávida não se limita a apenas o crescimento de um número entre o centro familiar, e sim como um momento sagrado e que deve ser respeitado, seguindo rituais que deveriam ser

realizados em todas as gestações. Ela dizia: “você não fazem o que falamos que devem fazer quando estão grávidas, por isso sofrem no parto e com seus filhos”. Quando ela falava isso se referia aos hábitos na alimentação, modos e pensamentos que tínhamos quando grávidas. Pois, para ela tudo o que fizéssemos durante a gravidez poderia resultar em complicações no parto e até mesmo na formação espiritual de nossos filhos.

Entendo hoje que ela não estava errada, visto que para os povos indígenas, em especial às mulheres, o período gestacional tornou-se ao longo de milênios um ritual. Rituais estes que descrevemos pela mitologia dos antigos Desana sobre a criação da humanidade, em que temos Yebá Buró (avó do mundo) que para a preparação e formação da humanidade se deleitou em rituais para assim acontecer o “parto dos seres”.

Ao analisarmos profundamente as narrativas de Lana e Lana (1980) em:

Tomou ipadu, fumou cigarro e pensou como que veria o ser. Enquanto estava pensando, da fumaça mesmo formou-se um ser misterioso que não tinha corpo. Era um ser que não se podia tocar, nem ver. Yebá Buró pegou então o seu pari de defesa (wereimikaru) e nele o envolveu. Ela estava agindo como as mulheres quando dão à luz (Lana e Lana, 1980, p.33).

Podemos então fazer uma analogia ao ritual realizada durante o processo de criação dos seres no início da humanidade, ao ritual que é realizado pelas parteiras indígenas. Em minhas andanças juntos a minha avó, eu a via em certos atendimentos, acender a porronca<sup>28</sup> e defumar a grávida fazendo zumbidos com a boca, quando perguntei a ela de que se travava, dizia que eram orações, rezas que faziam com o pensamento para a proteção da mulher e do seu filho. Visto que havia momento que deveria fazer o ritual por pressentir que a mulher e o filho poderiam estar correndo perigos, ou sendo perturbados por outros seres, principalmente por majuba<sup>29</sup>.

Quando a mulher já entrava em trabalho de parto, minha avó pegava seu material como: bacia com água, tesoura e panos, fazia outro o ritual de benzimento com sua porronca e levava. Ela tinha em seu quintal e na roça diversas ervas que, quando precisava colhia para fazer um chá ou um banho para as mulheres grávidas e seus filhos. Na passagem da mitologia citada, que se refere ao pensamento na hora de formar o ser, minha avó dizia que o pensamento da mulher grávida deve ser apenas de coisas boas. Pois o pensamento, os desejos que a mente projeta, poderia vir a influenciar na formação do feto. Ela dizia que se você só

---

<sup>28</sup> Cigarro que ela preparava com o tabaco plantado e colhido por ela.

<sup>29</sup> Seres encantados que poderiam se apossar da vida das pessoas, podendo matar ou deixar sequelas físicas ou mentais.

tem pensamentos raivosos ou de maldades, seu filho poderá ser um ser raivoso e predestinado a fazer maldades na vida.

Minha avó tinha uns aconselhamentos com relação ao nosso comportamento junto aos nossos companheiros que nos levava a até achar ser loucura para nossa geração aceitar isso. Para ela as “puladas de cerca” de nossos companheiros é natural e preciso durante os tempos de resguardo. Imaginem só esse tipo de orientação em tempos atuais, aceitar um adultério? Comportamento este já praticados em tempos atrás, em que se praticava a poligamia. Na história de vida dos nossos antepassados pode ser verificado que esta atitude era aceitável, em que Azevedo (1933, p. 19) descreve sobre o modo de vida dos indígenas do Alto Rio Negro: “vivem em polygamia, em regra duas mulheres para cada homem, uma velha e outra moça”.

Cito esta passagem em Azevedo (1933) para entendimento da explicação que minha avó apresentava quando questionada o porquê deste aconselhamento. De acordo com ela, o corpo e o espírito da mulher no período de gestação sofrem transformações. Essas transformações devem ser acompanhadas e respeitadas pelos seus maridos. Neste período a mulher fica limitada a ter relações com seus esposos, pois dependendo de situações, poderia prejudicar a formação da criança e o período gestacional da mulher, provocando o nascimento pré-maturo ou abortos.

Após o nascimento do bebê, ela dizia que o corpo da mulher precisaria de um tempo para descansar, seu útero precisaria de pelo menos um ano para se recompuser. Por isso ela dizia que não se importava se durante seu resguardo o vovô procurasse outras mulheres, para ela isso significava o respeito que ele tinha por ela neste período. Explicava ainda que com o fim deste respeito com a mulher nestes períodos impulsionou o “estrago nas mulheres”. Com o “maltrato” no corpo da mulher surgiu as doenças que mais tem matado elas agora, o que para ela se tratava de feridas no útero pelo ataque antes de “sasar”, para a medicina ocidental seria o câncer uterino.

Contudo não significava que em um período de um ano ela e meu avô não tinham momentos íntimos, porém eram de acordo com a vontade dela, pois ela sabia o período que poderia vir a engravidar de novo, e que não poderia ser em período que o seu útero ainda estava no que ela falava de “crú”. Por essa explicação de minha avó passei a concluir, ou ainda melhor, entender o porquê da diferença anual de idade dos meus tios e tias.

Tive quatro períodos gestacionais, e cada período tive o privilégio de ter minha avó sempre disposta a me orientar e cuidar. A minha primeira gravidez foi sinalizada por ela.

Ainda não tinha certeza de estar grávida até quando, em um dia ao retirar uma rã que estava cantando em meu quarto, ela apareceu e disse: “bem você já está com girino”. Não havia entendido a expressão falada por ela, mas suspeitava de que se tratava. Então cheguei mais perto dela e perguntei se ela se referia a uma possível gravidez, daí então ela me olhou por inteiro e disse que tinha certeza de que eu estaria grávida.

A associação que ela fez com o fato de ter uma rã em meu quarto seria que, no início da gravidez o feto tem a aparência de como os girinos de rãs que vemos nas beiras do rio e lagos, então a rã havia entrado no meu quarto para cantar ao “girino” que estava em meu útero. A partir desta conversa ela iniciou um discurso de informações de como perceber ou saber que a mulher está ou virá a estar grávida.

Em sonhos ela aponta indícios da vinda de um filho quando aparecem tartarugas, piolhos ou pulgas. Ela disse que estes seres são de simbologia fértil pôr em cada gestação produzirem grande quantidade de ovos. Apesar de você ter o sonho, não significava ainda que a sorte era sua, mas sim alguém da família ou próximo. Outro “sinal” seria a entrada ou presença constante de passarinhos em sua residência ou local em que você está presente, pois eles são como mensageiros de que em breve você teria outra companhia em sua vida.

Na minha primeira gravidez procurei seguir as orientações delas, mas tive momentos de teimosia e não me importei com o que ela falou e paguei com dor isso. Em um certo dia, já com meus sete meses, finalizando uma limpeza de casa, quando que, na preguiça juntei um montinho de terra e empurrei ao canto da porta, minha avó viu a cena e disse que deveria ter cuidado e que eu deveria jogar, varrer a sujeira por inteiro para fora de casa. Em descrédito a chamada de atenção, apenas me virei e deixei o lixo no mesmo local, em tom de raiva ela disse: “no estado que você está não se pode deixar nada em cantos, ou sua placenta irá também ficar em canto no seu útero e ficará grudado”.

Cometi um grande erro em não ter ouvido a minha avó. Pois, apesar de ter seguido ela com relação a alimentação e outros cuidados para ter um parto rápido, sofri na hora. O sofrimento não foi pelo fato da saída da criança e sim pelo que devia vir logo após a saída do filho, a placenta. O meu parto foi rápido, porém após a saída do meu filho a placenta não veio, foi quando a enfermeira percebeu que ele estaria preso às paredes de meu útero, e para retirar ela teve que puxar com força pela corda umbilical que a ligava, atitude esta que me fez soar um grito de dor que, minha mãe que estava no corredor do hospital, ouviu e não entendeu, já que meu filho já se encontrava na sala de banho e limpeza.

Quando a enfermeira saiu da sala de parto minha mãe perguntou o porquê de meu grito, a enfermeira respondeu que não era nada, “só a placenta que estava grudado” e tivemos que puxar forte para sair. Já em descanso após o parto me veio a lembrança do que a minha avó havia dito sobre o problema que poderia ter se não a ouvisse, e como fui descrente, sofri com a teimosia.

Seria então esta, a prova do misticismo presente nos conhecimentos das parteiras? Sendo que saber tradicional das parteiras de acordo com Miranda (2007, p. 2), “são conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base numa estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, profundamente enraizados na vida cotidiana dos povos”. Pois não encontrei explicação para o fato, e em minhas outras três gestações não tive este problema, por ter “aprendido a lição” e ter mudado minhas atitudes quando na limpeza de casa.

Um dia perguntei à minha avó que parto ela considerou difícil. Relatou que foi de uma de suas comadres, pois havia terminado em tragédia. Disse em não recordar porque a comadre dela não havia mandado chamá-la quando deu início ao parto. Quando ela foi chamada, chegou na casa da comadre que em prantos sofria de dores, porém estava sendo atendida por um médico militar. O médico já não sabia mais como proceder diante da situação que se encontrava a mulher parindo, pois já havia horas que tentava parir e o filho não nascia. Minha avó vivenciou uma situação igual à parteira que fez o parto de Ester (GENÊSIS; 35). Vendo que as “forças” da comadre haviam acabado, a minha avó disse ao médico que a única coisa que poderia ser feito no momento era salvar o bebê. Então minha avó fez o parto, retirando o bebê com vida da barriga, porém a comadre dela veio a falecer logo após o parto.

Esse episódio, disse a minha avó, a chocou muito, se sentia culpada por não ter ido cedo a casa da comadre dela para ajudar no parto, o que mais a chateou foi que o médico ainda tentou acusar a minha avó pelo falecimento da comadre dela, alegando que ela não teria agido de forma correta ao fazer o parto, que ela não era formada para isso. Este fato a deixou triste e a fez recuar em seus atendimentos junto às grávidas.

Como já mencionado, tive quatro gestações, e todos os meus partos foram rápidos e seguros. Essas condições só foram possíveis porque busquei sempre atender aos conselhos da vovó Anita. Sou de uma família de cinco mulheres, sou a que chamam de “parideira” pelo fato de ter maior número de filhos, porém a única cujos partos foram todos “normais”, o que

não foi com as minhas irmãs, todas tiveram complicações em seus partos tiveram que ser cesáreos.

Não posso deixar de descrever que minha avó me destinou a seguir seu ofício. Um dia ela pegou em minhas mãos e disse que eram de parteiras. Ela me pedia para olhar minhas mãos e pegá-las, me pedia para sentir e ver como ela era flexível e forte, que era mãos próprias para agir em todo momento necessário na hora de um parto. Falava que sentia minha alma como a que sentia com sua mãe. Ela até me iniciou ao serviço, porém devido o meu trabalho, não pude ter continuidade. E foram os conhecimentos sobre o parto repassados por ela, que me ajudaram na hora de meus partos.

Todo período vivido ao lado de minha avó, sua memória enraizada pelo seu papel de partejar, deixa evidente que a cultura embora que cada grupo indígena possua sua, com hábitos e costumes próprios, a atenção intercultural da gravidez, parto e pós-parto continuam a ser a preservação ao ato sagrado de trazer, preparar o novo ser, e que “trata-se de uma herança e experiências culturais acumuladas em milhares anos, cujos conteúdos e significados permanecem vivos até os dias atuais, apesar da amalgamação sofrida no processo histórico da era moderna” (TORRES, 2005, p.19).

Em uma análise profunda em meus pensamentos, e ao me dedicar ao objeto de estudo de nossa pesquisa, me atrevo a questionar, com um certo receio, que seria, ou ainda, qual seria o meu destino? Talvez eu não exerça o ofício de partejar, mas me sinto no dever de mostrar que este ofício ainda existe em nosso meio. Que as parteiras estão entre nós, com toda sua força, coragem e vontade de salvar vidas, e nos ensinar também como salvar as vidas de nossos filhos.

### **3.2 Dona Tereza: meio século de dedicação ao ofício de parteira**

Terezinha Ventura de Andrade, indígena da etnia Baré, nasceu na comunidade Floresta, próximo a tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Venezuela, no município de São Gabriel da Cachoeira – AM, tem 70 anos de idade, viúva e mãe de cinco filhos.

Dona Tereza, assim conhecida na cidade, migrou de sua comunidade para a sede do município a mais de 30 anos. Quando questionada sobre quando iniciou o ofício de parteira estirou a responder por não saber ao certo, pois já seriam anos, e então respondeu que foi quando tinha vinte anos de idade, a pedido de sua mãe para a ajudar em um parto que iria fazer. Logo então ficou claro que Dona Tereza, também havia herdado os conhecimentos de

sua mãe. Foi então que ela nos relatou que é de uma geração de parteiras, pois sua mãe e avó também foram parteiras. Ressalto que até eu fazer minha primeira visita a Dona Tereza não lembrava que ela tem parentesco com a minha avó, pois as duas são primas.

Portanto a história de Dona Tereza não é diferente ao da minha avó. A mãe e a avó de Dona Tereza foram as que a iniciaram no ofício de parteira. Todos os conhecimentos, as técnicas de partejar foram ensinados por elas. Desde sua primeira experiência aos vinte anos de idade, Dona Tereza tem o ofício de parteira como sua única profissão, portanto são cinquenta anos de dedicação junto às puruãs.

Dedicação esta que Dona Tereza relata não ser apenas junto as mulheres de São Gabriel, mas que, muitas das vezes é procurada por mulheres de outras regiões fora do município, como para municípios vizinhos e até capital Manaus, e em tempos atrás, quando morava perto das fronteiras com a Colômbia e Venezuela, era convocada para ir à algumas comunidades destes países para atender e cuidar de algumas mulheres grávidas.

Dona Tereza, em ar de orgulho, relatou que é muito procurada, apesar de seu estado de saúde, por sentir ainda forte e confiante para ajudar as mulheres no parto. Ela afirma:

é o que eu nasci para fazer e nunca quis outra profissão que não seja o de partejar. É por meio deste trabalho que tenho sustentado minha família desde o princípio, me orgulho do que faço. Me sinto ainda com muita força para trabalhar. (Terezinha, 2024)

Tendo como inspiração sua mãe e avó, Dona Tereza desenvolve suas atividades com muito amor, que, como uma profissão em missão pela vida, ela não nega seu serviço às pessoas que a procuram em qualquer dia e horário, sempre está à disposição. Dona Tereza relatou que por diversas vezes a ambulância do Hospital de Guarnição- HGU/SGC, já estacionou em frente à sua porta em altas horas da madrugada, pois era solicitada pelos médicos para ir ao hospital ajudá-los em partos que estavam sendo difíceis de ser realizados. Ela ia e ajudava os médicos a salvarem as vidas das crianças e das mulheres, que se encontravam já em estado de cansaço no trabalho de parto.

Dona Tereza possui passe livre no hospital por sua fama e trabalhos bem-sucedidos junto aos médicos obstétricos. Houve um período em que tinham disponibilizado a ela um quarto para seu atendimento dentro do hospital, frequentou todos os dias por uns dois meses, atendendo as mulheres grávidas que chegavam em trabalho de parto, porém resolveu não mais fazer o serviço nas dependências do hospital, pelo fato de não ser gratificada por eles. Relatou ainda que presenciou alguns fatos, atos de médicos junto as mulheres grávidas em trabalho de

parto no hospital distante do que podemos afirmar como partos humanizados. Preferiu retornar para sua casa, onde atendia as grávidas e, ainda recebia um “agrado” delas pelo serviço.

Nossa colaboradora relatou que faz em média de quatro a seis atendimentos diários, fator este que, ao questionar se sabe de quantos partos foram realizados por ela, diz não lembrar, mas acredita ser muito mais que 300, e de atendimento às grávidas diz ter sido milhares, pois são cinquenta anos nesta profissão. Para seus atendimentos em sua residência ela organizou um cantinho confortável e agradável para assim poder fazer o serviço de puxação, ajeitar barriga, massagens e até mesmo partos.

Lembra de que seus serviços como parteira na sede de São Gabriel iniciaram por um parto difícil, em um dia, recém-chegada no Bairro Dabarú, quando:

ainda havia poucas casas aqui, num final de tarde, meu filho caçula chegou dizendo: mamãe, estão chamando a senhora para pegar bebê. Eu falei: pegar bebê? Ele disse: é, ali naquela casa. Era uma casa próxima. Fui lá e vi a mulher se torcendo em dores, em pé, com as mãos seguras em uma rede armada no alto, e pedindo socorro. Observei que a criança não nascia por estar em posição sentada, tive que agir rápida, o pior que não havia nenhum material de apoio por perto, mexi na barriga para ajeitar a criança e consegui tirar, e na hora de cortar o cordão umbilical, tive que usar um terçado. Até hoje dou graças a Deus que não deu nenhum problema, porque precisamos ter os materiais limpos nos partos, e o terçado foi a única coisa que consegui achar na casa para fazer o corte. Desde então minha fama como parteira ficou conhecida na cidade e comecei a atender mais pessoas. (Terezinha, 2024).

Dona Tereza ressalta da importância do bom estado de higienização dos materiais de uso como a tesoura, panos, luvas, fios e outros. Pois podem causar infecções e problemas de saúde tanto para os bebês como para as mães. Evidencia ainda que os cuidados que as mães precisam ter durante suas gestações são essenciais para um parto rápido e seguro.

“Muitas mulheres grávidas az vezes acham graça quando eu falo para se cuidarem com relação a usar certos alimentos ou mudar alguns hábitos” (Terezinha, 2024). Dona Tereza refere-se nestas palavras aos mesmos cuidados aconselhados pela minha avó. Verifica-se pelas falas dela, que o descrédito dos rituais antigos perpetua entre a nova geração de mulheres grávidas.

Demostrou ainda uma certa preocupação com relação de quem “são” as grávidas de hoje, quando mencionou que sente “pena” das “meninas” grávidas. “São crianças despreparadas, parindo como se fosse qualquer outro animal, sem sentido do que é ser mãe no mundo” (Terezinha, 2024). Essas palavras ela se referia ao fato de que o sentido da vida, o de trazer outra vida humana no mundo, o de um momento sagrado e único, para algumas

mulheres está se tornando como ela disse: “brincadeira para as meninas”. Isso porque ela disse atender algumas meninas muito novas grávidas e sem o pai da criança por perto para acompanhar neste momento e ajudá-la. Dona Tereza acredita que o estar grávida ainda precisa ser visto como uma passagem de felicidade com cuidados para que o filho que vai nascer seja um ser humano consagrado na vida. Relatou que presenciou episódios de desprezo das mães para com seus filhos quando nasciam.

Nossa querida parteira, Dona Tereza, afirma ainda que nunca frequentou a escola, porque seu pai era rígido e não as deixava frequentar, nem ela e suas irmãs. Porém afirma que sabe muito mais cuidar e fazer um parto que muitos médicos, isso observado durante seus atendimentos em parceria com eles no hospital. Consegue saber o sexo da criança apenas olhando o formato da barriga e/ou melhor ainda, durante suas massagens nas barrigas das grávidas, diz ser “melhor que o ultrassom dos hospitais” (Terezinha, 2024), lembra de inúmeras vezes ter acertado até as datas de nascimento das crianças. Ela lamenta porque nenhuma de suas filhas querem seguir a profissão dela, pois desta forma a geração de parteiras matriarcal de sua família, parece que será findada com ela.

Dona Tereza pode nunca ter frequentado uma escola, mas seus conhecimentos e seus cinquenta anos na prática como parteira indígena, são dignos de concedê-la a mais elevada titulação acadêmica.

### 3.3 Dona Nenem: parteira que inspira outras mulheres



**Imagem 14-** Dona Nenem em sua residência. 2024



**Imagem 15** - Dona Nenem recebendo as homenagens na Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira-AM. 2025.

Arminda dos Santos Cruz, conhecida carinhosamente por Dona Nenem, nasceu na comunidade de Bawari, no Baixo Rio Waupés, no território do município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Tem 78 anos de idade, da etnia Baré, casada, tem cinco filhos e dezesseis netos.

Quando perguntado a Dona Nenem quando teria iniciado o ofício de parteira, mostrou-se insegura, lembrou que quando trabalhava na juventude na casa das “freiras” acompanhava o trabalho delas no hospital que existia na época e já as ajudavam quando nos trabalhos de partos que eram realizadas. Mas logo nos relatou com segurança que foi aos trinta anos de idade que realmente se dedicou ao ofício se lançando como uma parteira eficiente na cidade.

Diferente de Dona Tereza, Dona Nenem não tem sua origem como parteira por estar em uma geração de parteira, ela relatou que os primeiros conhecimentos sobre a arte de partejar foram por meios das freiras que trabalhavam no hospital aonde ela ia para ajudar. Os médicos e as freiras, vendo sua atuação perceberam logo que ela tinha o dom para partejar. Admiravam-se de seu jeito de agir, que parecia que sabia o que precisava ser feito sem mesmo ser mandada por eles. Viam quando ela se assentava junto as mulheres em trabalho de parto, conversava, palpava as barrigas e logo as crianças nasciam sem problemas e rápidos, Dona Nenem, mesmo sem saber, já realizava o parto humanizado junto à estas mulheres, diferencial este de Dona Nenem que a fez ficar famosa e sempre solicitada, “quando chegava uma mulher grávida no hospital elas logo perguntavam se eu estava e pediam para me chamar” (Dona Nenem, 2024).

Relatou que mesmo trabalhando como agente administrativo, profissão assumida por 28 anos até se aposentar como servidora pública estadual, na escola salesiana, sempre que precisavam os médicos as chamavam para os ajudar, e assim ela também passou a trabalhar em um sistema paralelo junto ao hospital por uns dois anos. Depois começou a fazer atendimentos em sua residência. Lembra que como não existia parteiras na sede e próximo a cidade, ela era muitas das vezes requisitada para ir às comunidades para acompanhar e realizar partos.

Os atendimentos de Dona Nenem não se limitam a apenas apalpar barrigas ou segurar os bebês ao nascer. Ela não nos revelou como, mas ela aprendeu a buscar ajuda “espiritual” para conseguir realizar todos os serviços necessários para ajudar as mulheres que a procuram. Ela disse ter aprendido a fazer “orações” para outros trabalhos, principalmente para crianças com quebrantos, situação que de acordo com nossas avós acontece quando alguém possui inveja, lança mal olhado, e então um espírito do mal começa a perturbar a criança, e para

afastar esse mal é necessário a reza, o benzimento, o que só pode ser realizado por alguém permitido e conheça a reza certa.

Ela relatou que, por influência dos preceitos católicos, sempre que vai realizar seus serviços ela faz a oração de Nossa Senhora do Bom Parto. Possui em sua residência um espaço, altar para os “santos” que ela tem fé, em destaque a imagem da santa preferida. Acredita que eles se comunicam com ela por meio dos sonhos, que em algumas ocasiões tem recebido presságios e ajuda de como deveria agir ao que iria acontecer.

Ela mostrou preocupação ao fato de ainda observar descréditos por parte de algumas mulheres que a procuram, relatou que as vezes chegam mulheres que falam:

ai dona Arminda estou com dor, fui ao hospital e os médicos falaram que não é nada, mas será que a senhora, vai ajudar, será que vou ficar bom? Aí eu digo vai ficar, e ficam. (Dona Nenem. 2024)

Descréditos que são corrigidos ao verem os resultados. Infelizmente nem todas as mulheres procuram se cuidar durante a gravidez, o que “vejo acontecer muita coisa, como morte e muitas doenças por causa que elas não se cuidam” (Dona Nenem.2024). Essa preocupação de Dona Nenem parece ser a mesma com a das outras parteiras, fica visível que para elas, as doenças que muitas mulheres apresentam hoje são devido aos não cuidados durante as gestações.

Fala com orgulho que uma de suas facetas conhecidas é acertar o sexo dos bebês quando ainda na barriga das mulheres. Contou que, mesmo quando as grávidas vão ao hospital e são informados sobre o sexo, a procuram para confirmar, relatou que um dia uma grávida chegou até ela e disse que o médico havia afirmado que ela estaria com gêmeos na barriga e queria “tirar as dúvidas”, Dona Nenem então apalpou a barriga e disse que não era gêmeos, e foi o que aconteceu. Lembrou de um médico da cidade, que fazia em seu escritório o serviço de ultrassom, um dia perguntou a ela se muitas mulheres a procuravam para saber o sexo o bebê e ela respondeu que sim. E essa fama de sempre acertar o sexo do bebê faz com que muitas mulheres, mesmo depois de seus ultrassons, irem até Dona Nenem para confirmar e assim comprarem o enxoval correto.

Quando conversando com ela sobre as dificuldades hoje enfrentadas pelas mulheres, Dona Nenem lembrou que a dois antes, uma “menina” já em seu sétimo mês de gestação, chegou em sua casa dizendo que foi ao hospital porque estava com muitas dores, e os médicos já queriam retirar o bebê, e a menina e sua mãe que a acompanhava começaram a ficar aflitas, foi quando no hospital um rapaz disse a elas que na cidade tinha uma parteira que poderia

ajudar, e que achava absurdo o que os médicos disseram, e indicou a Dona Nenem. Então a mãe pegou sua filha gestante e partiram para a casa de Dona Nenem:

chegando aqui ela falou: ai eu trouxe minha filha, ela já está com uma semana de dores, ela foi no médico e o médico já quer tirar o bebê de sete meses, e estou com medo de acontecer alguma coisa ruim com eles. Mande elas entrarem, quando peguei na barriga logo vi que ela estava com dor porque a criança estava atravessado. Ai ajeitei e falei para ela que se continuasse a sentir dor que poderia vim no outro dia. E não veio mais, acho que melhorou. (Dona Nenem. 2024)

Enfatiza que sempre teve boas relações com os médicos, “sneste tempo nem tanto”, comentou D. Nenem, mas já houve épocas em que era procurada por eles para aprender algumas técnicas naturais, principalmente o de apalpar e ajeitar barrigas, dizem que isso eles não aprendem na faculdade de medicina. O que nos leva a questão do ensino acadêmico tácito, ou seja, não aprendem a “sentir, viver” o momento e sim só a trabalhar com seus instrumentos técnicos e a fazer o parto na hora que precisa ser feito. E esse é o diferencial de nossas parteiras indígenas. Seus conhecimentos e modos de atuar junto as mulheres que as procuram acontecem de forma que os sentidos das parteiras parecem se conectar a um mundo paralelo, tonando-se instrumentos naturais de conforto e força para as grávidas e seus bebês.

Algumas mulheres que a procuram depois de irem ao médico no hospital dizem que não se sentem conformada com o diagnóstico dado por eles. Pois quando com dores elas vão no hospital e o médico fala para elas serem natural ao estado que se encontram, inconformadas vão na casa de Dona Nenem onde são reavaliadas e recebem orientações e em alguns casos atendimento para parar com as dores, Dona Nenem disse não ser normal alguma dor na gestação, que se uma grávida sentir dor é porque há alguma coisa de errado e precisam se cuidar.

A exemplo do despreparo de alguns médicos que chegam à cidade para trabalhar no HGu/SGC ela relatou o seguinte fato:

Faz tempo quando eu era mais nova, chegou um militar falando Dona Arminda vim buscar a senhora que é para levar minha mulher no hospital, aí eu disse tabom. Toquei minha roupa ai fui embora. Aí chegamos e tinha dois médicos, e disse doutor eu trouxe uma mulher grávida que está sofrendo, ai um ficou olhando para o outro, então falei é bom vocês colocar ela aqui na mesa porque acho que está para nascer. Ela deitou, aí um puxou a gaveta e pegou um livro e ficou vendo, e ela lá gemendo na mesa, então disse ai doutor eu vou ajudar o senhor, que vejo que o senhor está assustado, vou te ajudar porque sou parteira, aí ele disse então venha, eu comecei a mexer a barriga, a ajeitar e a criança nasceu, e eles ficaram lá olhando. Depois vieram me agradecer. Desde lá vi que os médicos que vem para cá vem para aprender ainda. (Dona Nenem.2024)

Esse despreparo por parte dos médicos que vem para trabalhar no hospital da cidade é um fato observado não só pela nossa parteira, mas já houve relatos por pacientes sobre a desconfiança nos atendimentos quando procuram o hospital. Muitos médicos vêm ao município logo que terminam suas faculdades, o que faz de seus atendimentos aqui como os primeiros em sua prática de fato na profissão.

Os novos tempos em São Gabriel da Cachoeira tem propiciado que os jovens indígenas entrem para o mundo universitário, existe hoje uma demanda muito grande por áreas da saúde, como Medicina e Enfermagem, a entrada de faculdades particulares no município e as ações afirmativas nas Universidades públicas têm contribuído vertiginosamente para inserção de profissionais indígenas nas Unidades Básicas de Saúde, no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e Hospital de Guarnição.

A presença de profissionais qualificados é um acontecimento considerado positivo para a saúde municipal, mesmo assim, não diminui a ação e o trabalho das parteiras indígenas, pois os conhecimentos das parteiras vão além do aprendido e compreendido pela ciência ocidental. As influências de plantas, rezas, mitos, alimentos, comportamentos, fases da lua, enfim dos saberes materiais e imateriais são traços marcantes destas mulheres que possuem um papel muito importante para a preservação e continuação da cultura e para a saúde indígena como um todo no município de São Gabriel da Cachoeira.

Dona Nenem se anima ao dizer que uma de suas filhas está começando a trabalhar como parteira e está repassando alguns conhecimentos, e tem uma neta que faz medicina, toda vez que ela vem de férias, ela passa um bom tempo junto com a avó também querendo saber algumas coisas, dizendo que quer trabalhar na área da avó, isso ela vê como esperança de que dará início a uma geração de parteiras na família. Isso a deixa muito feliz, pois a 2 anos atrás Dona Nenem sofreu um AVC que a deixou impossibilitada de hoje fazer partos. Mas ainda fala com segurança que ajuda muitas mulheres, pois ainda faz massagens, massagens essas que também a tornam famosa na cidade, ainda ajeita barrigas, benzimentos e aconselhamentos, enfatiza que de forma gratuita, as vezes elas me dão um agrado.

Com passos lentos e mancando, devido a doença, Dona Nenem sempre nos recebeu ar de felicidade, disse que gosta de conversar e contar suas histórias. Ela recebeu neste ano de 2025 um certificado de “Mulheres que Inspiram”, um ato realizado pela Câmara dos Vereadores de nossa cidade. Isso a deixou emocionada, pois se sentiu valorizada e lembrada, disse:

muitas mulheres que eu participei do nascimento me procuram hoje para eu ajudar no parto delas e homens também, eles trazem já as mulheres deles para eu ajudar também, são meus filhos, netos e tataranetos de coração, tenho muito orgulho de ser reconhecida pelo trabalho que realizo. (Dona Nenem.2024).

Com estas palavras de Dona Nenem verificamos o quanto ela se dedicou e dedica junto as mulheres grávidas na cidade de São Gabriel da Cachoeira, ela pode até não ser de uma geração de parteiras, mas é a que deu início a uma nova geração em sua família.

### **3.4 Dona Uzenir – uma missão para a vida e por toda a vida**

Dona Uzenir França Cardoso, é natural da Comunidade Curicuriari no Baixo Rio Negro, no território do município de São Gabriel da Cachoeira-AM, tem 85 anos de idade, viúva e onze filhos.

Dona Uzenir nos relatou que iniciou seu ofício de parteira quando ainda jovem, pois sua irmã, que havia apreendido o ofício com a mãe delas, fazia o atendimento as mulheres na comunidade onde moravam e as das proximidades, que em um dia chamou ela para ir ajudar em um parto, e daí então passou sempre a ir com sua irmã e depois a fazer sozinha.

Conta que quando tinha cinco anos de idade já tinha sonhos em que apontavam que esse seria a missão dela na terra. Portanto ela é de uma geração de parteiras que desde o princípio estiveram ajudando as mulheres grávidas da região do Baixo Rio Negro.

Há mais de cinquenta anos Dona Uzenir veio morar na sede do município, e então passou a ser reconhecida e ser a responsável por diversos partos na cidade e nas proximidades. Não se recorda mais, assim como as demais de nossas parteiras indígenas Barés, do quantitativo exato de atendimentos e partos realizados.

Ao falar de seus feitos Dona Uzenir se emociona e diz que quando atuava nunca disse uma “não” ou “vou depois” quando alguém batia à sua porta, “seja dia, noite, sol ou chuva, eu ia” (Dona Uzenir, 2024). Essa dedicação ela diz ser importante pois sabia de como eram as dores e as dificuldades que as mulheres podem ter durante o parto, e se não tiver ninguém para ajudar pode ser o fim para a mãe e seu bebê, diz ela bastante emocionada. Isso por nos relatar que ela mesma fez seus partos e, um de seus partos foi muito difícil, lembra que quando dava a luz uma de suas filhas ela ficou preza, “fiz tudo em mim do que eu sabia, rezei, pegava na minha barriga para colocar ela na posição certa, pensei que ia perdê-la, mas graças a Deus ela nasceu bem” (Dona Uzenir, 2024).

Ela conta que, por seu conhecimento e anos de experiência como parteira, sempre foi convidada para proferir palestras, fez uma viagem a capital Manaus para participar de encontro de parteiras, tinha um caderno de anotações de seus feitos, porém foi perdido quando emprestado para um familiar.

Dona Uzenir hoje já não faz mais o serviço de partejar, mas continua seu atendimento com aconselhamentos, banhos, ajeitar barriga e rezas, Ela diz, mas não nos revelou como, ter adquirido conhecimentos de como benzer para mau olhado, cobreiro, quebranto e outras enfermidades, atendendo não somente a mulheres gestantes, mas a todos que a procuram com alguma enfermidade que ela sabe curar.

Para esses seus serviços ela possui em meio ao seu jardim e horta uma variedade de plantas com flores, folhas e raízes que a auxiliam em seus atendimentos, além de seus instrumentos que ela diz sagrados como imagens de santos e terços.

Disse sempre ter um bom relacionamento com a equipe médica da cidade, assim como nos relatos das demais parteiras, ela também sempre é procurada por eles para pedir ajuda e saber de algumas técnicas dela para ajudar as mulheres que chegam em trabalho de parto no hospital.

Ela relatou que teve um dia que ela teve uma decepção, não por parte de um médico e sim de uma mulher da região que trabalhava no hospital. Contou que uma mulher grávida moradora do mesmo bairro que ela mora, Bairro da Praia, havia dias com dores e foi ao hospital, lá os médicos falaram que não era a hora e ela retornou para casa. Já era tarde da noite quando uma pessoa da família da mulher em dores, bateu à porta de Dona Zenir pedindo ajuda, ela foi. Chegando ao local onde estava a mulher, viu que ela já não se aguentava de tanta dor, Dona Zenir iniciou suas orações e suas massagens, e usando os óleos que ela havia levado, passava pela barriga da mulher até conseguir encaixar a criança e tirar, a criança já se encontrava também bastante caçada e parecia sem vida, mas com toda experiência Dona Zenir começou a trabalhar seus conhecimentos na criança até que recuperou “suas forças” e chorou. A família da mulher ficara muito agradecidos e alegres.

Após ter se despedido da família onde foi realizar o parto, Dona Zenir retornava para casa quando se encontrou com a mulher que trabalhava no hospital e perguntou de onde estava voltando, Dona Zenir respondeu que retornava da casa da fulana que estava sofrendo com o parto, e quando a mulher perguntou como foi, Dona Zenir para ver a reação dela falou que a criança tinha falecido, foi quando a mulher começou a proferir palavras de ofensas, dizendo que era para ela ter levado a mulher no hospital, que lá que tinha os “doutores” que iam saber

como fazer, cortar a mulher para tirar a criança. Dona Zenir apenas sorriu e disse: “vai lá na casa “fulana” e vê se com os conhecimentos que os “doutores” te passaram ajudam a cuidar melhor da criança que está bem com a mãe”. Esse episódio foi o único que Dona Zenir se sentiu inferior, mas logo depois se reanimou mediante vários outros partos bem sucedidos e várias palavras de agradecimentos proferidos dos familiares e amigos das mulheres que ela ajudou a parir.

Houve momento quando na visita a sua residência e conversando com Dona Zenir comentamos sobre como ela se sentia agora, já com essa idade e como ela se sentia, ela disse se sentir muitas vezes na solidão, disse até que estar viva era como “uma maldição”. O que me levou a conversar com ela sobre a minha avó, que morreu com seus quase 105 anos, mas nunca viu isso como “uma maldição”, e sim como uma benção pelos tantos “anjos” que ela ajudou a trazer ao mundo. Depois então vi a feição de Dona Zenir mudar. Conversei depois com as filhas dela sobre a importância de sempre estarem perto dela, conversando, contando ou pedindo para que ela contasse histórias para ela. Por experiência vi junto a minha finada avó que a companhia de outras pessoas é tudo que as nomas anciãs precisam, elas precisam se sentir útil outra vez.

Nenhuma de suas filhas quis ser parteira, mas tem netas que estão no ramo da enfermagem e de vez em quando vão a casa dela para aprender alguma coisa e assim ajudar as mulheres nos postos de saúde ou hospital da cidade.

Após a conversa com Dona Zenir sobre como foi a vida de minha avó e em seus últimos dias, percebi que fez uma reflexão e disse “é verdade, um dia é um dia, e todos são especiais, a vida acontece a cada dia”. Essas palavras delas foram registradas e agora compartilho com vocês. Devemos ver cada dia como um único e especial para cada um. Dona Zenir é memória viva de mulheres que desafiaram e conquistaram vários problemas da vida. Mas nunca desistiu ou se omitiu em cumprir sua missão.

### **3.5 Cunhãs Mukús – mães despreparadas para o momento sagrado**

Após ouvir nossas parteiras entrevistadas, questões por elas levantadas nos levaram a buscar informações para melhor compreensão.

Uma delas foi sobre a preocupação de Dona Tereza com relação as cunhãs mukús<sup>30</sup> que a procuram, ou melhor, as mães as levam até ela para atendimento. O que de acordo com

---

<sup>30</sup> Na língua nheengatu significa menina moça

ela, são meninas/mulheres despreparadas para o papel de mãe. E ainda por não terem maturidade, possuem comportamentos e hábitos impróprios para a garantia de uma gestação e parto tranquilo, além do desconhecimento do sentido real do que é carregar um ser no ventre e o preparar desde cedo para uma nova vida fora dele. Vejamos a tabela abaixo:

| <b>Por grupo etário da mãe e ano de referência – São Gabriel da Cachoeira/AM</b> |              |              |              |              |             |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| <b>Grupo Etário</b>  | <b>2020</b>  | <b>2021</b>  | <b>2022</b>  | <b>2023</b>  | <b>2024</b> |
| 00 a 14  | 16           | 15           | 18           | 18           | 5           |
| 15 a 19  | 275          | 329          | 304          | 306          | 156         |
| 20 a 24  | 382          | 458          | 429          | 388          | 210         |
| 25 a 29  | 313          | 329          | 303          | 328          | 167         |
| 30 a 34  | 196          | 282          | 214          | 208          | 120         |
| 35 a 39  | 140          | 119          | 133          | 137          | 67          |
| 40 a +   | 43           | 60           | 34           | 44           | 25          |
| Branco/Ignorado  | 0            | 0            | 0            | 0            | 0           |
| <b>Todos</b>   | <b>1.365</b> | <b>1.592</b> | <b>1.435</b> | <b>1.429</b> | <b>750</b>  |

**Tabela 2** – Fonte: Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos - Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde – disponível em: <https://plataforma.saude.gov.br/natalidade/nascidos-vivos/>

A tabela acima se define em quantidade de nascidos vivos de acordo com a idade de suas mães incluídos no sistema censitário do MS – Ministério da Saúde. Podemos visualizar que, de acordo com os dados foram mais de 100 cunhã mukú de até 19 anos que pariram no município no ano de 2024, e esse número ainda é maior nos anos anteriores, onde temos no ano de 2023 mais de 300 nascimentos. Esse quantitativo pode ser ainda maior, visto que nem todas as crianças nascidas e suas mães, entram nos cadastros censitários quando o parto acontece em locais em que não há atendimento médico hospitalar e outros.

Devido a desinformação, acompanhamento familiar, ou ainda podemos dizer, sem os aconselhamentos das mais velhas, muitas das meninas que engravidam sem estar preparadas espiritualmente. Muitas delas nem se sequer passaram pelos rituais de deve acontecer quando a menina fica menstruada pela primeira vez. Em praticamente toda sociedade indígena há os rituais sagrados nesse período para a mulher indígena, com nomes e formas diferentes, porém com intenções comuns, o de preparar a menina moça para as novas responsabilidades e modos para viver na comunidade. Para entendimento deste ritual vejamos como é para as meninas do povo Baré, no qual esse momento recebe o nome de kaximáfo, em que de acordo com VAG de Souza e Freitas (2023, p. 4):

No kaximáfo estão presentes as forças físicas, cognitivas/ mentais, espirituais, emocionais e morais. Os cuidados físicos e espirituais preparam

a mulher para a vida a partir de regras disciplinares Baré rígidas, que remetem à sua força e inserção social. Não resistir às provas, demonstra fraqueza física, emocional, etc.

Percebemos da importância deste ritual para a formação, não só físico, mas principalmente espiritual da mulher. É durante este ritual que as meninas recebem aconselhamentos das mais velhas. Elas são confinadas neste período em seus quartos, onde recebem orientações, são ensinadas a fazer ofícios como de artesanatos, entram em jejum e alimentadas com alimentos benzidos pelos pajés, além de serem benzidas para proteção contra majubas e outros inimigos invisíveis em nosso mundo.

E este ritual tem sido menos executado em meio à nova geração de mulheres. São poucas as mães que, mesmo morando na cidade se preocupam em procurar um benzedor para proteger e acompanhar suas filhas nesta passagem. Esse fato levanta preocupações para as parteiras, pois o sentido do momento mágico, o de estar grávida, acaba que sendo um acontecimento comum e sem sentido para as cunhãs mukús que engravidam nos tempos atuais.

No ano de 2023, participei de uma roda de conversa com o grupo Mulheres da Floresta realizada na Maloca do Saber em São Gabriel, no mês de setembro, onde a dona Miquelina Tukana, relatou que em tempos atrás, a gestação e o preparar para o novo ser era levado mais a sério do que hoje. Quando uma mulher engravidava se iniciava então rituais. Rituais estes que envolviam mudanças de comportamentos, de alimentação, de rezas, banhos e chás. Tudo era realizado em períodos próprios, levando em consideração as fases da lua e outros sinais cosmológicos. E o cuidar não era apenas para na hora do parto, mas também para o futuro do novo ser. Pois os pajés também já iniciavam trabalhos de benzimentos de proteção e formação espiritual da criança desde o útero para a vida adulta.

Destacamos que, para as parteiras indígenas o valor de uma outra vida, ou seja do bebê e sua mãe, é maior que a própria vida delas. Elas podem não ter frequentado universidades acadêmicas, mas o seu fazer está enraizado na alma, revelados em suas práticas pelo seu mítico papel na humanidade, em que atos e rituais sagrados se compartilham ao preceito de lealdade com o pensar, preparar e cuidar dos seres.

### 3.6 Parteiras indígenas e seu anonimato nos locais de parir das puruãs

Durante nossa pesquisa verificamos nos relatos de nossas parteiras indígenas que elas sempre são solicitadas junto aos médicos do hospital para ir ajudá-los nos partos difíceis, porém nem sempre elas são mencionadas ou gratificadas pelos seus serviços nas instituições de saúde. Vejamos a tabela abaixo:

| Local de Nascimento e Ano de Referência – São Gabriel da Cachoeira/AM |              |              |              |              |            |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| Local   | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         | 2024       |
| Hospital  | 707          | 856          | 831          | 817          | 523        |
| Outros Estabelecimentos de saúde                                      | 43           | 27           | 40           | 57           | 15         |
| Domicílio   | 218          | 162          | 176          | 105          | 50         |
| Via Pública   | 409          | 542          | 407          | 463          | 164        |
| Outros  | 1            | 1            | 0            | 0            | 0          |
| Branco/Ignorado   | 0            | 0            | 0            | 0            | 0          |
| <b>Todos</b>  | <b>1.378</b> | <b>1.588</b> | <b>1.454</b> | <b>1.442</b> | <b>752</b> |

**Tabela 3** – Fonte: Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos - Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde – disponível em: <https://plataforma.saude.gov.br/natalidade/nascidos-vivos/>

Na tabela acima temos descritos os locais onde acontecerem os partos durante os últimos cinco anos. Percebe-se que, de acordo com a tabela, mais de 50% dos partos acontecem no Hospital de Guarnição da cidade. E sabendo que muitas das vezes nossas parteiras se fazem presente no hospital para ajudar nos partos, podemos afirmar que elas são responsáveis pela maioria dos partos bem-sucedidos. Se formos fazer uma análise mais profundo levando em consideração aos demais locais de parto, concluiremos que as parteiras indígenas são as “médicas” responsáveis pelo parto onde há a presença deste na comunidade ou local de parto. Em muitas das comunidades,

o trabalho das parteiras é desenvolvido na comunidade em conjunto com o agente de saúde e pajés, quando preciso, as mulheres grávidas da comunidade são atendidas por ambos, muitas das moradoras ainda preferem ter o filho nas mãos das parteiras que ir para a cidade. Dona Amélia disse que pelo fato de elas terem confianças e ter ainda os recursos naturais à disposição para terem um parto seguro. Além da ajuda do agente de saúde elas ainda contam com a participação de homens benzedores quando precisam, devido as teimosias e alimentação inadequada algumas mulheres tem o parto difícil” (Dulce e Amélia). E assim elas vão ajudando as puruãs da comunidade, com seus etnoconhecimentos com ervas, banhos e algumas orações específica, no caso das orações doma Amélia informou que ainda não ensinou para a filha, pois precisa de um nível mais elevado para tal conhecimento, “mas na hora certa eu irei ensinar” (Amélia). (Otero; Matos, 2023, p. 7)

As parteiras indígenas, portanto, sempre estão presentes, seja na hora do parto e no acompanhamento as mulheres durante suas gestações. Elas não passam despercebidas pelas mulheres. A prova deste fato é ao número de atendimentos que nossas parteiras indígenas colaboradoras de nosso trabalho realizam diariamente. Sempre que uma mulher grávida sente dores ou desconfortos durante suas gestações, são às nossas parteiras que elas procuram. Pois nossas parteiras estão disponíveis dia e noite para atendê-las e ajudá-las, realizando quando preciso os trabalhos de partos, seja no hospital, suas residências e/ou na residência das grávidas.

### 3.7 As Mãos “pahmelin pinlun” de nossas parteiras indígenas



Imagem 16 - Mãos de Dona Nenem

Mãos que abarcam os seres e os acompanham em todas as encostadas de sua transformação, é neste sentido que ousamos em comparar as mãos de nossas parteiras indígenas com a pahmelin pinlun<sup>31</sup>. Na mitologia desana, já apresentada no capítulo anterior, pahmelin pinlun seria a embarcação em forma de uma grande cobra, que viajou pelo imenso rio de leite levando os deuses, que ao encostar em pontos estratégicos, a magia da formação da humanidade acontecia por meio das casas de transformação, e que algumas destas casas são comparadas com as fases do desenvolvimento humano.

As mãos de nossas parteiras indígenas, são como a canoa que conduzida por elas, detentoras dos conhecimentos ancestrais, fazem a magia acontecer. O toque de suas mãos nas

---

<sup>31</sup> Transformação, canoa, na língua tukano.

barrigas de nossas puruãs são acalento para elas e para seus bebês. E na hora do parto então, são as mãos pequenas, porém engrandecidas de magias, a responsável pelo surgimento, saída do novo ser ao novo mundo.

É pelo toque plumado das mãos de nossas parteiras que são realizados os trabalhos de massagens e puxações, e ainda, por suas sabedorias e experiências, no deslizar de suas mãos sobre as barrigas das grávidas já conseguem determinar o sexo da criança, falo determinar o sexo, devido que de acordo com elas o formato da barriga pode-se até presumir o sexo da criança, mas é pelo toque durante a massagem na barriga que pode ser determinado o sexo.

São essas mãos mágicas capazes de fazerem diagnósticos precisos para o bom andamento da gestação, aliviam dores, posicionam os bebês ainda dentro da barriga quando estes em posição que não condizem com os períodos gestacionais e que “encaixam” os bebês na hora do parto. De acordo com relatos de nossas parteiras indígenas, os partos com complicações acontecem frequentemente porque os bebês estão “atravessados ou sentados” e não conseguem nascer, e isso pode levar a morte tanto a criança como a mãe. E o trabalho da parteira é essencial nesses casos para “ajeitar” o bebê e assim poder nascer.

São também pelas mãos, nos serviços de puxações e massagens que engendram a confiança mútua entre elas. O trabalho com as mãos de nossas parteiras indígenas é repleto de significados, pois elas possuem técnicas associadas de uma maneira mítica e até cosmológica, em que seus toques parecem até ser entendidas pelos bebês na barriga. A cada fase ou necessidade, elas estão dispostas a trabalhar utilizando suas mãos como instrumentos mágicos para uma formação e chegada segura do pequeno ser.

### **3.8 As parteiras indígenas e o “bahse”: conhecimentos essenciais para o equilíbrio espiritual, do corpo e a natureza.**

É de reconhecer que pelas mãos, pelos conhecimentos que são repassados de geração a geração, as parteiras indígenas se acionam a poderes místicos e mágicos. Conhecimentos estes que na prática são elementos inquestionáveis e primordiais para a preservação da vida, subsídios de luta pelo equilíbrio entre o homem e a natureza.

Sendo o trabalho das parteiras também se relacionar ao cuidado com o corpo, enfatizamos os descritos no trabalho apresentado por Barreto (2021) em sua tese que fala sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. Apesar de que

em sua tese é perceptível uma ênfase ao saber, à especialista do sexo masculino, apresentamos as nossas também especialistas, as parteiras indígenas.

As parteiras indígenas possuem o conhecimento de que o corpo está ligado aos elementos naturais da vida neste mundo. Estes elementos, de acordo com Barreto constituem o mundo terrestre, o autor diz que:

De acordo com os especialistas indígenas do Rio Negro, gravitam no corpo o *boreyuse kahtiro* (“luz/vida”), *yuku kahtiro* (“floresta/vida”), *dita kahtiro* (“terra/vida”), *ahko kahtiro* (“água/vida”), *waikurã kahtiro* (“animais/vida”), *ome kahtiro* (“ar/vida”) e *mahsã kahtiro* (“humano/vida”). Tudo isso, na linguagem especial do *Kihti ukūse* e do *bahsese*, é resumido no termo *kahtise*. O sentido de *kahtise* será o assunto desenvolvido no próximo tópico. Para além da estrutura visíveis aos olhos, o conceito de elementos etéreos ou imaterias que gravitam no corpo é importantíssima, pois é a base conceitual que possibilita acionar “metaquimicamente” as qualidades dos elementos pela articulação de *bahsese* para o cuidado a saúde e cura de doenças. (Barreto, 2021, p. 45)

Sabendo destes elementos e o simbolismo, a importância de cada um para a vida humana, fortalece o espírito da parteira indígena, pois cada elemento constitutivo do corpo, deve ser respeitado e fortalecido durante a gravidez, tanto para a mãe como para o bebê. Daí a necessidade de as parteiras também possuir conhecimentos de *bahsese*<sup>32</sup>, que a ajudarão em seus trabalhos juntos as puruãs. Conhecimentos estes observados durante nossas visitas às nossas parteiras indígenas, quando relataram que também fazem o serviço de benzimentos, rezas para cobreiros, mal olhado, quebranto, etc.

O conhecimento de *bahsese* as auxiliam quando são procuradas pelas puruãs, pois a cada momento de gestação a magia do estar grávida se relaciona com os momentos de mudanças da natureza. Momentos estes percebidos principalmente a fatores climáticas e cosmológicas, quando a força da natureza se manifesta ocasionando mudanças de humor e desconfortos junto as mães e seus bebês. Situações frequentes são quando relacionadas as mudanças de fase da lua.

Questões estas relatadas pelas nossas parteiras indígenas, que muitas mulheres chegam se queixando de dores e desconfortos, as vezes achando que há algo de errado com seus bebês, e são confortadas quando as parteiras explicam que, devido a fase da lua a criança está agitada,

---

<sup>32</sup> Os *bahsese* são um vasto repertório de fórmulas, palavras e expressões especiais retiradas dos *kihti ukūse* (narrativas míticas) e proferidas formalmente pelos especialistas *Pamurimahsã* e *Umukorimahsã*. É uma prática de articular verbalmente as qualidades curativas e preventivas contidas nos tipos de vegetais, animais, outros qualidades protetivos. *Bahsese* também é limpeza e “descontaminação” dos alimentos, tornando-os próprios para o consumo humano (Barreto et al, 2018, p. 64).

daí então as parteiras indígenas fazem massagens e banhos com ervas para acalmar o bebê. Elas ainda relataram que muitas mulheres chegam a ir aos hospitais pensando que já estão em trabalho de parto, quando ainda antes dos nove meses de gestação, mas é apenas a “força da lua” influenciando, e ainda destacam que o sexo da criança influencia, pois, dependendo do sexo da criança a força da lua age em cada gestação.

Esta relação da gestação com as fases da lua pode ainda não ter comprovação científica, mas para as parteiras indígenas são explicáveis por meio dos baheseses, as histórias místicas da relação entre a natureza e os homens são, para os indígenas a verdade sobre o fluxo de vida na terra entre os mundos visíveis e invisível. Para os não indígenas o conhecimento do bahesese são apontados como crenças, o que para os indígenas como já mencionados são as verdades, onde para Pedrosa (2012):

As modalidades de crenças nos remetem às modalidades de posse da verdade. Não se duvida do que os outros dizem ou acreditam, se eles são respeitáveis. As relações entre as verdades são relações de força. Criamos assim uma rede de confiança e autoridade com relação ao conhecimento. Se essa rede for danificada há um ‘desmoronamento’ de nossa forma de lidar com as coisas e com as situações. (Pedrosa, 2012, p. 118)

Portanto o conhecimento do bahesese pelas nossas parteiras, se sustentam na verdade de como dever seguir a vida em harmonia com a natureza e todos os seres que habitam o mundo. Os seus trabalhos e suas confianças em todo conhecimento repassado a elas por gerações, são fundamentais para o não desmoronamento da vida presente na mãe e no novo ser.

### **3.9 Dores do parto: um sacrifício feminino necessário para a ascensão da vida humana**

E eis que chega o momento, um novo ser pede passagem para adentrar ao novo mundo. O grande rio de leite se rompe e anuncia que um passageiro está a vir.

Assim como *Yebá Bêló* que em gemidos pariu os primeiros seres humanos, assim é o momento do parto. Gemidos e gritos são ecoados, pois a dor deste momento é tão difícil e até impossível de se explicar, por mais que tentamos descrevê-la não conseguimos, digo isso porque já passei quatro vezes por esta experiência e ainda não consigo. Se trata de uma dor “de morte e vida”, sem explicação realmente. Pois se,

Consideramos, portanto, que o parto foi, desde sempre, entendido como pertinente ao universo do sagrado. Com a secularização da cultura ocidental e a cientificação da vida em todos os seus aspectos, esta compreensão mudou

os nomes, mas comportamentos e práticas revelam os sentidos ocultos omitidos pelas explicações racionais. (Nogueira, 2006, p123)

“Não ter medo da dor”, é o conselho de nossas parteiras indígenas. Pois se trata de um acontecimento natural do corpo feminino, uma contração dos músculos que se resume num momento em que todos os elementos materiais que gravitam o corpo se comunicam apontando o caminho certo, um guia para o bebê.

De acordo com as parteiras indígenas, dependendo do sexo da criança, as dores se distribuem de forma diferente, ou seja, se manifestam inicialmente por algumas partes específicas do corpo, para essa diferença não obtivemos respostas do porquê. Assim como também revelou minha avó, elas afirmaram que quando a criança é do sexo masculino a dor se inicia e é mais constante a partir das costas, a mulher sente como que os espinhaços se enlanguescem causando uma dor insuportável, e se a criança for do sexo feminino a dor se inicia e intensifica pela parte da frente, como que de uma cólica menstrual, porém como se a parte debaixo do umbigo estivesse se rasgando por dentro. Pude perceber esta diferença em meus quatro partos, como já disse antes, não sei como explicar, mas foi do jeito que minha avó e disse depois relatado o mesmo pelas parteiras indígenas por nós entrevistadas.

Então mulheres, não tem como não fugir da dor de parto. Mas como passe de mágica, logo após o nascimento da criança toda a dor desaparece e seu filho está ali diante de seus olhos que você chega até a se esquecer que estava em prantos e berros por conta de uma dor que achava que não suportaria.

Uma prova de que o ato de parir é um ato sagrado. Pois quem imaginaria que após uma dor tão, mas tão imensa teria em segundos um alívio profundo. E nisso compartilho o que a minha avó falava que nas primeiras contrações precisava iniciar um processo de paz espiritual, conversar com a criança para ter calma, respirar, usas as mãos e ajudar ao corpo a mostrar o caminho para logo ter o bebê. Não se pode banalizar a dor do parto, é preciso aceitar e deixar que a natureza, o corpo feminino faça sua parte.

### **3.10 Parteiras indígenas de São Gabriel da Cachoeira: Sempre estivemos aqui e continuaremos com nossa missão**

Sempre estivemos presentes e continuaremos presente, é o recado de nossas parteiras indígenas para todas as mulheres do município. Este recado está sendo apresentado pelo fortalecimento e união das parteiras indígenas em seus encontros e formações. Como já mencionado sobre a etnicidade, o sentido de pertencimento, as fortalece ao passo que hoje desencadeiam uma rede encontros e formações com o objetivo de uma organização mais presente e valorizada pelos poderes públicos locais.

Em nossa pesquisa de campo, tivemos o privilégio de participar do “Encontro de Partejas Indígenas do Alto Rio Negro”<sup>33</sup>, realizado nos dias 17 a 20 de setembro de 2024, pelo Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Alto Rio Negro, que teve como parceiras o Instituto Mamirawa a Algodão Roxo – Associação de Partejas Tradicionais do Amazonas.

O encontro teve a participação de mais de 30 mulheres que além do ofício de parteiras, entre elas havia as que atuam em suas comunidades como benzedeadas ou pajés. Além do compartilhar e apreender novas técnicas, o encontro enfatizou a reflexão e o empoderamento das parteiras no município, e a importância da participação de representantes da categoria da região na Associação das Partejas Tradicionais do Amazonas, assim como a filiação para o fortalecimento do movimento no Estado.

Os momentos do encontro foram de compartilhamento de experiências e técnicas, em uma dinâmica de reconhecimento do local do evento (um sítio em meio a floresta, mas próximo ao centro urbano da cidade) foram apontados por elas plantas muito utilizadas em seus serviços e que estão presente em diversas regiões da flora local e amazônica, que muitas vezes passam despercebidas e inutilizadas, e que podem salvar vidas. Durante o encontro foram entregues kits de saúde a parteiras para o auxílio durante seus atendimentos junto as mulheres grávidas em suas comunidades.

---

<sup>33</sup> DSEI ALTO RIO NEGRO. Encontro de Partejas Indígenas do Alto Rio Negro. São Gabriel da Cachoeira - AM. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DBHu0ENOAeR/?igsh=Nmh5eXZmODFoaDAy>. Acesso em: 04/12/2024.



**Imagem 17** - Encontro das Parteiras Indígenas – Arquivo pessoal. 2024



**Imagem 18** - Kits recebidos pelas parteiras durante o encontro – Acervo pessoal

## CONCLUSÃO

Encontramos na mitologia desana o quão a mulher foi e continua representando a vida, do fazer a vida. Assim como, desde Yebá Běló, as mulheres da contemporaneidade se preocupam com o bem estar da humanidade e de todo ser no planeta. Pois o cuidar e querer ver seus filhos vivendo bem e em harmonia é o desejo de toda mãe. Nossas parteiras indígenas, inspiradas e aqui em nosso trabalho comparadas como em uma descendência mitológica de Yebá Běló irá sempre chamar a atenção dos homens teimosos, ao passo que as nossas crenças,

rituais e costumes precisam ser respeitados, pois desde o princípio foi assim e dever assim. Em que a força e a coragem das mulheres guerreiras se manifestam toda vez em que a sobrevivência humana é ameaçada.

As parteiras indígenas são mulheres respeitadas e merecedoras de reconhecimento e dignas da imortalidade. Imortalidade de seus feitos heroicos e de seus conhecimentos que pode ser concretizado por meio de registros e assim apresentado para o mundo. Ser indígena fora da aldeia e atuando como parteira não as torna menos importante para as grávidas que as procuram. Seus feitos continuam sendo milagrosos, pois quem é escolhido, preparado e adquire o etnoconhecimento, a adquirir para sempre.

De acordo com Norbert Elias (1998, p. 7) “como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? Uma "hora" é algo de invisível”, portanto, como descendentes destes saberes não podemos deixar que o passado se perda no futuro e, nossos filhos e netos se percam neste mundo. Precisamos ouvir mais e fazer o registro das mulheres parteiras indígenas desta capital indígena e recuperar a essência deste ato sagrado, pois a atuação destas mulheres pelo processo histórico civilizatório e de tecnização junto aos povos indígenas infelizmente, corre o risco de ser fadada ao esquecimento.

Reconhecer o papel das mulheres parteiras é mostrar que a cultura feminina indígena e seus saberes devem ser resguardados e ao mesmo tempo expostos para a sociedade, é valorizar os saberes tradicionais vindos de nossas ancestrais.

É com lembranças e acreditar nas palavras sábias de nossas avós parteiras que hoje nos faz refletir sobre as diversas enfermidades que crescem entre as mulheres indígenas, como o aumento de casos de câncer e miomas no útero, as dificuldades enfrentadas na hora do parto, o nascimento de bebês pré-maturos e abortos, fatos na modernidade que nos levam a especulação de que podem ser consequência do não mais seguir aos cuidados antes, durante e após as gestações que eram estabelecidos por elas. Para nossas avós parteiras o ato de gerar uma vida é um momento sagrado, onde o corpo e a mente da mulher grávida precisam ser cuidados, preparados e respeitados para a chegada do novo ser humano. Naquela época não existia aparelhos médicos, mas a parteiras já podiam observar, sentir a presença de um “girino”, feto, nas mulheres que nem sabiam que estavam grávidas.

Nossa pretensão não foi apenas escrever sobre elas, mas também de apresentar esta ciência natural, vivida há séculos no preparo e cuidar de nossas puruãs e seus bebês. Resgatar o sentido da vida, ou ainda, o valor da vida, também é essencial para que a sociedade atual

entenda que cada um não é apenas mais, um número, mas sim um entre os seus e outros com uma missão que se apresenta a cada ciclo da vida.

Em ousadia vibrada pelo entusiasmo e alegria em concluir este curso, e movida pelos referenciais teóricos apresentados durante o curso, pelos conselhos e memórias de nossas parteiras indígenas Baré e pela mitologia associada ao fazer sagrado delas, escrevi este poema que hora apresento. Um chamado para que nós, desta geração não esqueçamos de nossas origens, e principalmente nós mulheres, não nos esqueçamos que em nosso útero a vida se faz, se transforma e é apresentada ao mundo. E esse “ser mãe, provedora da vida”, não se dever ser limitada apenas as mulheres que engravidam, mas aquelas também que não podem sentir a sensação de um ser dentro de si, mas possuem a sensação do querer, do criar e transformar vidas fora de um útero, vocês também são abençoadas e podem se considerar mães de coração. Pois é do coração que parte o amor e a coragem de lutar pela vida de outros. Sintam-se mulheres de todo mundo descendentes da “primeira mulher”. Vocês fazem parte da história em todas as circunstâncias onde o preservar e fazer a vida faz-se necessário.

Esperamos que as questões levantadas, os dados, as memórias de nossas parteiras indígenas Baré, tenham o reconhecimento merecido, pois reconhecemos que pelas mãos, pelos conhecimentos que são repassados de geração a geração, as parteiras indígenas se acionam a poderes místicos e mágicos. Conhecimentos estes que na prática são elementos inquestionáveis e primordiais para a preservação da vida, subsídios de luta pelo equilíbrio entre o homem e a natureza. A mulher sendo o “ser mulher”.



Imagens 1 e 3, p. 65 e 67 (LANA e LANA,

**O Tempo não para;  
O Tempo se vai;  
O Tempo não se recupera.**

*Em posse de seus instrumentos sagrados, sentada em seu banco, fumando seu cigarro, comendo seu padu, concentrada em seus pensamentos, suas rezas, ela, Yebá Buró, a Avó do Mundo se prepara num ritual sagrado na criação do ser desejado.*

*Em meio a fumaça ali se formava ainda um pouco embaçada, o ser esperado. Após gemidos de como a mulher em parto, Yebá Buró envolvia sua cria em seu pari de defesa o saudando com alegria.*

*E assim repassou para suas netas seus saberes, o ritual sagrado para o equilíbrio do mundo na hora em que a vida pede passagem.*

*E no decorrer do tempo, o tempo são “novos tempos”. Tempo em que seres são gerados em meio a novos “habitus” a uma nova “civilização”, em que os “sere vivos” se conceituam em novas “configurações”.*

*Tempo em que as netas argumentam para a avó: “Mas vó, hoje são outros tempos!”*

*E a avó em ar de tristeza e decepção responde as suas netas:*

*“Sim minhas netas, hoje são tempos de dor, tempos da incerteza,*

*tempos em que a luz, floresta/vegetal, água, terra, ar,*

*animal e homem/nome não fazem mais sentido como elementos em nossa criação,*

*tempos em que os habitus do gestar sagrado está fadada ao esquecimento e vistos como*

*“ridículo” pela “nova civilização”. Mesmo assim minhas netas, me sento em meu banco, fumo meu cigarro, como meu padu e faço minhas rezas, com esperança que ainda haja tempo, pois*

*temo minhas netas em que não haverá mais tempo para se recuperar o tempo”.*

**(Quelma Otero – Ciucy Cendy)**

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_, Firmiano Arantes; LANA, Luiz Gomes. Antes o mundo não existia: a mitologia heroica dos índios Desâna. São Paulo, SP: Cultura, 1980.

\_\_\_\_\_, Manuela Carneiro da. História indígena do noroeste da Amazônia : hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras ; Fapesp ; SMC, 1992. p. 253-66.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 03.02.2025.

\_\_\_\_\_. Lei ° 13.100, de 27 de Janeiro de 2025. Institui o dia 20 de janeiro como Dia Nacional da Parteira Tradicional. Disponível em:. Acessado em: 05/02/2025.

\_\_\_\_\_. Lei N° 6.001 de 19 de Dezembro de 1973. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm) >. Acesso em: 03.02.2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. – disponível em: . Acesso em: 09/02/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000. Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569\\_01\\_06\\_2000\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html) . Acessado em: 05/02/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais. 2000. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/508/1/077\\_02\\_Programa%20trabalhando%20com%20parteiras.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/508/1/077_02_Programa%20trabalhando%20com%20parteiras.pdf) . Acessado em 07/02/2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticos de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher/ Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em:. Acesso em: 12/06/2023.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.459, de 24 de Junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em:. Acessado em: 05/02/2025.

\_\_\_\_\_, Disponível em:. Acessado em: 04.02.2025.

\_\_\_\_\_, Lei nº 13.100/2025 de 27 de Janeiro de 2025. . Acessado em: 05/02/2025.

\_\_\_\_\_, Medida Provisória 2.186, de 23 de maio de 2001 . Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/sisgen/files/2018/05/MP-2001-biodiversidade.pdf>. Acessado 04.02.2025

AMAZONAS (Estado). Lei Nº 5.796, de 12 de janeiro de 2022. Declara o Município de São Gabriel da Cachoeira como a Capital dos Povos Indígenas. Manaus, AM: D.O.E. de 12/01/2022. Disponível em: . Acesso em: 15/06/2023.

AMAZONAS. Lei Nº 5.312, de 18 de novembro de 2020. Autoriza a presença de parteiras durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado do Amazonas. Manaus, AM. Disponível em: [https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario\\_am/12/2020/11/6418](https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2020/11/6418). Acesso em: 10/01/2025.

BARRETO, João Paulo Lima. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. Tese (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Social. Universidade Federal do Amazonas.2021.

BARROSO, I. C. Capacitação de parteiras tradicionais do Amapá: tensões entre incorporação de saber médico e resistência cultural na prática de partejar. 2017.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; 1STREIFFFENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1998. p. 188.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDO. André. Descobrimento do Brasil: os bastidores da viagem de 44 dias que levou Pedro Álvares Cabral ao país. 2020. BBC News Brasil. Disponível em: . Acesso em: 20/10/2024.

BORGES, L. S. Desigualdade e o trabalho de partejar no Brasil: questões para a educação profissional na área materno-infantil. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL, Decreto nº 94.406/87. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em:. Acessado em: 07/02/2025.

BRENES, Anayansi Correa. Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência; dos contornos do conflito parteiras e parteiros franceses. Belo Horizonte: Coopmed/Pelicano, 2005.

CABRAL, João Francisco Pereira. "Ironia e Maiêutica de Sócrates "; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/ironia-maieutica-socrates.htm>. Acesso em 10 de junho de 2024.

CANDAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo. 2011.

CARNEIRO, Marinha. Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no século XIX. In: História, Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 8, 2007, conceituais. Rev Gaúcha Enferm, Porto Alegre (RS) 2003 dez;24(3):279-85.

- CRUZ, Zoraide Vieira. O ATO DE PARTEJAR: memórias, saberes e práticas de parteiras tradicionais do sudoeste baiano. 2019. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista (ba), 2019.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas. Ubu Editora, 2018.
- DIAS, M. D. Histórias de vida: as parteiras tradicionais e o nascimento em casa. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 9, n. 2, p. 476/488, 2007.
- Etnias do Rio Negro – Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: . Acesso em: 08/05/2024.
- GARNELO, L., SAMPAIO, S.S., PONTES, A.L. Dimensões da saúde do adulto: o cuidado à saúde da mulher indígena. In: Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, p. 119-133.
- GIMBUTAS, M. Mulheres e a deusa. Santa Barbara, CA: ed. Opus, 1990.
- HENRICH, Barbara e ENGLISH, Deidre. Bruxas, parteiras e enfermeiras: uma história de aquecedores femininos. Londres: Cooperativa de Publicação de Escritores e Leitores, 1976.
- História de Sócrates. Sócrates (470 a.c.-399 a.c.). Disponível em: <http://www..> Visualizado em 10/03/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Disponível em: . Acesso em: 14/06/2023.
- IGANSI, M. L.; ZATTI, C. A.B. J. Gestação: conhecendo a realidade das aldeias indígenas no Brasil Clin. Res. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research. v.23,n.1,p.48-52 . 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em. Acesso em 07/05/2024
- KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). A Outra Margem do Ocidente. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia das Letras, 1999.
- LANA, Firmiano Arantes. Antes o mundo não existia./Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana. Antes o mundo não existia : mitologia dos antigos Desana-Kêhíripõrã / Tõrãmã Kêhíri, Umusi Pãrõkumu; desenhos de Luiz e Feliciano Lana. - 2. ed. – São João Batista do Rio Tiquié : UNIRT ; São Gabriel da Cachoeira : FOIRN, 1995.
- LE GOFF, Jacques. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- MACHADO, Emerson Godoi Cordeiro. O parto na antiguidade. 2015. Disponível em: <http://www.nucleobemnasc.com/noticia/o-parto-na-antiguidade>. Acesso em: 14/06/2023.
- MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. [Anais online]. 2007. Disponível em: . Acesso em: 12/06/2023.

- MOLITERNO ACM, ANA CARLA BORGHI AC, ORLANDI LHSF, FAUSTINO RC, SERAFIM D, CARREIRA L. Processo de gestar e parir entre as mulheres Kaingang. Florianópolis. 2013.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro (Antecedentes históricos e fundação). 3ª ed. Ilustrada – Manaus: Editora Valer, 2000.
- MONTENEGRO, A. T. (2012). História e memória: combates pela história. História Oral, 10(1). . Acesso em: 12/06/2023
- MOSSÉ, Claude. O processo de Sócrates. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- MURARO, R. M. Breve introdução histórica [ao livro O martelo das feiticeiras]. Em Aberto, v. 27, n. 91, p. 177-187, 2014.
- NATAL, G. C. B., SINIBALDI, B. Dos rituais às ervas: revisando o ofício de partejar. Revista Ecos. v. 11. n.2 .2021.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. São Paulo: Hedra, 2007.
- NOGUEIRA, Adriana Tanese. O Parto: Encontro com o Sagrado. Texto Contexto Enferm. Florianópolis. 2006.
- Nova Bíblia Viva – São Paulo: Mundo Cristão, 2010.
- NOVAES, Adauto (org.). A Outra Margem do Ocidente. Minc-Funarte. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena, [João Pacheco de Oliveira (org.). 2ª ed. Contra Capa Livraria / LACED, 2004.
- OMPI RN 2023-S. 1PT; DOI: 10.34667/tind.47858. Disponível em:. Acesso em: 04.02.2025.
- ONG, Walter J. Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra/Walter Ong: Tradução Enid Abreu Dobranazky: Campinas, SP: Papirus, 1998.
- OTERO, Quelma da Silva; MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Parteiras Indígenas de São Gabriel da Cachoeira-AM em novas figuras. VII EPPPAC – UFAM. Manaus. 2023. Disponível em: <https://epppac.com.br/wp-content/uploads/2023/11/GT3-720253-PARTEIRAS-INDIGENAS-DE-SAO-GABRIEL-DA-CACHOEIRA-AM-EM-NOVAS-FIGURACOES.pdf>. Acesso em: 10/01/2025.
- PARTEIRAS Indígenas. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: . Acesso em 14/06/2023.
- PEDROZA, Rejane Guedes. “Verdade” ou “Verdades”? (ou) Paul Veyne e Foucault em um programa de verdade. Revistainter-legere. Número 10. Periódicos UFRN. Páginas 114 à 122. De janeiro a junho de 2012.
- Plano de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Alto Rio Negro/realização FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. - São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2019.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro , vol. 1, nº. 2, 1996.

## REFERÊNCIAS

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar (org.) et al. Parteiras Tradicionais: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde / Organizadores: Júlio Cesar Schweickardt, Marília de Jesus da Silva e Sousa, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Maria das Dores Marinho Gomes e Tabita dos Santos de Moares. 1.ed. - Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2020.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar (org.) et al. Parteiras Tradicionais: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. (Série Saúde & Amazônia, v.11)

SILVA SC,DIAS-Scopel R, SCHWEICKARDT, J. Gestação e parto em uma comunidade rural amazônica: reflexões sobre o papel da parteira tradicional. Interface (Botucatu). 2020; 24: e190030 . Acesso em: 15/06/2023.

SILVEIRA, Isolda Pereira da; LEITÃO, Gloria da Conceição Mesquita. O cuidado de enfermagem no partejar: marcos conceituais, in: Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre (RS), v. 24, dez., 2003, p. 279-285.

TEXEIRA, Bruna. Apresentação. In: Parteiras. Coleção Raízes do Saber. Instituto Terraviva. Maceió, 2018.

TORNQUIST, C. S. Parteiras populares: entre o folclore e a escrita. Revista Gênero, v. 6, n. 1, p. 61- 80, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. As novas amazônidas. Manaus: Edua, 2005.

VAG de Souza, Viviane Araújo Gonçalves; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. O ritual Baré da cunhã mukú como base da força feminina indígena (cunhã kimbá). VII EPPPAC – UFAM. Manaus. 2023. Disponível em: <https://epppac.com.br/wp-content/uploads/2023/11/GT2-721405-O-RITUAL-BARE-DA-CUNHA-MUKU.pdf>. Acesso em 10/01/2025.



## ANEXO 1

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS Fundação Universidade do Amazonas

CNPJ: 04.378.626/0001-97

Recredenciamento: Portaria MEC nº38, de 13/01/2021, publicada no DOU nº11, Seção 1, pág.10, de 16/01/2012

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário / 69080-900 - Manaus/AM

---

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE)

A Sra. está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **Parteiras Indígenas Baré: suas memórias e saberes tradicionais no atendimento junto às puruãs na sede de São Gabriel da Cachoeira-Am**, cujo pesquisador responsável é **Quelma da Silva Otero**. Os objetivos do projeto são: Compreender os significados e sentidos nas memórias das parteiras indígenas e como exercem seus saberes tradicionais residindo na sede do município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Ouvindo e registrando seus relatos descritos na participação de seu ofício social e suas práticas tradicionais e tem como justificativa buscar respostas aos questionamentos: Como é a atuação das parteiras indígenas junto as puruãs na sede de São Gabriel da Cachoeira? Quem são e como elas se sentem, diante dos novos significados e configurações do estar grávida e do parir? Desta forma a pesquisa assume o propósito de visibilizar as parteiras indígenas moradoras na sede de São Gabriel da Cachoeira, recuperando suas memórias e seus saberes tradicionais, registrando o originário e o sagrado de seus trabalhos. A Sra.) está sendo convidado porque é uma das parteiras atuante de nossa cidade.

A Sra. tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Caso aceite participar sua participação consiste em apresentar informações orais ou escrita por meio de entrevistas e um questionário semiestruturada, elaboradas com o objetivo de registro de dados para o alcance dos objetivos da pesquisa. Dependendo da necessidade, visitas poderão ser agendadas para a observações e coletas de novos dados que enriquecerão nossa pesquisa. As respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial se assim desejar. Quando necessário exemplificar determinada situação, a privacidade será assegurada uma vez que sua identidade será preservada e seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para a Sra. é o de indisposição por questões de saúde ou outros para participar da pesquisa, ou indisponibilidade de tempo para receber a pesquisadora e declarar as informações. Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela senhora e registro de sua memória em anais de divulgação de pesquisas científicas.

---

Rubricas \_\_\_\_\_  
(Participante)

\_\_\_\_\_  
(Pesquisador)

Se julgar necessário, a Sra. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos à Sra., e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Como o gasto com transporte para locomoção para participar da pesquisa.

Também estão assegurados à Sra. o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos à Sra. o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos à Sra. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

A Sra. pode entrar em contato com o pesquisador responsável Quelma da Silva Otero a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua A, número 03, Bairro Tiago Montavo, Telefone (97) 984473705, e-mail [quelmasilvaotero@gmail.com](mailto:quelmasilvaotero@gmail.com).

A Sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: [cep@ufam.edu.br](mailto:cep@ufam.edu.br). O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela senhora ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que concordo em participar da pesquisa.

São Gabriel da Cachoeira - AM, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável



## ANEXO II

### QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO - PARTEIRAS INDÍGENAS

1. Nome:

\_\_\_\_\_

1.1. Idade: \_\_\_\_\_

1.2. Etnia: \_\_\_\_\_

1.3. Naturalidade: \_\_\_\_\_

1.4. Estado Civil: \_\_\_\_\_

1.5. Tem filhos? Quantos? \_\_\_\_\_

1.6. Religião: \_\_\_\_\_

2. Qual idade, local e circunstância começou a exercer a atividade de partejar?

3. Existe ou existiram mais parteiras em sua família? E quantos partos você já fez?

4. De que forma adquiriu os conhecimentos tradicionais do ofício de partejar?

5. Que atividades são desenvolvidos por você como parteira no antes e depois da gestação junto as mulheres e seus filhos (ajeitar barriga, banhos, remédios, benzimentos, partos, etc.)?

6. Ser parteira era o que pensava para sua vida ou tinha outra profissão em mente?

7. Quando que ser parteira fez sentido para sua vida? Teve influência de alguém para se identificar nessa profissão?

8. No período que atua como parteira, houve partos difíceis? Pode falar de algum episódio destes partos difíceis?

9. Houve momentos em que pensou em desistir de ser parteira?

10. Quando vai fazer o serviço de partejar ou algum atendimento junto as grávidas, tem algum ritual? Se sim, pode descrever algum?

11. Pode descrever que materiais tradicionais você ainda utiliza em suas atividades como parteiras (plantas, óleos, etc)? E para que servem (quando são utilizadas)?

12. Você já se sentiu discriminada em sua profissão? Se sim, quais foram as circunstâncias?

13. Você acredita que as gestantes atualmente têm rejeitado mais o serviço das parteiras? Por quê?

14. Como você vê o comportamento das gestantes de hoje em dia? Elas ainda seguem as orientações, regras?

15. A que você atribuiria os crescentes problemas enfrentados pelas mulheres durante e depois de suas gestações?

16. Qual a sua relação com os profissionais da saúde (médico, enfermeiro, técnicos..)? Já se sentiu humilhada, constrangida por algum deles?
17. Que pontos negativos e positivos você pode apontar na relação entre conhecimentos tradicionais e não tradicionais no atendimento junto as grávidas e seus filhos?
18. Que dificuldades você enfrenta para realizar suas atividades, atendimento como parteira?
19. Qual a sua perspectiva com a criação e fortalecimento da Associação das Parteiras no município?
20. O que as instituições governamentais e não governamentais poderiam colaborar para que sua profissão seja mais reconhecida e valorizada?
21. Você tem alguma aprendiz para repassar o seu dom na família? Se sim, como se deu a escolha dessa pessoa?